

SECA 2012

RELATÓRIO DE BALANÇO

21 DE FEVEREIRO DE 2013



**GOVERNO DE
PORTUGAL**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Nota Introdutória	4
1. ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FACE À SITUAÇÃO DE SECA	5
2. CARACTERIZAÇÃO DA SECA 2012	9
2.1 Evolução Meteorológica.....	9
2.1.1 Precipitação no ano hidrológico 2011/2012.....	10
2.1.2 Situação de Seca Meteorológica.....	13
2.2 Teor de Água no Solo	17
2.3 Evolução Hidrológica	19
2.3.1 Disponibilidades Hidrológicas	19
2.3.2 Bacias Hidrográficas	20
2.3.3 Bacias Hidrográficas Internacionais	24
2.3.4 Aproveitamentos Hidroagrícolas	31
3. IMPACTOS DA SECA 2012	34
3.1 Impacto na Agricultura.....	34
3.1.1 Avaliação Geral	34
3.1.2 Avaliação Regional	35
3.1.3 Fitossanidade	59
3.1.4 Apicultura.....	59
3.1.5 Custos de Produção	60
3.2 Incêndios Florestais.....	61
3.3 Remoção de Biomassa de Albufeiras e Biodiversidade	67
3.4 Evolução da Produção de Energia Elétrica	73
3.5 Abastecimento Público	76
3.6 Análise do Rendimento Agrícola	78
4. MEDIDAS PARA ATENUAR OS EFEITOS DA SECA	80
5. DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO	106
6. CUSTOS DA INTERVENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	109
7. ANÁLISE DA ATUAÇÃO PÚBLICA	110
8. BREVE COMPARAÇÃO ENTRE AS SECAS DE 2005 E DE 2012	116
9. PROPOSTA DE TRABALHOS FUTUROS	119
ANEXOS	122
Anexo I - Variação da Área Semeada	123
Anexo II - Variação da Produtividade	124

Anexo III – Variação de Consumo e de Preços de Fatores de Produção	125
Anexo IV - Edital.....	132

Nota Introdutória

Depois da seca verificada no ano hidrológico 2011/2012 (de 1 de outubro de 2011 a 30 de setembro de 2012), cumpre efetuar um balanço dos problemas que a mesma provocou, bem como das medidas tomadas para atenuar os seus efeitos.

Esse balanço é apresentado no presente relatório, focando a seguinte informação:

- Caracterização da seca 2012
- Impactos da seca 2012
- Medidas para atenuar os efeitos da seca
- Divulgação de informação
- Custos da intervenção da administração pública
- Análise da atuação pública
- Breve comparação entre as secas de 2005 e de 2012
- Proposta de trabalhos futuros.

1. ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FACE À SITUAÇÃO DE SECA

O ano hidrológico 2011/2012, que em outubro registava uma precipitação um pouco abaixo do normal (média 1971 – 2000), prosseguiu com um mês de novembro muito chuvoso, mas começou a inversão desta evolução em dezembro, altura em que 83% do território continental apresentava seca fraca e 6% moderada. O agravamento do défice de pluviosidade continuou em janeiro, altura em que ocorreu apenas cerca de um quinto da precipitação normal, colocando 11% do território em seca severa, 76% em moderada e 13% em fraca.

Estava generalizada a todo o território uma situação de carência de queda pluviométrica, não muito acentuada, mas já a repercutir-se a nível da atividade agrícola. Os reflexos da seca faziam-se sentir essencialmente na pecuária extensiva; em termos de disponibilidades de água a situação não era preocupante, pois os dois anos hidrológicos precedentes haviam permitido um bom armazenamento de água nas albufeiras.

Sabendo-se que a sua evolução dependia das condições meteorológicas que viessem a registar-se nos meses seguintes, foi decidido iniciar uma atuação por antecipação, criando-se uma estrutura que assegurasse a observação dos desenvolvimentos e dos eventuais efeitos provocados.

Deste modo, por Despacho da Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, de 8 de Fevereiro, foi criado um Grupo de Trabalho no seio do ministério, que integrava as seguintes entidades:

- Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP), que coordenava;
- Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.(APA);
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA);
- Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR);

- Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I. P. (ICNF);
- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV);
- Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP);
- Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP);
- Autoridade de Gestão do PRODER (AGPRODER);
- Representantes dos Gabinetes do MAMAOT.

A sua missão, definida num Plano de Ação, previamente aprovado pela Sr.ª Ministra, consistia em:

- ✓ Ações de monitorização (meteorológica, hidrológica e agrícola), para avaliar do efetivo desenvolvimento da situação e respetivos impactos;
- ✓ Ações de mitigação dos efeitos, com proposta de medidas concretas para permitir a continuidade da atividade agrícola nas zonas afetadas;
- ✓ Ações de divulgação dos pontos de situação e das medidas de emergência adotadas para mitigação dos efeitos da seca.

A periodicidade de realização das reuniões, bem como a produção dos pontos de situação (foram produzidos dois relatórios), era quinzenal;

Numa das reuniões do Grupo foram auscultadas cinco Confederações do setor agrícola.

O acompanhamento da meteorologia foi assegurado pelo Instituto de Meteorologia e o das reservas hidrológicas pela APA;

A monitorização da evolução das culturas foi levada a efeito pelas cinco DRAP, em articulação com o Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP), como sucedeu durante a seca de 2005;

As medidas de apoio dinamizadas inseriram-se no âmbito de derrogações administrativas, de antecipação de pagamento de ajudas, de carácter nacional e de âmbito fiscal e parafiscal.

Este grupo de trabalho monitorizou a situação de seca durante os meses de fevereiro e março e elencou um conjunto de áreas de atuação (medidas de

derrogação administrativa, antecipação de apoios e medidas excecionais) para a mitigação dos efeitos da seca na agricultura, mais particularmente na pecuária extensiva.

Entretanto, o agravamento da situação deu origem ao arrastamento das suas consequências a outros sectores, sendo de destacar um número de fogos florestais muito superior ao registado em períodos homólogos de anos anteriores.

Essa expansão e a necessidade de uma atuação de prevenção para um quadro de agravamento das condições de seca, determinou a necessidade de serem tomadas providências no sentido do envolvimento de outras entidades públicas com atribuições ligadas a estes acontecimentos.

A Resolução de Conselho de Ministros de 12/03/2012, criou uma Comissão de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento da Seca (CPMAS), constituída por membros do Governo e apoiada por um Grupo de trabalho, com o carácter de estruturas permanentes.

A CPMAS é constituída por membros do Governo responsáveis pelas seguintes áreas:

- Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, que coordena;
- Finanças;
- Assuntos Europeus;
- Administração Interna;
- Administração Local;
- Economia;
- Saúde;
- Solidariedade e Segurança Social.

A RCM invocou também a tipologia de medidas para colmatar ou atenuar as consequências da seca.

O Grupo de Trabalho já existente é, assim, alargado, passando a incorporar novas entidades:

- Direção-Geral do Território (DGT);
- Direção-Geral do Orçamento (DGO);
- Autoridade Tributária e Aduaneira (AT);
- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE);
- Instituto Nacional de Estatística (INE);
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC);
- Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL);
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG);
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE);
- Direção-Geral da Saúde (DGS);
- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS).

Convém referir que paralelamente à atuação a nível nacional, foram desenvolvidos contactos intensos com a Comissão Europeia no sentido de ser acionado um conjunto de medidas de natureza de derrogação administrativa, antecipação de apoios e autorização para a concessão de auxílios de estado. A este nível é de destacar a inclusão de um ponto nas agendas dos Conselhos de Ministros de Ambiente e Agricultura, respetivamente, a 8 e 19 de Março.

Estas iniciativas resultaram ainda de uma coordenação entre o MAMAOT, o MNE e o MF em que foi delineada a orientação política para a disponibilização de recursos com o objetivo de materializar as medidas de apoio (cf. reunião de 15 de março 2012).

O GT é presidido por S. Ex^ª o Sr. Secretário de Estado da Agricultura.

Entre Fevereiro de 2012 e Fevereiro de 2013 o Grupo de Trabalho reuniu 11 vezes, das quais 4 com a participação de representantes das Organizações de Agricultores.

A criação da CPMAS e o alargamento do GT a novas entidades exigiu:

- ✓ O estabelecimento de uma correta articulação entre a Comissão e o GT;
- ✓ A clarificação das atribuições dos membros do GT;
- ✓ Uma coordenação do GT eficiente e devidamente enquadrada no MAMAOT;
- ✓ Boa articulação entre os membros do GT e respetiva tutela;
- ✓ Por fim, que a CPMAS garantisse uma célere resolução dos problemas.

Foram elaborados, inicialmente, relatórios quinzenais e a partir de junho com a periodicidade mensal, expondo a evolução da situação, com a estrutura definida na Resolução. Ao todo foram elaborados 12 relatórios, incluindo o presente Relatório de Balanço.

As conclusões da atividade do Grupo de Trabalho eram reportadas pelo senhor Secretário de Estado da Agricultura aos membros do governo pertencentes à CPMAS.

O Grupo foi assessorado por um Secretariado Técnico formado no GPP.

2. CARACTERIZAÇÃO DA SECA 2012

2.1 Evolução Meteorológica

O Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), no âmbito da monitorização do clima de Portugal Continental, dá particular atenção às situações de seca que ocorrem no território, sendo esta monitorização efetuada com base em dados essencialmente da precipitação e da temperatura, obtidos na rede de estações do Instituto. Em 2009

foi institucionalizado o Observatório para as Secas Meteorológicas, que está disponível online no *link*: <http://www.meteo.pt/pt/oclima/observatoriosecas/>.

Os objetivos do Observatório são os seguintes:

- Efetuar a monitorização da evolução das situações de seca meteorológica através de dois índices de seca (PDSI¹ e SPI²) calibrados para o território de Portugal Continental;
- Dar informação do grau de severidade da seca;
- Produzir uma antevisão da evolução, através de cenários, cujas probabilidades de ocorrência são baseadas nas previsões mensais de precipitação do Centro Europeu de Previsão do Tempo a Médio Prazo (ECMWF), do qual o IPMA é membro.

2.1.1 Precipitação no ano hidrológico 2011/2012

O início do ano hidrológico 2011/12 começou com ocorrência de precipitação, classificando-se outubro como um mês normal a chuvoso em quase todo o território e novembro como chuvoso em todo o território do Continente. No entanto, nos meses seguintes, nomeadamente entre dezembro e fevereiro, os valores de precipitação ocorridos foram baixos, muito inferiores aos valores médios, classificando-se aqueles meses como muito secos a extremamente secos. O inverno de 2011/12 (meses de dezembro, janeiro e fevereiro) foi o mais seco desde 1931. A precipitação ocorrida nos meses de primavera, em particular em abril e maio, não foi suficiente para inverter a

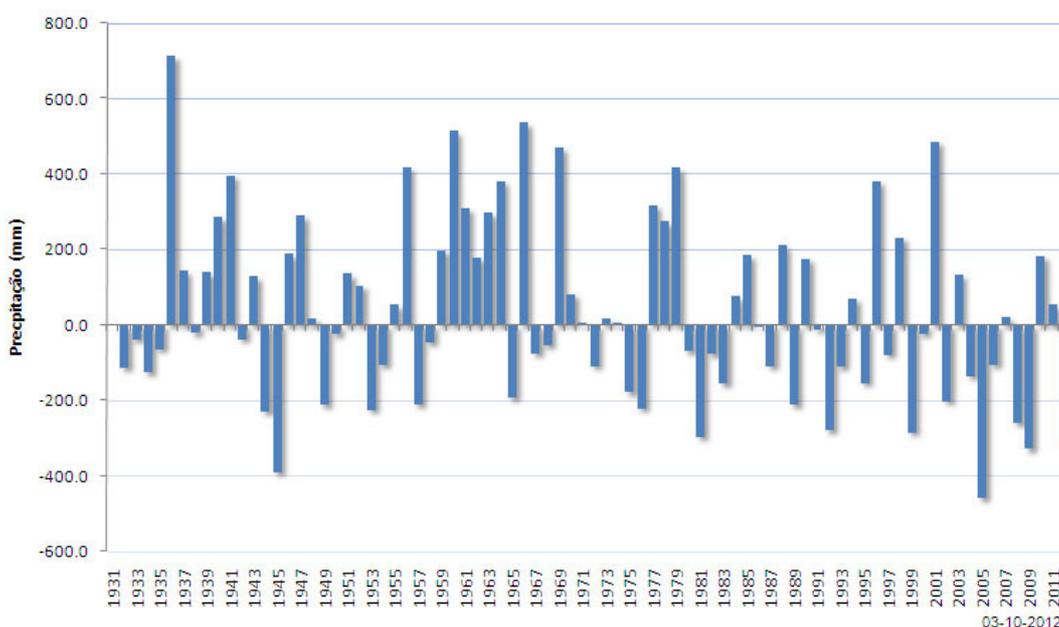
¹ Para análise da seca em Portugal Continental, o IPMA vem utilizando o índice [PDSI \(Palmer Drought Severity Index\)](http://www.meteo.pt/pt/oclima/observatoriosecas/pdsi/apresentacao/definicao/) o qual foi desenvolvido por Palmer em 1965 e implementado e calibrado para Portugal Continental em 2003 (Pires, 2003). Este índice baseia-se no conceito do balanço da água tendo em conta dados da quantidade de precipitação, temperatura do ar e capacidade de água disponível no solo e permite detetar a ocorrência de períodos de seca classificando-os em termos de intensidade (fraca, moderada, severa e extrema).
<http://www.meteo.pt/pt/oclima/observatoriosecas/pdsi/apresentacao/definicao/>

² Entretanto tem vindo a ser trabalhado um outro índice, o [SPI \(Standardized Precipitation Index\)](http://www.meteo.pt/pt/oclima/observatoriosecas/spi/apresentacao/definicao/), designadamente através da participação em projetos de investigação, como por exemplo, recentemente no projeto “Gestão de Risco em Secas”, liderado pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa. No Observatório de secas implementou-se a execução regular do índice SPI por bacias hidrográficas para Portugal Continental.
<http://www.meteo.pt/pt/oclima/observatoriosecas/spi/apresentacao/definicao/>

situação de seca meteorológica, que se instalara no final de 2011 e que se manteve até ao termo do ano hidrológico 2011/12.

No ano hidrológico de 2011/12 o valor médio da quantidade de precipitação acumulada entre outubro de 2011 e setembro de 2012 foi de 554.1mm, correspondendo ao 5º ano mais seco desde 1931 (ver Figura 1).

Figura 1 - Precipitação total nos anos hidrológicos entre 1931/32 e 2011/12 em Portugal Continental - Desvios em relação à média 1971-2000 (mm)



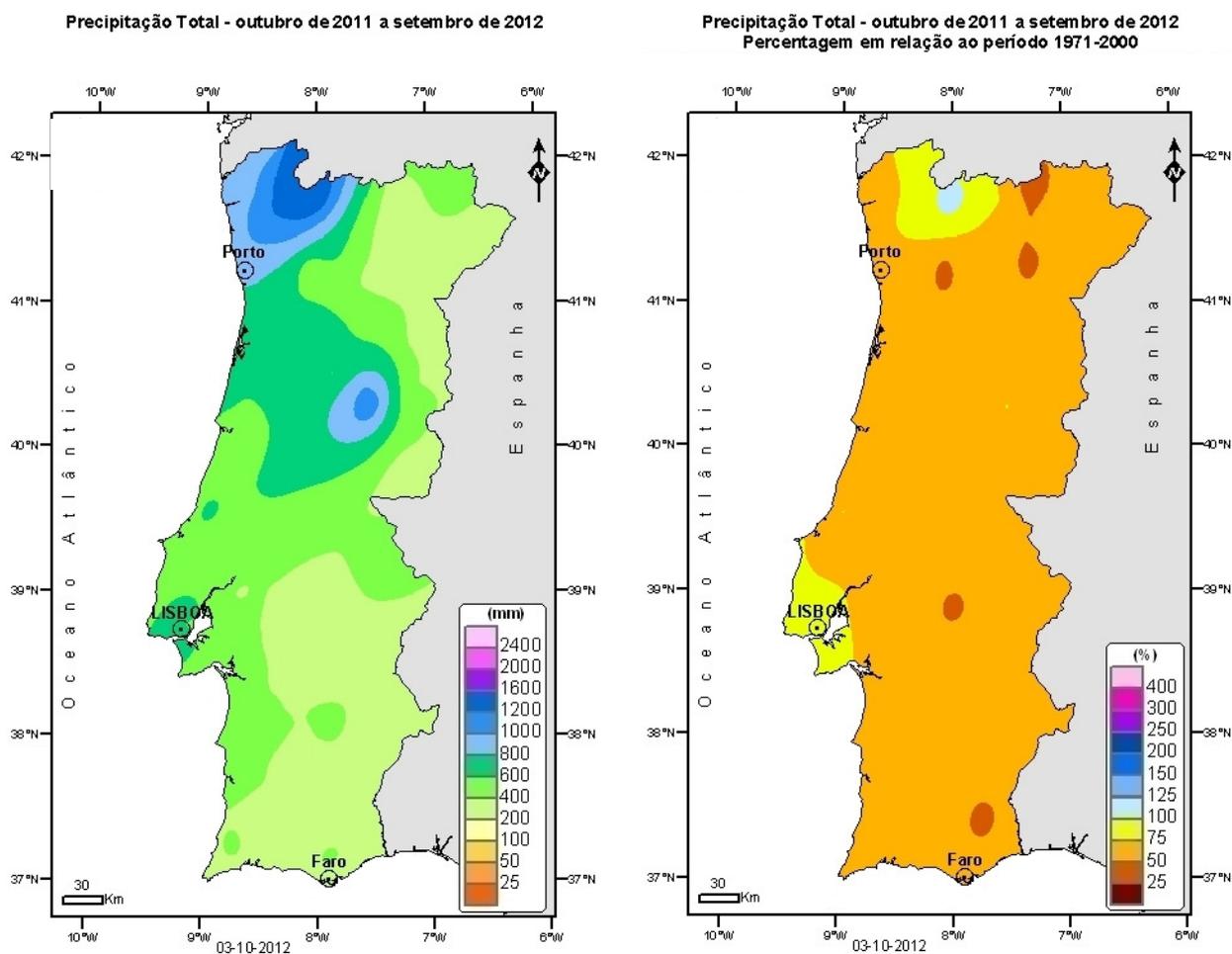
Fonte: IPMA, I.P

Na Figura 2 apresenta-se para Portugal Continental, a distribuição espacial do total de precipitação acumulada entre 01 de outubro de 2011 e 30 de setembro de 2012 (imagem do lado esquerdo) e a respetiva percentagem em relação à média 1971-2000 (imagem do lado direito). Verifica-se que, no final do ano hidrológico de 2011/12, os valores da quantidade de precipitação eram inferiores ao valor normal 1971-2000 em quase todo o território do Continente e variavam entre 238 mm em Martim Longo e 1556 mm em Portelinha/Gerês.

Em termos de percentagem, em relação ao valor médio no período 1971-2000, a quantidade de precipitação acumulada entre 01 de outubro 2011 e 30 de setembro

2012, é inferior a 75% do normal em quase todo o território, classificando-se o ano hidrológico 2011/12 como seco a extremamente seco.

Figura 2 - Precipitação acumulada entre 01 de outubro 2011 e 30 de setembro 2012 (imagem lado esquerdo) e percentagem em relação à média 1971-2000 (imagem lado direito)



Fonte: IPMA, I.P

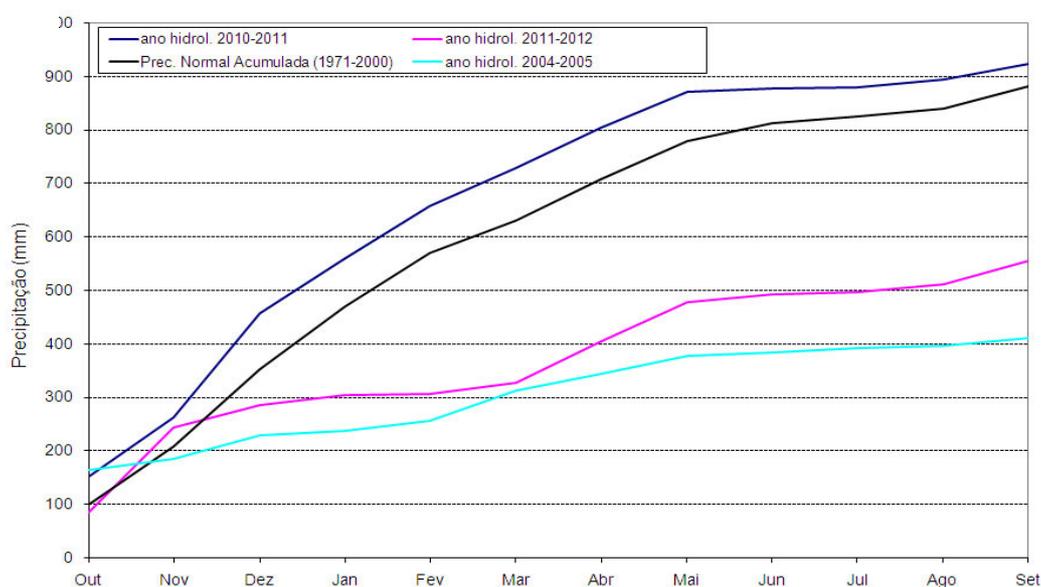
Na Tabela 1 e na Figura 3, apresentam-se os valores da precipitação mensal (outubro a setembro) nos anos hidrológicos 2011/12, 2010/11 (ano chuvoso) e 2004/05 (ano de seca), assim como os valores normais 1971-2000. Verifica-se que o total acumulado em 2011/12 foi inferior (63%) ao valor normal, mas superior ao de 2004/05 (47%).

Tabela 1 - Precipitação mensal nos anos hidrológicos 2004/05, 2010/11, 2011/12 e valor médio 1971-2000

Ano Hidrológico	Precipitação mensal no ano hidrológico (mm)												
	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Total
2004-2005	164.4	21.0	44.2	7.2	19.7	56.4	32.1	32.1	6.8	8.9	2.7	15.3	410.8
2010-2011	151.3	111.3	194.5	102.6	96.9	71.8	74.8	67.2	6.0	2.9	15.4	28.6	923.3
2011-2012	84.8	158.3	41.2	20.4	2.2	20.8	76.6	73.2	14.0	4.5	14.4	43.7	554.1
Normal 1971-2000	98.2	109.4	144.0	117.3	100.1	61.2	78.9	71.2	32.2	13.8	13.7	42.1	882.1

Fonte: IPMA, I.P

Figura 3 - Precipitação acumulada nos anos hidrológicos 2004/05, 2010/11 e de 2011/12 (outubro a setembro) e média da quantidade de precipitação acumulada (1971-2000)



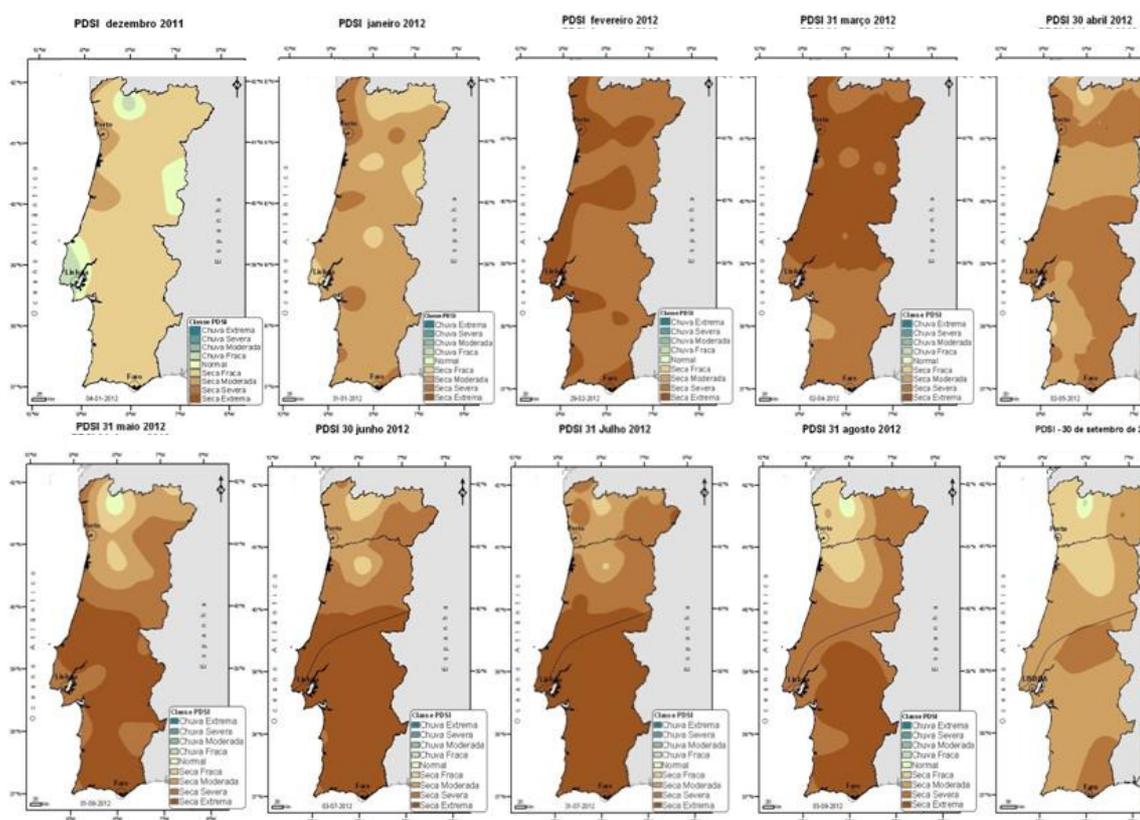
Fonte: IPMA, I.P

2.1.2 Situação de Seca Meteorológica

A situação de seca no ano hidrológico 2011/12 iniciou-se em dezembro de 2011 e manteve-se em quase todo o território do Continente durante o ano hidrológico (até

final de setembro de 2012). Os meses de maior severidade da seca foram os de fevereiro e março, com quase todo o território nas classes de seca mais graves, severa e extrema, do índice PDSI. Verificou-se um desagravamento da situação de seca nos meses de abril e de maio, e intensificação em junho, em particular, nas regiões a sul do Tejo. A partir de agosto atenuou-se a intensidade da seca meteorológica, mais significativamente no mês de setembro em todo o território do Continente.

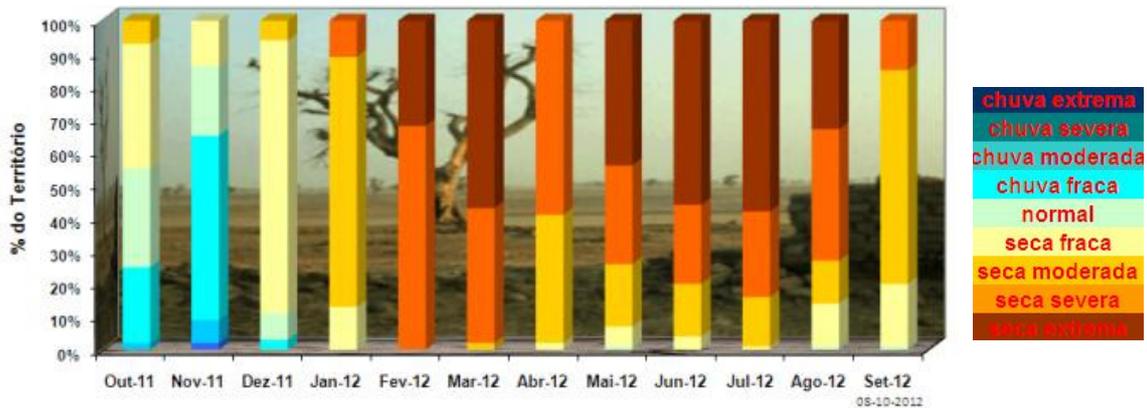
Figura 4 - Distribuição espacial do índice de seca PDSI entre dezembro de 2011 e setembro de 2012



Fonte: IPMA, I.P

Apresenta-se na Figura 4 a evolução da distribuição espacial do índice PDSI entre dezembro de 2011 (início da situação de seca) e setembro de 2012 (final do ano hidrológico) e na Figura 5 a percentagem de território (área) nas diferentes classes de seca meteorológica no ano hidrológico 2011/12.

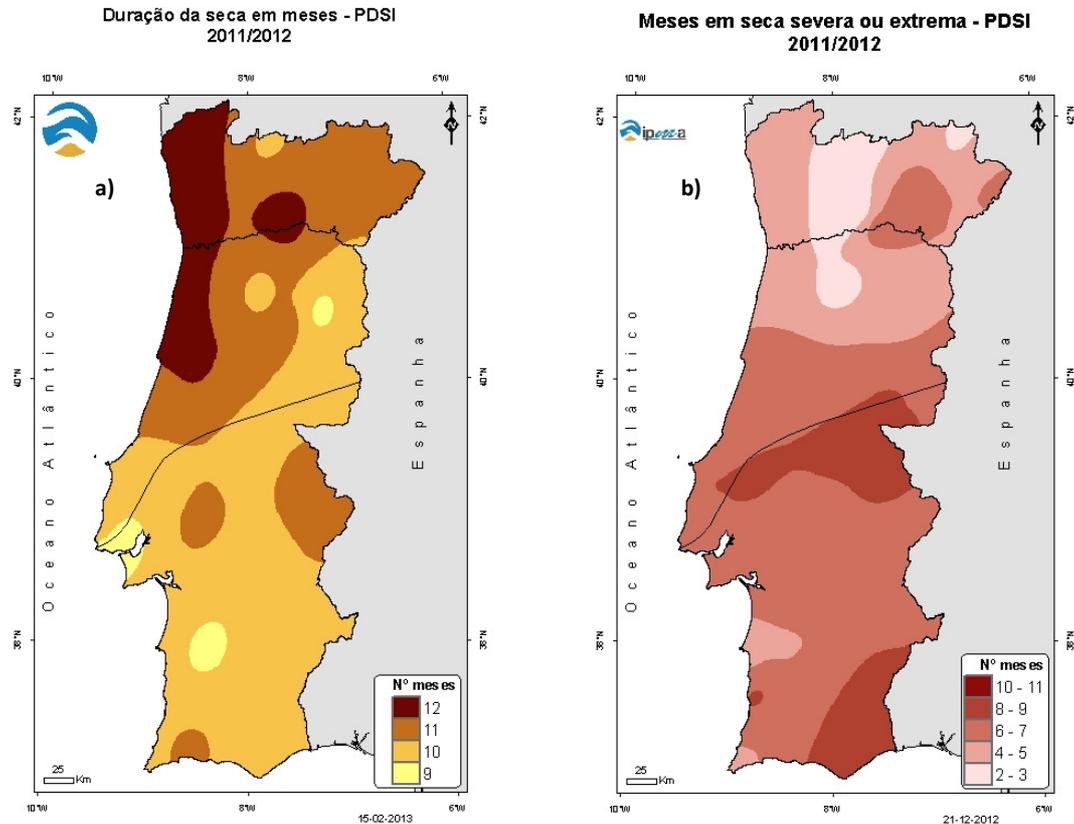
Figura 5 - Percentagem de território (área) nas diferentes classes de seca meteorológica no ano hidrológico 2011/12



Fonte: IPMA, I.P

Na Figura 6 apresenta-se o número de meses em situação de seca e o número de meses em seca severa e extrema durante o ano hidrológico 2011/12 em Portugal Continental.

Figura 6 - Representação espacial do número de meses em seca meteorológica (imagem lado esquerdo) e do número de meses em seca meteorológica severa e extrema (imagem lado direito) no ano hidrológico de 2011/12



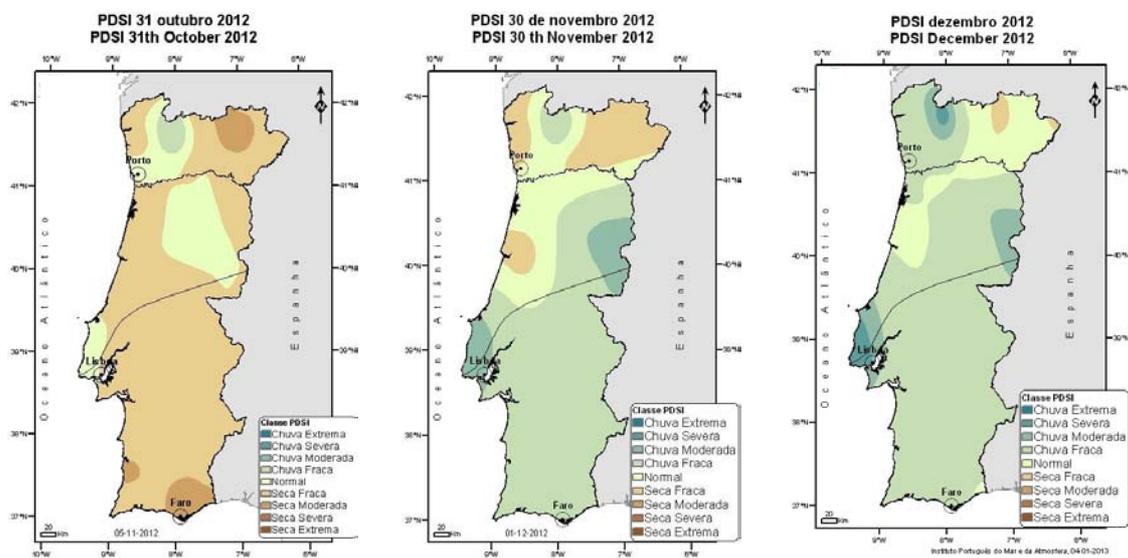
Fonte: IPMA, I.P

Verifica-se que as regiões do Norte e parte do Centro estiveram mais meses em seca (imagem do lado esquerdo), no entanto, foi na região Centro (área entre Alcobça e Castelo Branco e Portalegre) e no interior do Baixo Alentejo e Sotavento Algarvio, que ocorreu maior número de meses nas classes mais graves do índice PDSI, severa e extrema (imagem do lado direito).

Nos primeiros 3 meses do ano hidrológico de 2012/13, a situação de seca meteorológica continuou a diminuir gradualmente, verificando-se que em 31 de dezembro já não existia seca meteorológica em quase todo o território do Continente, apenas alguns locais de Trás-os-Montes se mantinham em seca fraca.

Para esclarecimento da forma como se foi dissipando, descreve-se resumidamente a evolução nos primeiros três meses do novo ano hidrológico, no que se reporta aos valores de precipitação e à situação de seca, apresenta-se na Figura 7 a distribuição espacial do índice PDSI.

Figura 7 - Distribuição espacial do índice de seca PDSI entre outubro e dezembro de 2012



Fonte: IPMA, I.P

Em outubro de 2012 o valor médio de precipitação foi ligeiramente superior ao valor médio 1971-2000, classificando-se o mês como normal a chuvoso em todo o território. As regiões Centro e Sul apresentaram desvios positivos em relação à precipitação normal e a região Norte valores próximos da normal. A situação de seca desagravou-

se, deixando de existir em grande parte do Noroeste do território, na região interior entre Viseu e Castelo Branco e na região Oeste.

Em novembro de 2012 o valor médio de precipitação foi superior ao valor normal, classificando-se o mês como chuvoso a muito chuvoso, sendo mesmo extremamente chuvoso na região de Beja, exceto na região Norte aonde foi normal a seco. A situação de seca meteorológica regrediu significativamente, terminando em quase toda a área das regiões Centro e Sul e mantendo-se, apenas, no nível de seca fraca em alguns locais da região Norte e na zona de Coimbra.

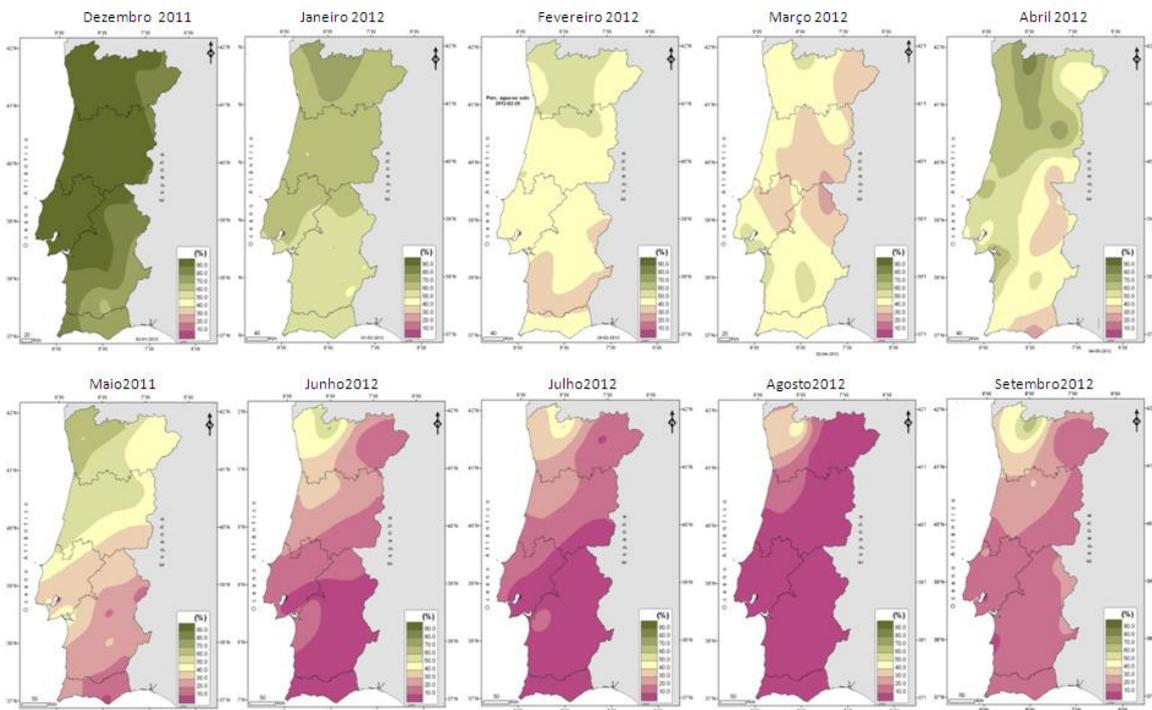
Em dezembro de 2012 o valor médio de precipitação foi inferior ao valor normal, classificando-se o mês como normal, sendo chuvoso no Minho e na região de Lisboa e seco no interior do Baixo Alentejo e no Algarve. Os valores de precipitação elevados que se verificaram no Litoral Norte contribuíram para um desagramento da situação de seca meteorológica nessa região, pelo que no final do mês apenas se encontravam em seca fraca alguns locais de Trás-os-Montes, que correspondiam a 1% do território.

2.2 Teor de Água no Solo

Os valores em percentagem de água no solo, em relação à capacidade de água utilizável pelas plantas entre dezembro de 2011 (início da situação de seca) e setembro de 2012 encontram-se na Figura 8.

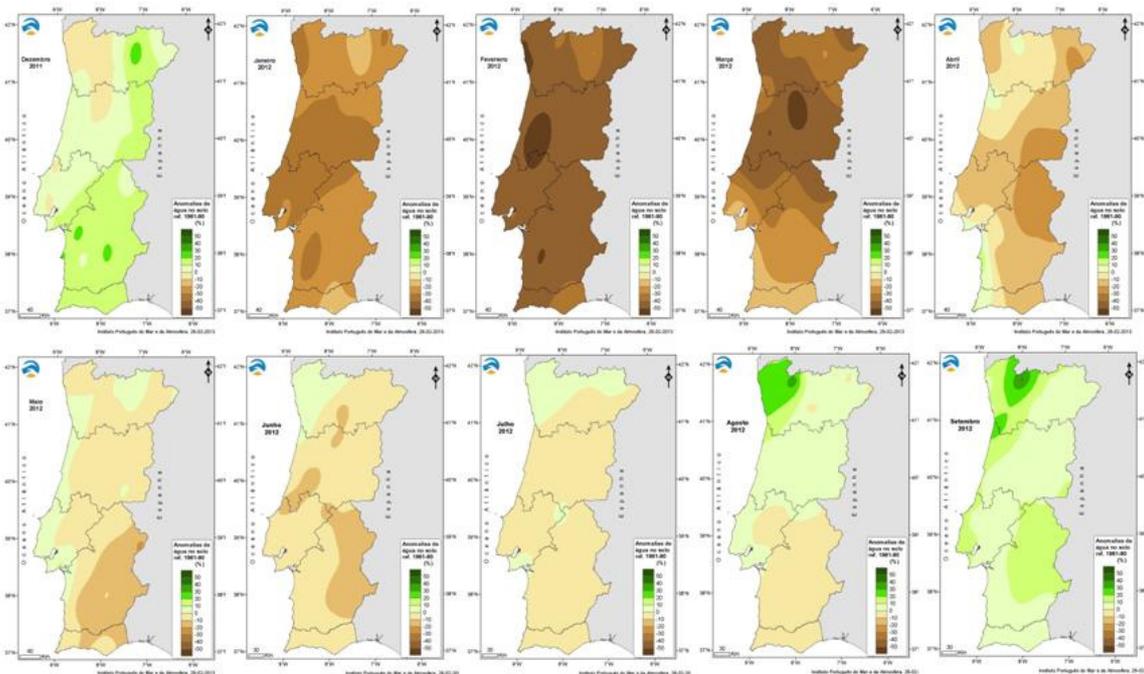
Apesar da situação de seca meteorológica se ter iniciado em dezembro de 2011, só a partir do mês de fevereiro a escassez de chuva se começa a refletir na retenção de água nos solos, verificando-se no final desse mês que a maior parte do território apresentava valores inferiores a 50% do potencial. Em abril verificou-se uma ligeira recuperação da percentagem de água no solo, no entanto, a partir de maio voltou a diminuir, primeiro na região Sul e estendendo-se nos meses seguintes às regiões Norte e Centro. No final do ano hidrológico 2011/12 ainda se verificavam valores muito baixos, inferiores a 30%, em grande parte do território.

Figura 8 - Distribuição espacial da percentagem de água no solo entre dezembro de 2011 e setembro de 2012



Fonte: IPMA, I.P

Figura 9 - Distribuição espacial da anomalia de água no solo entre dezembro de 2011 e setembro de 2012



Fonte: IPMA, I.P

2.3 Evolução Hidrológica

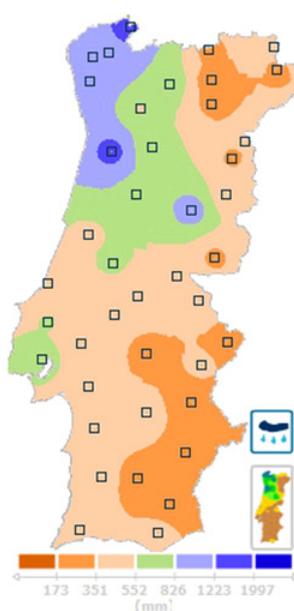
2.3.1 Disponibilidades Hidrológicas

A informação que se segue foi obtida a partir do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH).

O sistema de monitorização dos recursos hídricos nacionais é suportado por uma base de dados preparada para armazenar e divulgar dados hidro-meteorológicos e de qualidade da água (superficial e subterrânea), recolhida na rede de monitorização de recursos hídricos do MAMAOT (através do portal do sistema <http://snirh.pt>). A rede de monitorização é composta por estações automáticas e convencionais, estando algumas equipadas com teletransmissão.

Durante o ano hidrológico de 2011-2012 foram seguidos os procedimentos de vigilância de seca estabelecidos em 1996 no ex-INAG que permitem avaliar a evolução do grau de severidade da seca meteorológica e a sua percentagem de transposição para a parte superficial e subterrânea do ciclo hidrológico.

Figura 10 - Precipitação no ano hidrológico 2011/12 em 42 estações de medição de precipitação

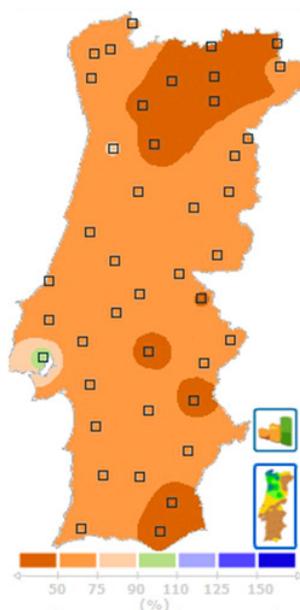


Fonte: APA

A nível espacial, apesar da maior concentração da precipitação na parte litoral Norte do território continental (ver Figura 10), a generalidade do território continental teve precipitações anuais entre os 50 e os 75% da média (Figura 11). Em áreas abrangidas pela bacia do Douro e no Sotavento Algarvio os valores de precipitação foram ademais inferiores a 50% da média.

Em resumo do ponto de vista meteorológico, e tendo em conta a análise estatística apenas dos valores de precipitação, na parte Norte do território continental a severidade da seca atingiu um período de retorno ligeiramente superior aos 50 anos, enquanto no Sul do País a severidade verificada foi ligeiramente inferior aos 25 anos.

Figura 11 - Relação entre a precipitação no ano hidrológico 2011/12 e a precipitação média de 1940/41 a 1997/98, em percentagem, com base em 42 estações de medição de precipitação



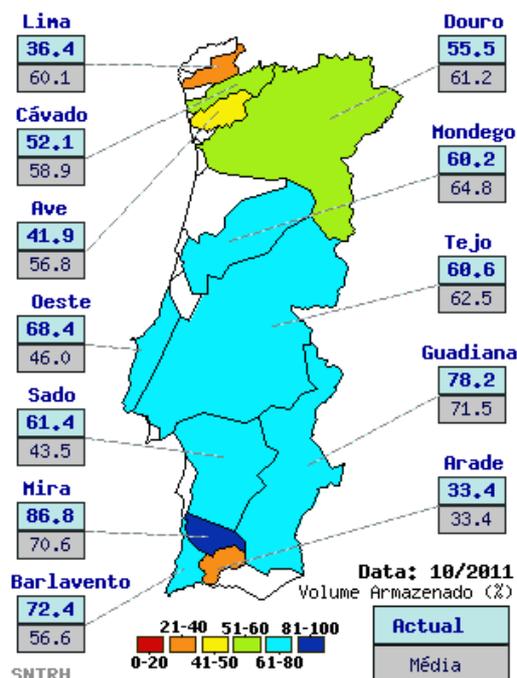
Fonte: APA

2.3.2 Bacias Hidrográficas

A tradução da escassez atmosférica nas disponibilidades hídricas (superficiais e subterrâneas), quando considerados os armazenamentos disponíveis, dependem grandemente do estado inicial das reservas, da evolução temporal dos volumes precipitados e dos usos instalados.

O volume de água armazenado no início do ano hidrológico 2011/12 (Outubro de 2011) encontrava-se 3% acima do valor médio, o que criava condições de alguma tranquilidade face a eventuais quebras nos volumes potencialmente precipitáveis ao longo do ano (ver Figura 12). Apenas a parte Norte do território, com menor capacidade de regularização, apresentava algum grau de vulnerabilidade.

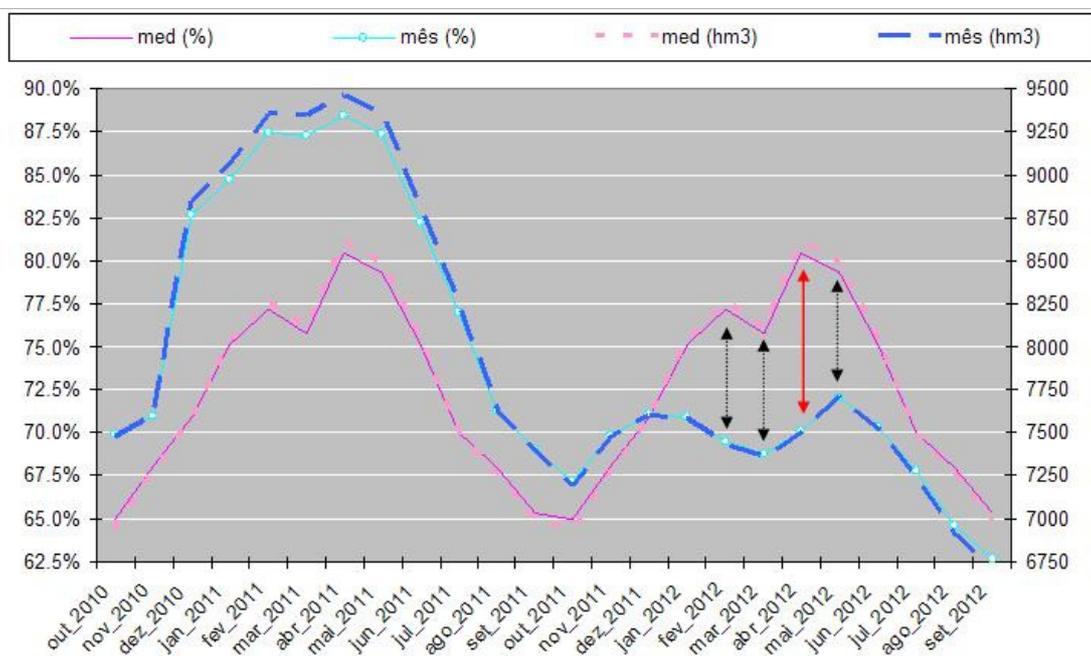
Figura 12 – Situação das Albufeiras em outubro de 2011



Fonte: APA

O facto da percentagem de armazenamento no início do ano hidrológico de 2011/12 se encontrar acima da média deve-se às condições favoráveis de humidade do ano hidrológico anterior (ver Figura 13). Ao longo do ano hidrológico de 2011/12, o armazenamento superficial manteve-se próximo dos valores médios no primeiro e último trimestres (ligeiramente acima da média de outubro a dezembro de 2011, e ligeiramente abaixo da média de julho a setembro de 2012) tendo-se sido significativa a redução face aos valores médios durante o período intermédio (janeiro de 2012 a junho de 2012) devido aos fracos valores de precipitação no semestre húmido (ver Figura 13).

Figura 13 - Evolução do armazenamento total no território continental e sua comparação com o ano hidrológico anterior



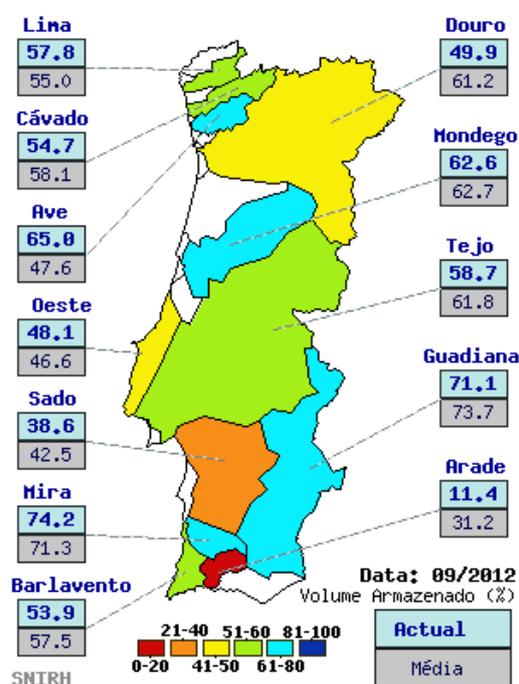
Fonte: APA

Em suma, o ano hidrológico iniciou-se com um volume armazenado em outubro de 2011 de 7.2 Km³, e terminou (em setembro de 2012) com um volume armazenado de 6.7 Km³, correspondente a um valor 4% abaixo da média.

Este cenário evolutivo não impôs grandes condicionalismos aos usos planeados.

A situação das albufeiras em setembro de 2012 encontra-se representada na Figura 14.

Figura 14 - Situação das Albufeiras em setembro de 2012



Fonte: APA

A nível das bacias hidrográficas só existem duas onde o armazenamento foi significativamente inferior à média após um ano meteorologicamente seco, que são a bacia do Douro (10% abaixo) e a bacia do Arade (20% abaixo), ainda que nesta última não esteja contabilizado o volume de armazenamento disponibilizado pela barragem de Odelouca, que entretanto cumpriu o seu primeiro enchimento com um volume significativo para a região de 100 hm³.

A nível do armazenamento subterrâneo ocorreu uma situação similar à parcela superficial: nos sistemas aquíferos de maior dimensão (na Orla Ocidental, na Bacia Sedimentar do Tejo-Sado e na Orla Meridional), com maiores tempos de residência, os níveis de armazenamento estiveram em condições médias, enquanto que nos sistemas aquíferos de pequena dimensão do Maciço Antigo a recessão dos níveis freáticos em resposta à fraca precipitação foi mais evidente.

Bacia Hidrográfica do Minho

Em Junho a precipitação acumulada na bacia foi de 294.7 mm (inferior a 70% da precipitação média acumulada, 506.7 mm), logo não se aplicou o regime de caudal integral anual imposto pela convenção.

Ainda assim o regime de caudal integral mínimo anual proposto na convenção foi verificado por Espanha com base na informação proveniente da barragem da Frieira, de onde o volume efluente anual foi de 4057 hm³ (> 3700 hm³).

No primeiro trimestre (01/10/2011 a 31/12/2011) a precipitação foi de 276.6 mm (\geq 168.84 mm), logo aplicou-se o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (952 hm³) foi cumprido por Espanha (\geq 440 hm³). No segundo trimestre (01/01/2012 a 31/03/2012) a precipitação foi de 314.5 mm (< 333.69 mm), logo não se aplicou o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (692 hm³) foi, ainda assim, verificado por Espanha (\geq 530 hm³). No terceiro trimestre (01/04/2012 a 30/06/2012) a precipitação foi de 82.2 mm (< 351.47 mm), logo não se aplicou o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (1704 hm³) foi, ainda assim, verificado por Espanha (\geq 330 hm³). No quarto trimestre (01/07/2012 a 30/09/2012) a precipitação foi de mm (< 186.62 mm), logo não se aplicou o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (710 hm³) foi, ainda assim, verificado por Espanha (\geq 180 hm³).

Bacia Hidrográfica do Douro

Secção: Miranda

Em Maio a precipitação acumulada foi de 168.4 (< a 65% da precipitação média acumulada, 242.8 mm), logo não se aplica o regime de caudal integral anual imposto pela convenção.

O regime de caudal integral anual mínimo proposto na convenção não foi verificado por Espanha na secção à entrada de Portugal, dado que os caudais afluentes a Miranda totalizaram 2942 hm³ (< 3500 hm³).

No primeiro trimestre (01/10/2011 a 31/12/2011) a precipitação foi de 121.7 mm (\geq 103.35 mm), logo aplica-se o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (1225 hm³) foi cumprido por Espanha (\geq 510 hm³). No segundo trimestre (01/01/2012 a 31/03/2012) a precipitação foi de 97.5 mm ($<$ 154.44 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (535 hm³) não foi verificado por Espanha ($<$ 630 hm³). No terceiro trimestre (01/04/2012 a 30/06/2012) a precipitação foi de 97.6 mm ($<$ 179.335 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (714 hm³) foi, ainda assim, verificado por Espanha (\geq 480 hm³). No quarto trimestre (01/07/2012 a 30/09/2012) a precipitação foi de 91 mm ($<$ 128.245 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (467 hm³) foi, ainda assim, verificado por Espanha (\geq 270 hm³).

O caudal semanal foi cumprido em todas as semanas em que se aplicava o regime de caudais.

Secção: Bemposta

Em Maio a precipitação acumulada foi de 168.4 ($<$ a 65% da precipitação média acumulada, 242.8 mm), logo não se aplica o regime de caudal integral anual imposto pela convenção.

O regime de caudal integral mínimo anual não foi verificado por Espanha na secção da barragem da Bemposta. O volume afluente à barragem da Bemposta é de 2833 hm³ ($<$ 3500 hm³).

No primeiro trimestre (01/10/2011 a 31/12/2011) a precipitação foi de 121.7 mm (\geq 103.35 mm), logo aplica-se o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (1129 hm³) foi cumprido (\geq 510 hm³). No segundo trimestre (01/01/2012 a 31/03/2012) a precipitação foi de 97.5 mm ($<$ 154.44 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (510 hm³) não foi verificado ($<$ 630 hm³). No terceiro trimestre (01/04/2012 a 30/06/2012) a precipitação foi de 97.6 mm ($<$ 179.335 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (711 hm³) foi, ainda assim, verificado (\geq 480 hm³). No quarto trimestre

(01/07/2012 a 30/09/2012) a precipitação foi de 91 mm (< 128.245 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (482 hm³) foi, ainda assim, verificado (\geq 270 hm³).

O caudal semanal foi cumprido em todas as semanas em que aplicava o regime de caudais.

Secção: Saucelle e Águeda

Em Maio a precipitação acumulada foi de 181.2 (< a 65% da precipitação média acumulada, 242.8 mm), logo não se aplica o regime de caudal integral anual imposto pela convenção.

O regime de caudal integral mínimo anual não foi verificado por Espanha na secção final do troço internacional do Douro (após contribuição do rio Águeda e da barragem de Saucelle - assumida como 75% dos caudais afluentes à barragem do Pocinho). O volume afluente à barragem de Pocinho é de 3501 hm³ (75% = 3501 hm³ logo < 3800 hm³).

No primeiro trimestre (01/10/2011 a 31/12/2011) a precipitação foi de 119.8 mm (\geq 103.35 mm), logo aplica-se o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (1437 hm³) foi cumprido por Espanha (\geq 580 hm³). No segundo trimestre (01/01/2012 a 31/03/2012) a precipitação foi de 97.1 mm (< 154.44 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (765 hm³) foi, ainda assim, verificado por Espanha (\geq 720 hm³). No terceiro trimestre (01/04/2012 a 30/06/2012) a precipitação foi de 112.7 mm (< 179.335 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (789 hm³) foi, ainda assim, verificado por Espanha (\geq 520 hm³). No quarto trimestre (01/07/2012 a 30/09/2012) a precipitação foi de 105.5 mm (< 128.245 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (510 hm³) foi, ainda assim, verificado por Espanha (\geq 300 hm³).

O caudal semanal foi cumprido em todas as semanas em que se aplicava o regime de caudais.

Secção: Crestuma

Em Maio a precipitação acumulada foi de 181.2 (< a 65% da precipitação média acumulada, 242.8 mm), logo não se aplica o regime de caudal integral anual imposto pela convenção.

O regime de caudal integral mínimo anual foi, ainda assim, verificado por Portugal na secção da barragem de Crestuma 8032 hm³ (> 5000 hm³).

No primeiro trimestre (01/10/2011 a 31/12/2011) a precipitação foi de 119.8 mm (\geq 103.35 mm), logo aplica-se o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (3021 hm³) foi cumprido por Portugal (\geq 770 hm³). No segundo trimestre (01/01/2012 a 31/03/2012) a precipitação foi de 97.1 mm (< 154.44 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (1766 hm³) foi, ainda assim, verificado por Portugal (\geq 950 hm³). No terceiro trimestre (01/04/2012 a 30/06/2012) a precipitação foi de 112.7 mm (< 179.335 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (2319 hm³) foi, ainda assim, verificado por Portugal (\geq 690 hm³). No quarto trimestre (01/07/2012 a 30/09/2012) a precipitação foi de 105.5 mm (< 128.245 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (937 hm³) foi, ainda assim, verificado por Portugal (\geq 400 hm³).

O caudal semanal foi cumprido em todas as semanas em que se aplicava o regime de caudais.

Bacia Hidrográfica do Tejo

Secção: Cedilho

Em Março a precipitação acumulada foi de 136.2 mm (44% da precipitação média acumulada - 312.7 mm), sendo a precipitação no ano hidrológico anterior 464.5 mm (98 % da média anual - 473 mm), logo não se aplica o regime de caudal integral anual imposto pela convenção.

O regime de caudal integral anual proposto na convenção foi praticamente verificado por Espanha na secção final do troço internacional do Tejo (em Cedilho), se tomados por base os caudais afluentes a Fratel 2643 hm³ (~ 2700 hm³).

No primeiro trimestre (01/10/2011 a 31/12/2011) a precipitação foi de 161.6 mm (\geq 109.62 mm), logo aplica-se o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (1754 hm³) foi cumprido por Espanha (\geq 295 hm³). No segundo trimestre (01/01/2012 a 31/03/2012) a precipitação foi de 140.2 mm ($<$ 182.28 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (400 hm³) foi verificado por Espanha (\geq 350 hm³). No terceiro trimestre (01/04/2012 a 30/06/2012) a precipitação foi de 70.4 mm ($<$ 174.18 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (306 hm³) foi verificado por Espanha (\geq 220 hm³). No quarto trimestre (01/07/2012 a 30/09/2012) a precipitação foi de 62.8 mm ($<$ 101.52 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (184 hm³) foi verificado por Espanha (\geq 130 hm³).

O caudal semanal foi cumprido em todas as semanas em que se aplicava o regime de caudais.

Secção: Ponte Muge

Em Março a precipitação acumulada foi de 192.8 mm (31% da precipitação média acumulada - 625.3 mm), sendo a precipitação no ano hidrológico anterior 525 mm (61 % da média anual - 862.9 mm), logo não se aplica o regime de caudal integral anual imposto pela convenção.

Porém o regime de caudal integral anual não foi verificado por Portugal na sub-bacia Portuguesa entre Cedillo e Ponte de Muge 519 hm³ ($<$ 1300 hm³).

No primeiro trimestre (01/10/2011 a 31/12/2011) a precipitação foi de 174.4 mm ($<$ 175.62 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (340 hm³) foi, ainda assim, verificado por Portugal (\geq 150 hm³). No segundo trimestre (01/01/2012 a 31/03/2012) a precipitação foi de 206.6 mm ($<$ 346.98 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (110 hm³) não foi verificado por Portugal ($<$ 180 hm³). No terceiro trimestre (01/04/2012 a 30/06/2012) a precipitação foi de 132.2 mm ($<$ 342.12 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (38 hm³) não foi verificado por Portugal ($<$ 110 hm³). No quarto trimestre (01/07/2012 a 30/09/2012) a

precipitação foi de 97.4 mm (< 170.76 mm), logo não se aplica o regime de caudal trimestral/semanal. O caudal trimestral (30 hm³) não foi verificado por Portugal (< 60 hm³).

O caudal semanal nem sempre foi verificado em todas as semanas dado que nunca se aplicava o regime de caudais.

Bacia Hidrográfica do Guadiana

Como o armazenamento total das albufeiras de referência no período de referência era de 5574 hm³ (superior a 3150 hm³) aplicava-se o regime de caudal integral anual imposto pela convenção. Adicionalmente, e uma vez que a precipitação acumulada na bacia até Fevereiro foi de 22.2 mm (inferior a 65 % da precipitação média acumulada, 182.1 mm), o volume anual a cumprir será 400 hm³.

O regime de caudal integral anual proposto na convenção, se tomados por base os caudais afluentes a Monte da Vinha (e não os de referência efectiva registados em Badajoz), não é cumprido à entrada de Portugal (353 hm³ < 400 hm³).

O caudal médio diário mínimo (2 m³/s), foi cumprido por Portugal na secção da estação do Pomarão (2.0 m³/s) bem como por Espanha na secção à entrada de Portugal (3.1 m³/s).

No primeiro trimestre (01/10/2011 a 31/12/2011) a precipitação foi de 18.5 mm (< 113.6 mm) sendo o volume armazenado nas albufeiras de 5636 hm³, logo aplica-se o regime de caudal trimestral. O caudal trimestral (98 hm³) foi cumprido por Espanha (>= 42 hm³). No segundo trimestre (01/01/2012 a 31/03/2012) a precipitação foi de 22.6 mm (< 99.8 mm) sendo o volume armazenado nas albufeiras de 5574 hm³, logo aplica-se o regime de caudal trimestral. O caudal trimestral (95 hm³) foi cumprido por Espanha (>= 49 hm³). No terceiro trimestre (01/04/2012 a 30/06/2012) a precipitação foi de 28 mm (< 68.3 mm) sendo o volume armazenado nas albufeiras de 5350 hm³, logo aplica-se o regime de caudal trimestral. O caudal trimestral (68 hm³) foi cumprido por Espanha (>= 28 hm³). No quarto trimestre (01/07/2012 a 30/09/2012) a precipitação foi de 24.3 mm (> 2.6 mm) sendo o volume armazenado nas albufeiras de

4442 hm³, logo aplica-se o regime de caudal trimestral. O caudal trimestral (92 hm³) foi cumprido por Espanha (≥ 32 hm³).

2.3.4 Aproveitamentos Hidroagrícolas

a) Evolução da campanha de rega

Da observação do boletim n.º 12/2012 das reservas hídricas das albufeiras (in SIR – Sistema de Informação do regadio / DGADR), que coincide aproximadamente com a data do início da campanha de rega, a situação nas diferentes albufeiras era relativamente favorável dado o ano anterior ter sido chuvoso.

Assim, apesar do ano hidrológico de 2011/2012 ter sido um ano bastante seco, somente foram identificadas situações problemáticas em três aproveitamentos hidroagrícolas do grupo II, tutelado pela DGADR, a saber: Odivelas, Lucefécit e Silves, Lagoa e Portimão (barragem do Arade). Apenas no Lucefécit a escassez de água obrigou, em última análise, a adotar medidas extraordinárias e na barragem da Burga que abastece o bloco norte do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale da Vilariça, obra atualmente do Grupo IV, tutelada, por esse motivo, pela DRAP do Norte, onde a falta de água comprometeu totalmente a campanha de rega, tendo-se perdido as culturas.

Com efeito, em Odivelas, apesar das reservas iniciais corresponderem apenas a 17,6% da capacidade útil, os caudais transferidos da barragem do Alvito, da ordem de 3 m³/s, apesar de ligeiramente inferiores ao caudal de 3,5 m³/s solicitado pela Associação, foram suficientes para fazer face às necessidades de rega do aproveitamento, não se tendo registado problemas significativos na rega das culturas e, em consequência, nas produções verificadas.

Importa salientar que esta situação de escassez das reservas hídricas de Odivelas ainda não está resolvida, pois no final do ano civil de 2012 a albufeira apenas tinha armazenado o volume de 10,73 hm³ que representa 15,3% da sua capacidade útil (ver Boletim n.º 52).

Em Silves, Lagoa e Portimão, o volume útil de 5,8 hm³ existente na barragem de Arade no início da campanha de rega (no Algarve a campanha iniciou-se mais cedo) era já insuficiente para assegurar a sua realização em condições. Todavia, as transferências provenientes da albufeira do Funcho, com 7,5 hm³ de volume útil armazenado, permitiram que a rega das culturas fosse efetuada sem problemas, não havendo quebras de produção a registar, dado que as necessidades médias da campanha se situam nos 12 hm³, portanto um valor inferior ao armazenamento conjugado destas duas barragens.

Porém, à semelhança de Odivelas, a situação de carência ainda não está ultrapassada visto que os volumes úteis armazenados no final de 2012 são bastante reduzidos, respetivamente, 2,6 hm³ (9,7%) e 9,2 hm³ (21,5%), em Arade e no Funcho, volumes que no seu conjunto ainda não permitem satisfazer as necessidades de rega totais do aproveitamento.

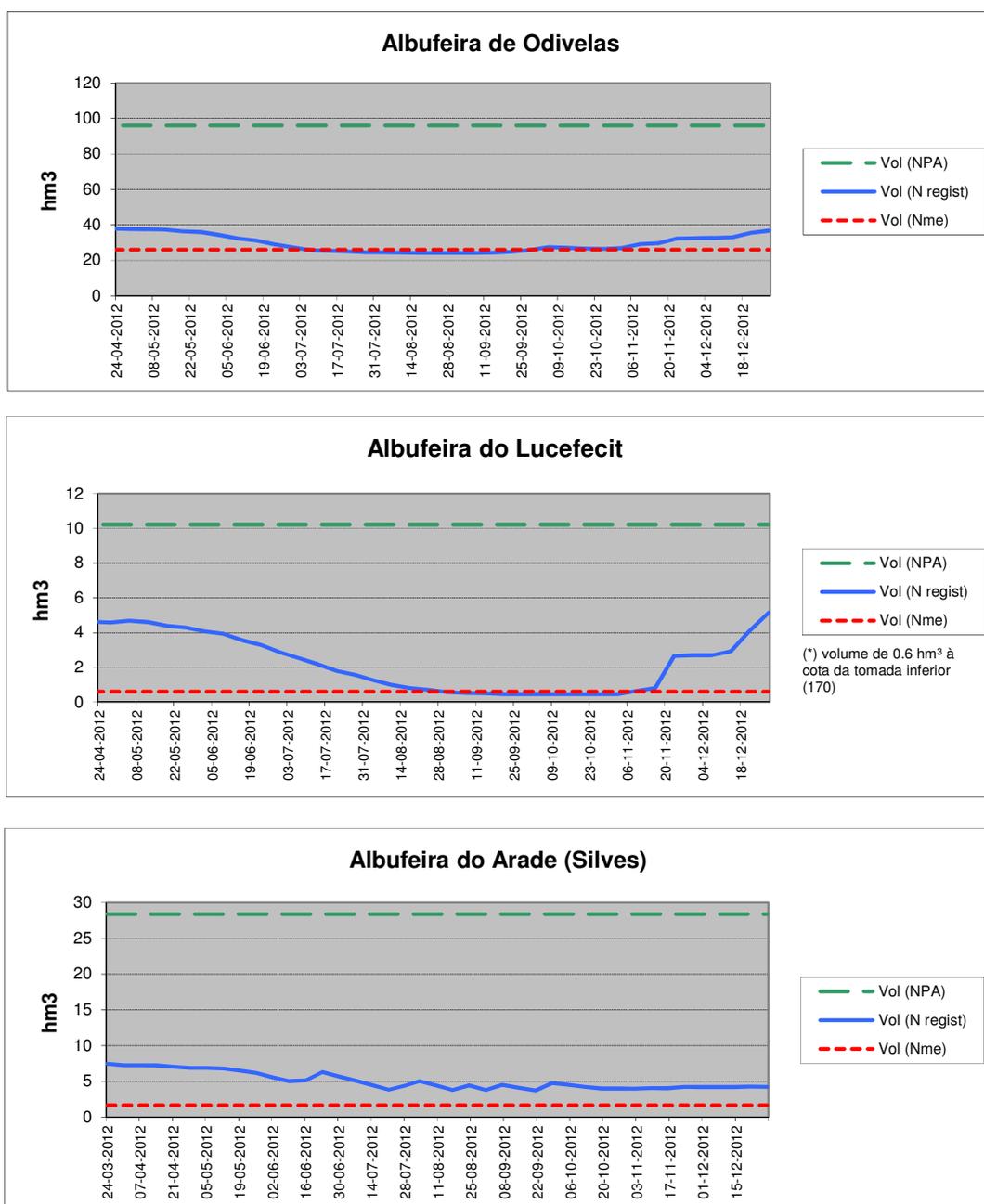
Em Luçefécit, o reduzido volume armazenado no início da campanha de rega de cerca de 3,8 hm³, ou seja, de apenas 42,5% da capacidade útil da albufeira, determinou que se tivesse de diminuir a área regada em 30%, além de se ter substituído o milho para grão por milho para silagem, cultura menos exigente em água, tendo havido, mesmo assim, necessidade de, no final de agosto, se ter recorrido ao rateio de água, através da imposição de um calendário que estabelecia que a rega tivesse menor frequência.

Além disso, em virtude de em meados de agosto o nível de água na barragem no Luçefécit ser próximo do Nme (Nível mínimo de exploração) foi necessário, numa operação conjugada entre a DGADR, o ICNF, a DRAP do Alentejo e a EDIA, proceder à remoção de parte da massa piscícola existente na albufeira, pois o volume de água disponível já não tinha condições para a suportar, devido à eutrofização gerada.

Registe-se que no final de 2012 a situação na barragem do Luçefécit ainda está longe de ser confortável, pois apenas armazena o volume de 4,54 hm³, correspondente a 47,2% da sua capacidade útil, manifestamente abaixo do necessário para assegurar uma campanha normal que requer 6 hm³.

Na perspetiva de permitir que se possa retirar de imediato conclusões concretas sobre os elementos das reservas hídricas das albufeiras nos boletins semanais publicados pela DGADR, estes foram reorganizados de modo a relacionar os volumes armazenados com as necessidades médias em água das campanhas de rega em cada aproveitamento hidroagrícola, possibilitando, assim, antecipar em cada momento a percentagem de garantia da próxima campanha de rega.

Figura 16 – Evolução do Armazenamento em Albufeiras de Aproveitamentos Hidroagrícolas (semanas de 30 a 47 de 2012)



Fonte: DGADR

3. IMPACTOS DA SECA 2012

3.1 Impacto na Agricultura

3.1.1 Avaliação Geral

Apesar das repercussões da seca no setor agrícola terem sido diferentes de Região para Região, facto que leva à apresentação desses efeitos por DRAP, não impede que se possa sintetizar as suas consequências em termos gerais.

Assim, os maiores reflexos da falta de precipitação no ano hidrológico em apreço verificaram-se nas culturas de sequeiro. O primeiro e maior impacto registou-se nas atividades agrícolas destinadas à alimentação animal e mais tarde nos cereais de outono/inverno, com significativas as quebras de rendimento físico.

No período de escassez de pluviosidade também as culturas de regadio tiveram que beneficiar de regas suplementares, como foi o caso das hortícolas e dos citrinos.

Das culturas permanentes é de realçar as quebras de produtividade do olival tradicional de sequeiro, dos soutos e do alfarrobal. Nas pomóideas as baixas temperaturas prejudicaram o vingamento dos frutos originando redução da produtividade das macieira e das pereiras.

Nas culturas de primavera/verão registou-se, desde logo, uma retração nas áreas semeadas, dado o receio de não se dispor da água necessária para o seu desenvolvimento, particularmente na batata e no tomate para indústria. Contudo, o elevado rendimento obtido para esta cultura compensou a redução de área.

Também a campanha de produção do arroz foi normal, sem redução de área e boa produtividade. A produção de milho de regadio atingiu igualmente um bom nível, o que não sucedeu com o milho de sequeiro, que registou significativa redução de área e de rendimento por hectare.

3.1.2 Avaliação Regional

A participação das DRAP no Grupo de Acompanhamento e Avaliação dos Impactos da SECA 2012 teve como missão o acompanhamento da evolução e avaliação dos efeitos da seca e seu impacto no rendimento dos agricultores, bem como na preparação, divulgação e implementação das medidas de mitigação.

Para tal, no decorrer do ano agrícola procederam a uma avaliação qualitativa e quantitativa harmonizada entre Regiões. Foi feita a comparação de áreas e produtividades registadas/previstas para 2012 com os valores médios do quinquénio 2006/07 a 2010/11, do qual se excluiu o melhor e o pior ano.

Região Norte

a) Atividades Vegetais e Pecuárias

A evolução meteorológica e o teor de água no solo ano agrícola de 2011/2012 foi determinante para que várias atividades vegetais e animais, fossem bastante afetadas.

Algumas culturas viram o seu potencial produtivo diminuído, certas sementeiras foram atrasadas ou nem se realizaram, o mesmo acontecendo com plantações de culturas permanentes, que normalmente têm lugar no final do inverno, princípios da primavera. Foi preciso ainda realizar uma série de regas, antes do período em que normalmente decorreriam, para evitar, por exemplo, a morte de algumas plantações novas. Este foi mais um fator que encareceu a atividade agrícola e contribuiu para diminuir as reservas hídricas.

A alimentação das espécies pecuárias, nomeadamente ruminantes, foi prejudicada, em consequência das baixas produtividades das forragens e pastagens, sendo necessário recorrer, em maior volume, aos alimentos grosseiros armazenados/comprados e às rações industriais, o que aumentou significativamente os custos de manutenção e de produção dos efetivos pecuários. Em algumas localidades foi necessário recorrer, nas

alturas mais críticas do verão, ao transporte de água em cisternas para garantir o abeberamento dos animais.

Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

Depois de uma fase muito negativa, devido à situação de seca, e apesar da melhoria verificada, as estimativas finais, do ano agrícola de 2011/2012, continuaram a apontar para quebras significativas nas produtividades/produções das culturas forrageiras e dos prados e pastagens, relativamente ao ano anterior. Estimou-se ainda uma ligeira quebra na área semeada de forrageiras.

Cereais de outono/inverno

Apesar de se ter verificado na fase final do ciclo vegetativo um certo desagravamento das previsões iniciais, nomeadamente no caso do centeio e nas zonas de montanha, numa forma geral, confirmaram-se as quebras significativas previstas para a produção e, em alguns casos, também para a qualidade do grão.

As áreas semeadas foram inferiores, cerca de 14% no caso do trigo mole, 13% no centeio, 8% na aveia e 32% no caso da cevada, relativamente à média do quinquénio.

Culturas de Primavera/Verão e hortícolas

A cultura do milho grão apresentou um desenvolvimento vegetativo bastante desigual em algumas zonas, função do atraso que por vezes ocorreu na realização das sementeiras e das condições de humidade nos solos. As estimativas apontaram para uma diminuição da área total semeada na ordem dos 12%, relativamente à média do quinquénio. Em regime de sequeiro esta cultura foi mais afetada, quer em termos quantitativos quer qualitativos. As condições ambientais, na fase final do ciclo produtivo, provocaram um certo atraso na maturação do milho. Em algumas zonas as condições de armazenamento também não foram as mais favoráveis.

Para a cultura da batata, as estimativas apontaram para uma diminuição da área plantada na ordem dos 7%, tanto na condição de sequeiro como na de regadio, comparativamente à média do quinquénio. No caso da batata de sequeiro, os

tubérculos apresentaram calibres inferiores aos normais nas zonas onde houve falta de humidade nos solos e médios nas restantes.

Nas culturas hortícolas (batata primor, feijão, couves, alface, ...) verificaram-se dificuldades de germinação e desenvolvimento, que determinaram quebras de produtividade em algumas zonas. Por outro lado também houve uma diminuição de área na produção de ar livre.

Culturas Permanentes

No ano agrícola que findou, e de uma forma geral, a preocupação com as necessidades hídricas destas culturas foi uma constante.

No caso das pomóideas, nomeadamente maçã e pera, verificaram-se dificuldades durante a floração/polinização, o que se refletiu num deficiente vingamento dos frutos em vários pomares.

Quanto às prunóideas, nomeadamente pêsego e cereja, também se estimaram quebras de produtividade, relativamente aos valores do quinquénio, que, em certas zonas, foram bastante significativas.

Quanto ao kiwi, cultura com expressão na área geográfica de Entre Douro e Minho, face às adversidades climáticas e de fitossanidade, ocorridas durante o ciclo vegetativo, os frutos apresentaram, de um modo geral, calibres médios/bons, homogéneos e de razoável qualidade.

Os frutos secos também registaram uma quebra na sua produtividade.

No caso dos castanheiros houve uma evolução regional diferenciada, tanto na componente quantitativa como qualitativa. Em determinadas zonas, ainda houve uma certa recuperação, não havendo quebras de produção tão acentuadas, quanto inicialmente se previa, enquanto noutras as quebras foram mais significativas. De uma forma geral, a produtividade foi baixa, em virtude do tempo seco e das elevadas temperaturas registadas nos meses de agosto e setembro. A colheita decorreu com algum atraso. Em algumas zonas, a qualidade dos frutos foi afetada devido a

problemas fitossanitários, designadamente o “bichado”. Será de referir que no ano anterior já se tinham observado baixos valores de produtividade.

As condições climáticas não foram favoráveis à cultura da amêndoa. O “miolo” apresentou menor calibre, sobretudo nas zonas onde mais se fizeram sentir os efeitos da seca. De referir, ainda, que alguma amêndoa ficou por colher, pois a situação de seca afetou negativamente o descasque, dificultando a realização desta operação para uma parte da produção.

A seca prolongada e as elevadas temperaturas durante o período estival afetaram significativamente o olival. Verificou-se um deficiente vingamento e queda dos frutos. Apesar da precipitação a partir de finais de setembro ter proporcionado alguma recuperação no olival para azeite, as estimativas apontam para quebras elevadas. Em determinadas zonas a recuperação não foi significativa e a azeitona apresentou menor calibre e fraco rendimento. Os ventos fortes de dezembro provocaram a queda de alguma azeitona que ainda não tinha sido apanhada.

Apesar da cultura da vinha ter beneficiado significativamente da precipitação que ocorreu na fase final do seu ciclo produtivo anual, as condições climáticas desfavoráveis ao longo do mesmo e os problemas fitossanitários, nomeadamente doenças criptogâmicas, em algumas zonas, provocaram quebra de produção.

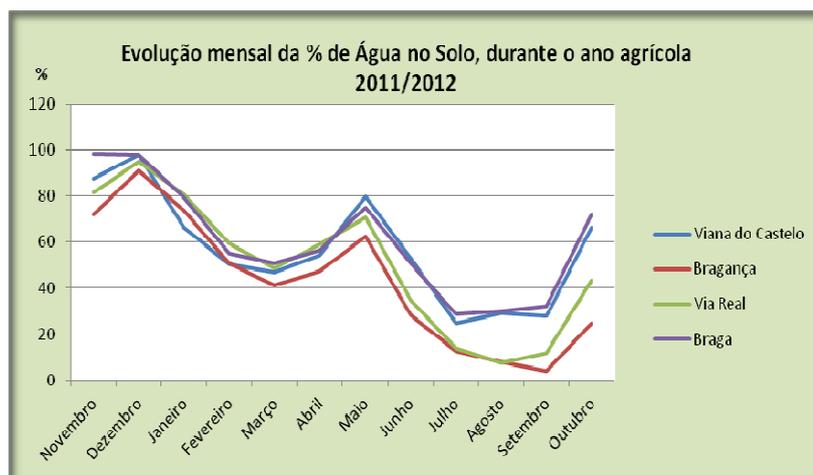
b) Quebras de Produção

Em termos agronómicos os impactos acumulados da situação de seca na região Norte foram os que se reportam nas tabelas em anexo (Anexos I e II).

c) Recursos Hídricos

Na Figura 17 é possível observar, para as quatro estações meteorológicas acompanhadas, a evolução da percentagem de água no solo, que, numa forma geral, acompanhou a evolução da precipitação, ao longo do ano agrícola de 2011/2012.

Figura 17 – Evolução mensal da água no solo no ano agrícola 2011/2012



Fonte de informação: IPMA (Boletim meteorológico para a agricultura)

A percentagem de água no solo diminuiu de dezembro de 2011 até março de 2012, apresentando uma recuperação em abril e maio. Depois de maio de 2012 foi, quase sempre, caindo até setembro, altura em que teve início uma nova recuperação.

A campanha de rega acompanhou a evolução da água no solo, que foi baixa de dezembro a março, apresentando uma recuperação nos meses de abril e maio. Os agricultores tiveram a necessidade de iniciar a rega mais cedo, com destaque para os meses de inverno em que não seria necessário regar. De maio a setembro, altura em que normalmente é necessário regar as culturas, verificou-se que a disponibilidade hídrica era baixa. Constatou-se que tiveram custos acrescidos nos meses de inverno com a rega e falta de água nos meses em que as culturas têm mais necessidade de água.

Região Centro

a) Atividades Vegetais e Pecuárias

Numa primeira fase a pecuária extensiva foi a atividade afetada.

Com o evoluir do ano agrícola e agravamento do fenómeno da seca, o conjunto de atividades objeto de acompanhamento foi-se alargando às culturas permanentes e temporárias de primavera-verão. Em termos de Região Centro a recolha foi feita tendo por base 11 zonas homogéneas (ZH) em termos territoriais para as quais foram sendo recolhidas informações das potenciais quebras de produtividade das diferentes culturas. Em termos de culturas de outono-inverno, forragens, prados e pastagens permanentes, bem como para os cereais, esta metodologia de recolha e avaliação de impacto revelou-se de um modo geral correta. Já no que respeita às culturas permanentes e mesmo em situações pontuais no caso de hortícolas, constatou-se que o critério de recolha por zona homogénea revela algumas fragilidades. O efeito acumulado da situação de seca traduzido na redução de água disponível para as plantas, para além do efeito da falta de humidade sobre as condições de desenvolvimento das culturas, particularmente nas hortícolas, conjugou-se com o efeito de situações localizadas de choques térmicos, positivos ou negativos, associados a situações de orografia e altitude que se traduziram em resultados muito diferenciados de produção final mesmo dentro de uma mesma zona homogénea. Esta situação foi particularmente evidente para as culturas permanentes (pomóideas, prunóideas e olival). No caso particular da cultura da vinha, ainda que se tenham verificado quebras de produção associadas a situações de *stress* hídrico, globalmente a atividade não teve um impacto significativo, até porque as condições para o desenvolvimento de doenças criptogâmicas foram muito desfavoráveis o que contribuiu para produções de boa qualidade.

Consideramos para efeitos de análise e avaliação de impacto da seca 2012 sobre as atividades vegetais e pecuárias os seguintes itens: quebras de produtividade e recursos hídricos, variação de consumo e preços dos fatores de produção nas culturas e na produção animal com base nos elementos recolhidos à data de 30 de Setembro. Por simplificação de tratamento considerámos esse marco temporal, para além do fim do ano agrícola, o ponto a partir do qual se iniciou a inversão da situação de seca severa a que estava sujeita a maior parte da região, com a consequente recuperação da normalidade em termos de atividade agrícola.

Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

A escassez de alimentos naturais para a alimentação animal (forragens, prados e pastagens permanentes) constituiu o problema de maior impacto na região ao nível do sector agrícola pelas consequências económicas daí decorrentes, resultado da necessidade de aquisição de alimentos grosseiros (palhas, fenos e silagens), rações e aumentos de encargos com energia resultante da necessidade acrescida de rega no caso dos prados permanentes. Saliente-se no entanto que esta situação não teve o dramatismo que se verificou no sector na seca ocorrida em 2005.

Nas culturas forrageiras as quebras de produtividade acumuladas rondaram os 38%, em relação à média do quinquénio, em quase todas as ZH, com exceção para o Baixo Vouga e com o valor extremo de 65% na Campina e Campo Albicastrense.

Nos prados as quebras foram ligeiramente inferiores às culturas forrageiras e pastagens, devido à maior percentagem de área regada, registando-se uma quebra de produtividade média de 37%, mas com extremos de 90% no final do inverno e 80% no final do verão em determinadas ZH.

A precipitação ocorrida no fim de setembro possibilitou a regeneração natural das pastagens e a sementeira das culturas forrageiras de outono/inverno, nos solos que estavam preparados, permitindo assim a recuperação das condições de alimentação animal do sistema extensivo para níveis próximos da normalidade.

Cereais de Outono/Inverno

Verificou-se um atraso irreversível no desenvolvimento vegetativo dos cereais de outono/inverno, em resultado do baixo teor de água no solo, que foi sendo relatada desde o início da recolha da informação e veio a confirmar-se com a colheita. Ocorreram quebras médias de produtividade entre os 32 e 35% nos cereais praganosos, com extremos de 15% no Baixo Vouga e 50% em Pinhal e Beira Serra.

Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas

Na região Centro prevê-se uma quebra na produtividade média da produção de milho em cerca de 16%. Saliente-se, no entanto, que as quebras de produtividade mais

acentuadas ocorreram fora das principais zonas de produção e onde a tecnologia de produção é mais frágil. A principal zona de produção, Baixo Mondego, não apresentou qualquer quebra de produtividade. No que diz respeito ao milho de sequeiro, registou-se uma quebra na produção unitária, sendo de destacar Dão Lafões, Beira Serra e Cova da Beira. Nesta última zona, a quebra situou-se nos 60%, face ao quinquénio considerado. No milho de regadio, as quebras resultaram não só da situação de seca, que levou a que em alguns casos não fosse possível efetuar as regas necessárias, sobretudo na altura da floração, mas também da ocorrência de outros fatores climáticos que afetaram o normal desenvolvimento vegetativo da cultura. As zonas a destacar como as mais afetadas são Pinhal, Alto e Baixo Dão Lafões e Beira Serra.

No Baixo Vouga, o desenvolvimento vegetativo do arrozal decorreu sem problemas. O tempo seco evitou o desenvolvimento de fungos e proporcionou o alouramento e o enchimento das espigas. Prevê-se uma produção semelhante à da campanha anterior com produto de boa qualidade e com baixa percentagem de trincas. Apesar de algumas anomalias registadas, a produtividade na zona homogénea do Baixo Mondego não registou variação. Neste Vale a disponibilidade de água para rega manteve-se com níveis normais, com exceção para algumas zonas fora do vale e de “monte”. Em Pinhal Litoral houve problemas com as infestantes e com os nevoeiros matinais, prevendo-se uma quebra de 10% na cultura de arroz.

Na cultura da batata de sequeiro registou-se uma forte quebra de produtividade em Dão Lafões, Beira Serra, Alto Mondego, Serra da Estrela, Côa e Pinhal Sul, sendo mais ligeira noutras zonas. Na Cova da Beira, fruto da disponibilidade de água por via do regadio, a opção foi regar a cultura, que em condições normais seria explorada em regime de sequeiro. Em média a quebra de produtividade foi de 31%, com valores extremos de 5% a 70%. A cultura da batata explorada em regime de regadio sofreu também uma quebra de 24% na produtividade média da região, sendo de realçar que as zonas de maior potencial produtivo foram as menos afetadas.

O impacto nas quebras de produtividade ocorridas nas culturas hortícolas verificou-se sobretudo nas culturas extensivas de ar livre de outono/inverno, couves, nabo, nabo greleiro, resultado da conjugação da ausência de precipitação e das baixas

temperaturas, o que limitou severamente o desenvolvimento vegetativo das culturas. com consequente perda de rendimento. Esta conclusão só foi possível apurar com base em informação complementar de resultados de algumas explorações que recorreram ao pedido de isenção de contribuição para a segurança social.

Culturas Permanentes

Nos citrinos os efeitos da seca fizeram-se sentir no Côa, Cova da Beira e mais acentuadamente na zona de Campina e Campo Albicastrense. Em termos médios a quebra de produtividade foi de 12%.

Nas pomóideas verificou-se uma quebra de produtividade média de 23%, com variações de 10 a 40%, sendo de estacar a variedade Bravo de Esmolfe, que registou quebras de produtividade acentuadas em Dão Lafões, Cova da Beira e Campina e Campo Albicastrense. As quebras de produtividade que se verificaram na maçã, sobretudo nas variedades mais tardias, resultaram da conjugação das bruscas variações de temperatura na altura da floração e do fenómeno da seca. Para além do impacto na redução de frutos vingados, o frio causou lesões na maçã, sendo notório o típico “anel de fogo” nas variedades vermelhas e a carepa nas Golden, o que as desvalorizou comercialmente. No que se refere à pera também se verificaram quebras de produtividade da ordem dos 10 e 25% respetivamente na Campina e Campo Albicastrense e Cova da Beira, essencialmente consequência da seca.

Quanto às prunóideas, a perda de produtividade rondou em média os 22% na cereja e os 17% no pêsego, com valores mais acentuados na Cova da Beira, respetivamente 35% de quebra para a cereja e 25% para o pêsego. Também no Pinhal Sul e na Campina e Campo Albicastrense se confirmaram quebras na produção de pêsego e cereja, ainda que de menor impacto.

A situação de seca na região teve um impacto muito heterogéneo na cultura da vinha. A norte da serra da Estrela (Baixo Vouga, Beira Serra, Alto Mondego, Lafões e Serra da Estrela) estimou-se uma quebra de produtividade de 20%, resultante em grande parte de situações de desavinho de origem não parasitária, resultado provavelmente da situação de carência hídrica e variações bruscas de temperatura na altura do

vingamento, agravadas naturalmente com o evoluir da situação de seca ao longo do ciclo vegetativo. Ao invés na Cova da Beira e Campina e Campo Albicastrense verificou-se um significativo acréscimo de produtividade relativamente às campanhas anteriores. A precipitação ocorrida durante o mês de Setembro permitiu recuperações muito significativas nas vinhas situadas na zona de Riba Côa e Cimo Côa, onde se estimava uma perda significativa de produtividade em resultado do *stress* hídrico extremo em que se encontravam algumas vinhas.

No olival, os efeitos da seca e as condições menos favoráveis ocorridas na floração, como variações bruscas de temperatura, fizeram-se sentir mais acentuadamente em Pinhal Litoral, Dão Lafões, Alto Mondego, Serra da Estrela, Pinhal Sul e Campina e Campo Albicastrense. A condição de seca extrema teve fortes reflexos nas produções dos olivais de sequeiro, sobretudo na zona da Campina e Campo Albicastrense com frutos de desenvolvimento muito deficiente. Face ao quinquénio, prevêem-se quebras de produtividade entre os 10 e os 30% e uma quebra média para a região de 19%. De salientar que a informação já recolhida da campanha de laboração se traduz em quebras de produção significativamente superiores, nomeadamente na zona da Campina e Campo Albicastrense que ultrapassa os 50%. No Olival localizado nas zonas mais a norte, inicialmente a precipitação teve um efeito benéfico, mas algumas variedades acabaram sendo afetadas, resultando em um menor rendimento para azeite e azeitona para conserva relativamente a anos anteriores, com uma quebra superior a 20%.

b) Quebras de Produção

Em termos agronómicos os impactos acumulados da situação de seca na região Centro para as Zonas Homogéneas foram os que se reportam na Tabela 2.

Tabela 2 - Quebras de produtividade das atividades vegetais em 30 de setembro de 2012 na região Centro

CULTURAS	DRAP CENTRO QUEBRAS DE PRODUTIVIDADE (30/09/2012)											VARIACÃO REGIONAL (MÉDIA)
	BAIXO VOUGA	BAIXO MONDEGO	PINHAL LITORAL	DÃO LAFÕES	PINHAL	BEIRA SERRA	ALTO MONDEGO SERRA ESTRELA	RIBA E CIMO COA	PINHAL SUL	COVA DA BEIRA	CAMPINA E CAMPO ALBICASTRENSE	
Culturas forrageiras		-50%	-40%		-30%	-40%		-30%	-25%	-30%	-65%	-38%
Prados	-15%	-50%	-40%	-25%	-30%	-80%		-30%	-25%	-30%	-40%	-37%
Pastagens	-15%	-50%	-40%	-25%	-30%	-50%		-30%	-25%	-30%	-70%	-37%
Cereais Out/Inv												
Trigo mole	-15%	-40%	-40%	-20%	-50%	-50%	-30%	-30%	-15%	-40%	-40%	-34%
Trigo duro												
Triticale	-15%	-40%	-40%	-20%			-30%			-40%	-40%	-32%
Aveia	-15%	-40%	-40%	-20%	-50%	-50%	-30%	-30%	-30%	-40%	-40%	-35%
Centeio	-15%	-40%	-40%	-20%	-50%	-30%	-30%	-30%	-20%	-40%	-40%	-32%
Cevada	-15%	-40%	-40%	-20%	-50%	-50%	-25%	-30%	-25%	-35%	-40%	-34%
Milho sequeiro	-15%	-30%	-30%	-50%	-40%	-50%	-40%		-20%	-60%	-30%	-37%
Milho regadio	-10%		-10%	-20%	-15%	-50%	-10%			-10%	-5%	-16%
Arroz			-10%									
Batata sequeiro		-5%	-5%	-30%	-10%	-70%	-20%	-25%	-40%	-100%	-5%	-31%
Batata regadio				-30%		-30%		-20%		-15%		-24%
Hortícolas	-25%							-15%				-20%
Culturas Permanentes												
Citrinos								-5%		-10%	-20%	-12%
Vinha	-25%			-20%		-20%	-20%			30%	15%	-7%
Pomoideas						-10%	-5%	-35%				-17%
Maçã				-40%					-10%	-20%	-20%	-23%
Pêra									-5%	-25%	-10%	-13%
Prunoideas						-20%	-10%	-35%				-22%
Cereja									-10%	-35%	-15%	-22%
Pêssego										-25%	-10%	-16%
Sub-Tropicais												
Outras Cult Permanentes												
Olival		-15%	-30%	-30%			-10%		-20%	-10%	-15%	-19%
Amendoa												

Fonte: DRAP Centro

c) Recursos Hídricos

No que respeita à disponibilidade de água para rega, o impacto da seca teve reflexos distintos nos perímetros de rega públicos e nos pequenos regadios privados traduzindo-se na seguinte evolução.

As reservas hídricas das explorações agrícolas que se encontram fora dos perímetros de rega públicos ficaram no geral abaixo do nível do ano anterior, tendo nalgumas situações pontuais esgotado. Nestes casos a acumulação de água é de reduzida dimensão e houve necessidade de regar as culturas num período em que, em condições normais não seria necessário. Como consequência houve que racionalizar o uso da água disponível, com alguns impactos na produtividade das culturas, mas sem de uma forma generalizada chegar a situações extremas de total exaustão dos recursos hídricos e consequente perda das culturas. Situação distinta se verificou no abeberamento dos animais, em que a necessidade de recurso à rede pública, ainda

que de forma não generalizada, se verificou em quatro zonas homogéneas, conforme Tabela 3, em que se reflete a situação dos meses de Agosto e Setembro.

Tabela 3 – Recurso hídricos privados a 31 de agosto e a 30 de setembro

DRAP CENTRO SECA 2012 - RECURSOS HÍDRICOS PRIVADOS				
ZONA HOMOGÉNEA	31-Ago		30-Set	
	REGA	ABEBERAMENTO ANIMAIS	REGA	ABEBERAMENTO ANIMAIS
Baixo Vouga	75%		75%	
Baixo Mondego	70%	Recurso pontual à rede	90%	Recurso pontual à rede
Pinhal	50%	Suficiente	50%	Suficiente
Beira Serra	Insuficiente	Suficiente	Insuficiente	Suficiente
Alto Dão Lafões	50%	Suficiente	50%	Suficiente
Baixo Dão Lafões	50%	Suficiente	50%	Suficiente
Pinhal Litoral	80%	Recurso pontual à rede	80%	Recurso pontual à rede
Riba Côa	25%	Recurso pontual à rede	25%	Recurso pontual à rede
Serra da Estrela	Insuficiente	Suficiente	Suficiente	Suficiente
Cimo Côa	25%	Recurso pontual à rede	25%	Recurso pontual à rede
Alto Mondego	Insuficiente	Suficiente	Suficiente	Suficiente
Cova da Beira	30%	Suficiente (regadio)	Suficiente (regadio)	Suficiente
Campina e C.Albicastrense	60%	Suficiente	50%	Suficiente
Pinhal Sul	70%	Suficiente	70%	Suficiente

Fonte: DRAP Centro

No que concerne à disponibilidade de água para rega nos perímetros de rega públicos, apesar de na generalidade dos perímetros as reservas estarem abaixo do nível do ano anterior, o volume armazenado foi suficiente para proceder à gestão disciplinada da utilização de água para rega em situação de quase normalidade.

Região Lisboa e Vale do Tejo

a) Atividades Vegetais e Pecuárias

Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

Os prados e culturas forrageiras de regadio apresentaram sempre um desenvolvimento vegetativo normal tendo-se registado produções acima da média. Não se verificaram situações de *stress* hídrico e as temperaturas foram favoráveis ao seu desenvolvimento vegetativo.

No caso da produção em sequeiro as sementeiras efetuadas no início do ano agrícola não germinaram ou germinaram insatisfatoriamente. Todas as áreas de sequeiro apresentaram até à primavera, um mau estado vegetativo e uma reduzidíssima produção de matéria verde. Esta situação obrigou a que os produtores pecuários

tivessem de recorrer a alimentos conservados (próprios ou adquiridos) para a alimentação dos seus efetivos em quantidades que se estimam da ordem dos 80 a 100% superiores às verificadas em ano normal com os correspondentes acréscimos de custos de produção.

Com as chuvas caídas a partir de abril e maio e, principalmente, a partir de setembro verificou-se uma recuperação das pastagens instaladas que no final do ano apresentavam um aspeto normal.

Cereais de Outono/Inverno

As searas instaladas no início do ano agrícola germinaram bem, mas acabaram por não beneficiar de forma significativa com a precipitação caída em abril e maio, uma vez que estas já se encontravam numa fase adiantada do seu ciclo vegetativo. Para estes casos, a produção foi muito afetada registando-se até situações em que os agricultores optaram por não colher ou desviar a produção para feno, porque os custos com a colheita não iam ser compensados.

Nas searas instaladas mais tardiamente, o desenvolvimento vegetativo foi quase normal, pois beneficiaram com a precipitação de abril e maio, sendo as produtividades semelhantes e nalguns casos até superiores às do ano anterior.

De referir, ainda, que na região existem áreas significativas destas culturas instaladas sob pivot, pelo que nestes casos os agricultores recorreram à rega, sendo as produtividades superiores às do ano anterior.

Verificaram-se quebras de produção nas várias zonas da DRAPLVT para os principais cereais, nomeadamente para o trigo mole (20 a 50%), trigo duro (20 a 50%), triticales (30 a 50%), centeio (20 a 25%), cevada (15 a 50%) e aveia (25 a 50%).

Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas

O estado do tempo foi muito favorável ao desenvolvimento destas culturas, quando realizadas em regadio. Como o ano foi seco permitiu que as sementeiras/plantações decorressem com normalidade e não se verificaram situações anómalas de fitossanidade.

Não se tem conhecimento de faltas de água impeditivas da rega, mas no caso de captações de água subterrânea registaram-se situações em que se verificou o abaixamento dos níveis freáticos e os produtores, para continuarem a regar, tiveram de aumentar a profundidade de captação (mudando a posição das bombas).

No caso das culturas produzidas em regime de sequeiro a produção foi muito afetada pela falta de água, registando quebras da ordem dos 30 a 60%.

Culturas Permanentes

Apesar das chuvas de abril e maio, o desenvolvimento destas culturas foi muito afetado nos locais onde não existia disponibilidade de rega, pois a partir de maio praticamente deixou de chover e as temperaturas subiram bastante.

No Oeste e no Médio Tejo, e em particular nos pomares de pera Rocha registaram-se quebras de produção na ordem dos 30 a 40%. O reduzido número de dias com temperaturas inferiores a 7°C no período de dormência e o abaixamento da temperatura durante o vingamento são, no entanto, apontadas como as principais causas desta quebra de produção, uma vez que se tratam na generalidade de pomares com disponibilidade de rega e não se registaram situações de falta de água.

O aspeto vegetativo das macieiras foi bom, mas registou-se também uma quebra de produtividade que se situa entre os 5 e os 20%, devido às condições climatéricas desfavoráveis que ocorreram nas fases de floração/polinização.

Nos pomares de prunóideas do Oeste e da Grande Lisboa as florações ocorreram com tempo seco e com temperaturas amenas, tendo o vingamento dos frutos decorrido bem. Contudo, nas zonas de Santarém, Lezíria do Tejo e no Baixo Sorraia, as geadas tardias afetaram a polinização e o vingamento dos frutos. O bom desenvolvimento que alguns pomares apresentaram não foi suficiente para impedir uma quebra na produtividade. Na região Oeste verificam-se algumas quebras para determinadas cultivares de ameixeiras, cuja floração coincidiu com dias muito frios. No Médio Tejo verificou-se um fraco vingamento dos frutos nos pessegueiros.

No caso dos pomares de citrinos de regadio o aspeto e o desenvolvimento vegetativo foi sempre normal, assim como a quantidade e qualidade da produção. Relativamente

aos pomares de sequeiro a produção foi irregular. As cultivares que entraram em floração mais tarde do que o normal, foram afetadas pelas temperaturas demasiado elevadas nessa fase do desenvolvimento vegetativo, afetando também o vingamento dos frutos. As geadas tardias acabaram por provocar a queda dos frutos e afetar o seu calibre. Estima-se para estes casos quebras na produção superiores a 50 %.

Estima-se um decréscimo na produtividade do kiwi da ordem dos 10%, em relação ao ano anterior, o que se deve à existência de condições climáticas desfavoráveis durante o ciclo de produção mas também a alguns focos de “cancro bacteriano”.

A seca meteorológica contribuiu para a redução da produção de amêndoa em relação ao ano anterior, em cerca de 5%, quer pela redução da quantidade de frutos, quer pelo menor calibre do miolo.

As vinhas para produção de vinho estiveram, de um modo geral, sempre um pouco atrasadas em relação ao normal, mas o seu desenvolvimento vegetativo foi bastante bom, ainda que, nalgumas zonas, um tanto irregular. Verificaram-se algumas situações de escaldão dos frutos nos dias em que as temperaturas subiram bastante devido às duas ondas de calor que atingiram a região em julho. Observou-se um razoável vingamento dos frutos, mas bagos mais pequenos do que é normal. Nas explorações com disponibilidade de rega os produtores regaram as vinhas, a fim de minimizar o impacto da falta de precipitação. A seca meteorológica contribuiu, no entanto, para um excelente estado sanitário da uva colhida, o que se refletiu favoravelmente na qualidade dos vinhos produzidos.

Verificou-se um aumento de cerca de 10% na produção de uva de mesa relativamente ao ano anterior. Como as vinhas são regadas o seu aspeto vegetativo foi, de um modo geral, bom.

Nos olivais tradicionais de sequeiro o crescimento vegetativo das plantas e dos frutos foi muito afetado pela falta de precipitação, verificando-se situações de quebras de produção superiores a 40%. Nos olivais de regadio os produtores viram-se na necessidade de iniciar as regas a partir de princípios de março, estimando-se um acréscimo nos custos de eletricidade da ordem dos 40%.

b) Quebras de Produção

Uma importante área agrícola da DRAPLVT está atualmente beneficiada por infraestruturas de captação e armazenamento de água para rega. Esta situação aliada às práticas de gestão mais eficiente deste recurso, que nos últimos anos têm vindo a ser utilizadas pelos agricultores da região, contribuíram, em muito, para que a seca que se fez sentir em 2012 não tivesse impactos muito significativos a nível da produção global dos principais produtos agrícolas da região relativamente ao ano anterior.

Os impactos da situação de seca foram sentidos sobretudo ao nível do agravamento de custos de produção decorrentes dos maiores consumos de energia e, no caso da pecuária, pela necessidade de recorrer em maiores quantidades que o habitual a alimentos adquiridos no exterior.

Nos casos das produções de sequeiro registaram-se no entanto quebras de produção acentuadas.

Os impactos acumulados da situação de seca na região Lisboa e Vale do Tejo foram os que se reportam nas tabelas em anexo (Anexo I e II).

c) Recursos Hídricos

Não foram conhecidas situações anormais de indisponibilidade de água para rega. No entanto, a reduzida precipitação durante a campanha, associada ao recurso à rega em quantidades superiores ao normal, conduziu a uma descida superior ao normal dos reservatórios e dos níveis freáticos. Registaram-se situações em que os produtores tiveram de aumentar a profundidade de captação das bombas para disporem das quantidades de água de rega necessárias à conclusão do ciclo cultural.

Relativamente a zona beneficiada pelo Perímetro de Rega do Aproveitamento da Lezíria Grande de Vila Franca verificou-se que a partir de finais de julho e até meados de agosto de 2012 a água do Tejo, no principal ponto de captação do Aproveitamento,

apresentava teores de sal impróprios para rega, pelo que durante este período as necessidades de adução de água ao Aproveitamento implicaram trabalhos adicionais para melhoria da captação no rio do Risco e a construção de um açude de terra temporário no rio Sorraia.

Estão a decorrer várias obras que visam melhorar os níveis de volume de água disponível para colmatar as necessidades hídricas, de que se destacam:

- Alteração da captação do Tejo de modo a permitir bombear água em maré vazia e não apenas em maré alta, como acontece atualmente, de modo a aumentar os níveis de adução de água para rega, uma vez que é na maré alta que a água do Tejo apresenta maiores níveis de salinidade;
- Construção de açude amovível no rio do Risco

Apesar das obras de melhoria a decorrer e das realizadas nos últimos anos, as capacidades de adução e transporte de água estão atualmente muito próximas das necessidades de água para rega em período de ponta, como se pode constatar pelos seguintes números fornecidos pela Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira:

- Em 2012 foram ocupados com culturas regadas 9 632 ha dos 10 000 ha de área potencialmente regada do Aproveitamento;
- Nos últimos anos assistiu-se a um aumento significativo da área de arroz por substituição de outras culturas, em particular o milho, com menores necessidades de água de rega (a dotação média de água para o arroz é cerca de 8 000 m³/ha superior à dotação média para as outras culturas regadas);
- A área de arroz no Aproveitamento foi em 2012 de 3 860 ha (40% do total das culturas regadas).

Face ao descrito e ao baixo nível de aprovisionamento que as barragens espanholas do Tejo registam presentemente (cerca de 30%), existe nesta altura algum receio relativamente às disponibilidades de água para a próxima campanha de rega na área beneficiada por este aproveitamento.

Região Alentejo

a) Atividades Vegetais e Pecuárias

Os baixos valores de precipitação acumulada e simultaneamente os baixos valores de percentagem de água no solo em relação à capacidade de água utilizável pelas plantas, verificados no início do ano de 2012 e que se foram agravando ao longo do ano agrícola, tiveram repercussões na atividade agropecuária da região. De salientar que a situação de seca se estendeu a toda a região, com impactos generalizados, diferenciados unicamente em função das características edáficas das explorações.

O fraco desenvolvimento vegetativo das pastagens e forragens implicou o recurso a alimentos conservados e/ou concentrados durante um período bastante superior ao normal (aproximadamente mais 3 meses), o que implicou um acréscimo nos custos de produção, com especial relevância nas explorações pecuárias extensivas detentoras de ruminantes.

Pelo facto das reservas de alimentos conservados nas explorações terem sido esgotadas, verificou-se um aumento da procura destes alimentos, com o consequente aumento do preço de mercado da palha, feno e silagem.

No que se refere ao abeberamento dos efetivos pecuários, as dificuldades sentidas pelos produtores foram supridas com recursos das próprias explorações, através do transporte de água e criação de pontos de abeberamento alternativos utilizando cisternas/depósitos.

De uma forma global, salientam-se as atividades nas quais os efeitos da seca mais se fizeram sentir.

Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

O fraco desenvolvimento vegetativo dos prados e das pastagens de sequeiro refletiu-se em quebras de produtividade muito acentuadas, que rondaram os 60%.

No caso das culturas forrageiras, a quebra de produtividade situou-se nos 40%.

As quebras de produção verificadas, para além de não terem permitido fazer face às necessidades alimentares dos efetivos pecuários, satisfazendo-as em pastoreio, não possibilitaram repor as reservas de alimentos conservados nas explorações.

Cereais de Outono/Inverno

Nestas culturas as quebras de produtividade rondaram os 40%. De referir que algumas áreas, cuja intenção inicial era a produção de grão, pelo seu fraco desenvolvimento vegetativo, ao qual se aliou a necessidade de fazer face às necessidades alimentares dos efetivos pecuários, foram desviadas para pastoreio. Nas explorações dotadas de infraestruturas de rega, estas foram utilizadas em pleno na campanha de outono/inverno, o que não só implicou um acréscimo nos custos de produção, como em alguns casos comprometeu a campanha de regadio das culturas de primavera/verão.

Culturas Permanentes

No olival de sequeiro verificaram-se quebras de produtividade de 60%, resultado de um fraco vingamento dos frutos. No olival de regadio, as quebras de produtividade não foram além dos 10%, contudo verificou-se um acréscimo nos custos de produção pelo facto da campanha de rega ter sido antecipada aproximadamente de 2 meses.

b) Quebras de Produção

As quebras de produtividade apuradas e as variações de área semeada ano agrícola 2011/2012, por cultura acompanhada, constam nos anexos I e II.

c) Recursos Hídricos

Nas barragens de grande e média dimensão, o volume de armazenamento de água existente não colocou em risco, na generalidade das situações, o abeberamento dos efetivos pecuários.

Nas explorações que regaram as culturas de outono-inverno, o volume de água disponível não foi suficiente para uma plena campanha de regadio das culturas de

primavera/verão. Esta situação conduziu à redução das áreas ocupadas com as mesmas e/ou à opção por culturas menos exigentes em água.

Nas barragens de pequena dimensão e charcas praticamente não existiu reposição de água e as perdas por evaporação e infiltração foram são consideráveis. As reservas foram utilizadas para a rega de culturas de outono-inverno e abeberamento de efetivos pecuários. No final da campanha as reservas estavam praticamente esgotadas.

Região Algarve

A participação da DRAP Algarve no Grupo de Acompanhamento e Avaliação dos Impactos da SECA 2012 focalizou-se fundamentalmente nos seguintes pontos:

- Acompanhamento da evolução e avaliação dos efeitos diretos e indiretos da seca nas culturas e efetivos pecuários;
- Levantamento de situações anormais tendo em vista a preparação de medidas de mitigação;
- Determinação do impacto no rendimento dos agricultores;
- Divulgação e implementação das medidas de mitigação.

O acompanhamento da evolução e dos efeitos da seca na área agrícola e pecuária, em termos operacionais, foi implementado efetuando uma monitorização junto dos sectores da produção no sentido de avaliar as quebras de produção, os acréscimos de custos e os impactos na rentabilidade das atividades, com especial incidência numa primeira fase, na atividade pecuária extensiva. Com o agravamento do fenómeno da seca, o conjunto de atividades objeto de acompanhamento foi-se alargando às culturas permanentes e temporárias de Primavera Verão.

No âmbito desta recolha de informação foram elaborados quinzenalmente relatórios do ECPC “Estado das Culturas e Previsão de Colheitas”, cuja matriz era semelhante para todas as regiões, tendo em vista a homogeneidade da informação em termos de recolha e tratamento. Em termos de Região Algarve a recolha foi feita tendo por base

3 zonas homogéneas em termos territoriais, correspondentes às Zonas Agrárias utilizadas para os relatórios do INE, Barlavento, Centro e Sotavento, nas quais foram sendo recolhidas informações da evolução dos efeitos da seca, nomeadamente das potenciais quebras de produtividade expectáveis nas diferentes culturas.

Como normalmente tem acontecido em anos de seca, no início, quando se verificam os primeiros indícios de que poderá estar subjacente uma seca, cumulativamente, devido à diminuição da humidade do ar e abaixamento das temperaturas noturnas e ausência de ventos, têm surgido invariavelmente as geadas negras. O ano de 2012 não fugiu à regra.

Normalmente, diferencia-se as geadas dos efeitos da seca, os quais estão mais associados à redução de água disponível para as plantas, ao efeito da falta de humidade no solo e às condições de desenvolvimento das culturas, mas, o fenómeno das geadas acabou por estar intrinsecamente ligado às enormes quebras de produção verificadas nas culturas temporárias e permanentes sendo por vezes difícil dissociar onde começaram os efeitos da seca em determinadas culturas, questionando mesmo se não terá sido logo quando aconteceram as geadas, como por exemplo nas fases de floração e vingamento.

Nos relatórios do ECPC, de alguma forma foi-se antecipando situações que eram expectáveis, das quais se destaca as quebras de produtividade relevantes no alfarrobal, no olival de sequeiro e nos citrinos.

Consideramos para efeitos de análise e avaliação de impacto da seca 2012 sobre as atividades vegetais e pecuárias os seguintes itens: quebras de produtividade, recursos hídricos, variação de consumo e preços dos fatores de produção nas culturas e na produção animal.

a) Atividades Vegetais e Pecuárias

Prados, Pastagens e Culturas Forrageiras

Devido aos efeitos da seca verificou-se uma fraca germinação e um débil desenvolvimento vegetativo dos prados, das pastagens naturais de sequeiro e das culturas forrageiras, o que levou a um rápido esgotamento das capacidades forrageiras, sendo difícil suprir as necessidades dos efetivos animais. Esta situação de escassez de alimentos naturais para a alimentação animal constituiu um dos maiores problemas na região ao nível do sector agrícola e pecuário, com enormes repercussões económicas, devido à necessidade que os produtores tiveram de adquirir alimentos grosseiros (palhas, fenos e silagens), rações e aumentos de encargos com energia resultante da necessidade acrescida de rega no caso dos prados permanentes e das culturas permanentes de regadio.

Nas culturas forrageiras as quebras de produtividade acumuladas rondaram os 45 a 53% %, em relação à média do quinquénio. Nos prados as quebras foram superiores às culturas forrageiras cifrando-se entre os 55% a 65%. Nas pastagens, como a maioria é de sequeiro as quebras foram ainda maiores e oscilaram entre os 65% e 70%.

A precipitação ocorrida no fim de setembro e nos meses posteriores iniciou um processo de regeneração natural das pastagens pobres, tendo-se iniciado a sementeira das culturas forrageiras de outono/inverno, e a partir daí, tem vindo a ocorrer uma reversão dos efeitos da seca, no sentido de haver autossuficiência alimentar para os efetivos pecuários, principalmente os sujeitos ao regime de pastoreio.

Cereais de Outono/Inverno

Devido ao baixo teor de água existente ao nível do solo, verificou-se um fraco desenvolvimento vegetativo das plantas, que conduziu a quebras de produtividade bastante assinaláveis. Registaram-se quebras médias de produtividade entre os 45 e 52% nos cereais praganosos.

Culturas de Primavera/Verão e Hortícolas

Na região Algarve verificaram-se quebras de produtividade bastante acentuadas em diversas culturas, das quais destacamos, a batata de sequeiro em que foram estimadas quebras entre os 40% a 55% e as favas e as ervilhas de sequeiro com quebras na ordem dos 50% a 60%.

Culturas Permanentes

No grupo das permanentes foram os citrinos e o alfarrobal as culturas mais afetadas pela seca e nas quais se verificaram maiores prejuízos económicos. Em termos médios a quebra de produtividade dos citrinos cifrou-se entre os 15% e os 30%, sendo a quebra mais elevada nas laranjas de variedades tardias, sobretudo devido ao facto dos frutos apresentarem calibre mais pequeno e menor peso do que é normal. De realçar também, que determinadas cultivares de citrinos como a Encore, Valencia Late, etc, em determinadas zonas de produção também foram fortemente afetadas pela geada negra ocorrida no mês de fevereiro, tendo daí resultado graves prejuízos económicos.

De destacar ainda quebras significativas de produtividade nas restantes espécies que compõem o Pomar Tradicional de Sequeiro, como o amendoal, a figueira e o olival. No olival, foram estimadas quebras de produtividade entre os 15% e os 30%, valor que após a laboração dos lagares se veio a verificar subestimado, pois as quebras chegaram a ultrapassar no Sotavento os 60%.

A seca teve também um impacto negativo na cultura da vinha tendo sido estimada uma quebra de produtividade que oscilou entre os 15% e os 20%, resultante em grande parte de situações de carência hídrica e variações bruscas de temperatura na altura do vingamento. Esta situação foi agravada com o evoluir da situação de seca ao longo do ciclo vegetativo, apesar de parte significativa da cultura na região dispor de sistemas de rega localizada, sendo aí as quebras menores.

b) Quebras de Produção

Os valores das quebras de produtividade das culturas apurados para a campanha de produção 2011/12 encontram-se em anexo (Anexos I e II).

c) Recursos Hídricos

Ao nível das barragens privadas de grande, média e pequena dimensão, em termos gerais houve água armazenada em quantidade suficiente para as necessidades de abeberamento dos efetivos animais, mas como não houve reposição de água devido à fraca precipitação registada ao longo do ano agrícola, os produtores tiveram necessidade de exercer uma gestão mais apertada que passou pelo racionamento dos consumos de água, e pela diminuição de algumas áreas de sementeira de culturas temporárias. Ainda no caso do abeberamento dos animais, houve situações excecionais, nomeadamente no concelho de Castro Marim e Alcoutim em que alguns produtores tiveram necessidade de recorrer ao auxílio prestado pelas autarquias e pelos bombeiros para obtenção de água, a qual foi fornecida em depósitos. Também houve necessidade, em alguns casos, do recurso à rede pública, ainda que de forma não generalizada.

Ao nível dos furos e poços, em termos gerais, houve água em quantidade suficiente para as necessidades dos animais e das culturas permanentes e temporárias, embora tenham havido relatos pontuais de situações de furos e poços que secaram a partir de Junho.

Nos perímetros de rega públicos, apesar de na generalidade deles as reservas hídricas estarem abaixo do nível do ano anterior, as mesmas revelaram-se suficientes para as diversas utilizações, embora houvesse necessidade de efetuar uma gestão mais disciplinada na utilização de água para rega. Ao contrário da seca de 2005 foi possível inclusive realizar-se a cultura do arroz, pois apesar do volume de água armazenado na altura da sementeira já não ser muito confortável, houve a possibilidade de serem efetuados reforços nalgumas barragens.

3.1.3 Fitossanidade

Não se registaram situações consideradas relevantes ao nível fitossanitário provocadas pela seca. A DGAV recomendou a antecipação da colocação de armadilhas e dispositivos para registo dos níveis populacionais das pragas e das observações que são realizadas pelos técnicos das Estações de Avisos nos Postos de Observação Biológicos (POB) a nível regional.

Neste sentido, é de assinalar que o Serviço Nacional de Avisos Agrícolas (SNAA) monitorizou o aparecimento e o desenvolvimento de pragas e doenças para avaliar as situações não previsíveis e que fossem justificadas pelas condições de seca, de modo a que se pudesse tomar as iniciativas apropriadas com vista ao seu controlo atempado.

Para um melhor esclarecimento sobre o procedimento que levou à emissão dos avisos agrícolas através de Circular de Avisos - foi transmitido ao agricultor em tempo útil, para que a cultura se mantivesse protegida. A circular de avisos contemplou os elementos necessários que permitissem ao agricultor intervir, atempadamente e de um modo racional. Nela constou a cultura a proteger e o momento oportuno para combater os diferentes inimigos das culturas (pragas/doenças/infestantes), bem como a indicação dos meios de luta disponíveis (luta cultural, biológica, química, etc.). No âmbito da luta química foram indicados os produtos fitofarmacêuticos homologados para cada finalidade (cultura /inimigo).

3.1.4 Apicultura

Na atividade apícola os efeitos da seca tiveram como consequência, quebras de produção de produtos como o mel, enxames e pólen; o aumento dos custos de produção por reforço da alimentação artificial e por utilização de enxames produzidos para a reposição de efetivos perdidos e alterações no Modo de Produção Biológico por intensificação do recurso à alimentação artificial, que teve implicações ao nível da impossibilidade de cumprimento da regulamentação do MPB.

As quebras de rendimento no setor foram estimadas pelo ICNF em termos de média nacional.

Os valores e montantes apresentados foram calculados com base nos dados de registo da Atividade Apícola da DGAV relativos a 2012 e à informação disponibilizada pela Federação Nacional de Apicultores de Portugal (FNAP) sobre rendimentos e perdas de produção da campanha de 2012.

Assim, no que respeita à produção total de mel em 2012 registou-se uma perda de 25%, o que significa uma produção média de 15 Kg/colmeia sendo calculado em 6 500 toneladas a produção de mel. Assim, a perda foi de 2 100 toneladas, o que a nível de preços de mercado (venda a granel) significa um montante superior a 3.150.000€.

Atendendo às outras produções, são de considerar a produção de enxames e de pólen. No caso dos enxames, foi considerada uma produção média de 2 enxames por cada 5 colmeias, dos quais uma parte é destinada à reposição anual da perda invernal de efetivos (da ordem dos 10 a 15%) e outra parte para comercializar e aumentar o rendimento da exploração apícola.

No ano de 2012 a produção terá sido de cerca de 170 000 enxames produzidos, sendo que a maioria desta produção foi utilizada para colmatar as perdas de colónias em vez de contribuir para aumento de rendimento, até porque estes enxames produzidos não são produtivos na própria campanha.

De notar que as perdas de rendimento na atividade apícola por efeitos da seca estão calculadas por defeito. O preço do mel, por exemplo, varia em função do modo de comercialização – granel ou retalho, a sua origem geográfica (se tem DOP) e a sua predominância floral; a acrescentar, ainda, o aumento de custos de produção por necessidade de recorrer à produção de enxames para a reposição de efetivos e à alimentação artificial com custos da ordem de 8€ /colmeia.

3.1.5 Custos de Produção

De um modo geral, verificou-se uma redução de consumo de sementes, plantas e fertilizantes, resultado da diminuição das áreas de algumas culturas e da redução da aplicação das adubações de cobertura, particularmente nos cereais, por não se terem verificado condições para a sua aplicação, por falta de pluviosidade e por desvio da sua utilização para alimentação animal.

Os custos com energia, água e outros fatores, tiveram um acréscimo generalizado, resultado do aumento do número de regas em períodos em que normalmente não ocorrem, com o consumo de combustível e ou energia elétrica associados.

Relativamente à produção animal, todos os ruminantes explorados em sistema extensivo e semi-intensivo tiveram aumentos de consumo de alimentos concentrados, fenos e palhas em consequência da situação de seca, variando a intensidade da sua utilização ao longo do ano em função da evolução das disponibilidades de matéria verde. O pico de utilização de alimentos de substituição ocorreu no final do inverno e primavera, sendo atenuado pelos efeitos das chuvas ocorridas na primeira quinzena de maio, que vieram criar condições temporárias para se efetuar de novo o pastoreio.

No que respeita à variação dos preços dos fatores de produção, nomeadamente, fenos, palhas e silagens, verificou-se um impacto muito significativo no agravamento dos preços, com intervalos de variações relevantes, o que se explica pela pressão da procura e pelo número de operadores a intermediarem a oferta destes produtos localmente.

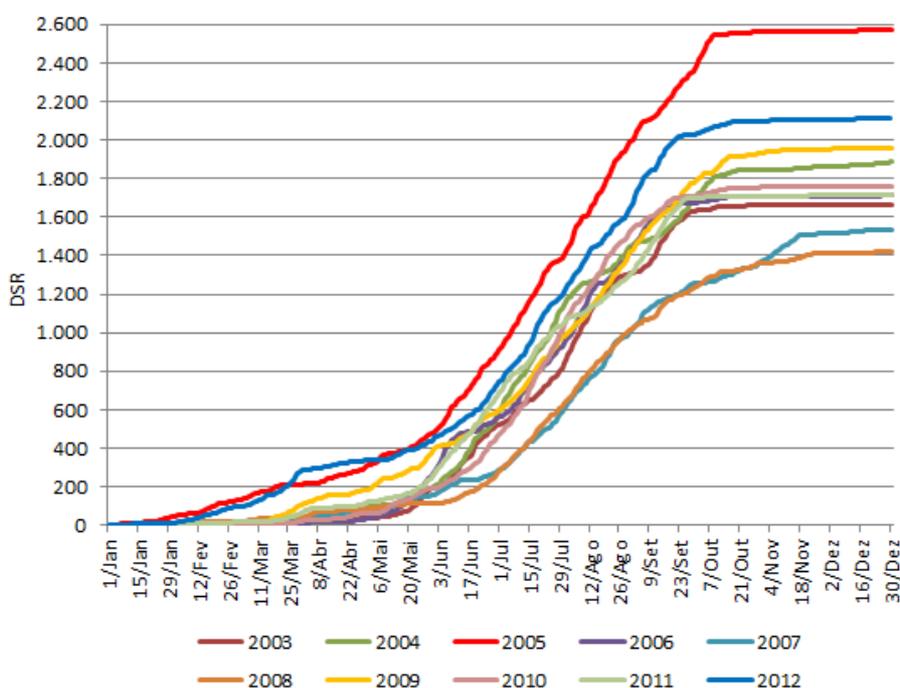
3.2 Incêndios Florestais

O facto de quase todo o território do Continente ter estado entre janeiro e abril de 2012, em situação de seca (severa e extrema) afetou os valores cumulativos do índice

de severidade diário (DSR)³. O ano de 2012 foi o segundo mais gravoso desde 2003, superado apenas por 2005.

Na Figura 18 é feita a comparação da severidade meteorológica da última década com base no índice de severidade diário.

Figura 18 - Evolução do Índice de Severidade Diário (DSR) entre 2003 e 2012



Fonte: ICNF

³ DSR – Índice Meteorológico de Severidade Diário (Daily Severity Rating), calculado a partir do FWI ($DSR=0,0272FWI^{1,77}$), pretende representar a dificuldade de controlo de um incêndio florestal, estando diretamente associado ao esforço necessário para suprimir um incêndio.

FWI - Índice Meteorológico de Risco de Incêndio (Fire Weather Index) foi desenvolvido pelo Serviço Canadano de Florestas e estima o risco de incêndio a partir do estado dos diversos combustíveis presentes no solo florestal, determinado indiretamente através dos dados meteorológicos às 12UTC das várias estações. A classificação inclui 5 classes de risco (reduzido, moderado, elevado, muito elevado e máximo) em função da dificuldade de supressão do incêndio.

De acordo com a base de dados do Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SGIF) em 2012 registaram-se cerca de 21 250 ocorrências, maioritariamente de pequena dimensão (79% não atingiram 1ha e representaram, apenas, 2% da área ardida).

Estima-se que terão sido consumidos aproximadamente 110 228ha de espaços florestais (ver Tabela 4), dos quais 48 072ha de povoamento e cerca de 62 156ha de mato.

Relativamente aos grandes incêndios de 2012, estão registadas no SGIF 142 ocorrências com mais de 100 hectares, às quais correspondem 78 270ha de área ardida (aproximadamente 71% do total).

Quer o número de ocorrências quer a área ardida, registados em 2012 foram inferiores às médias do último decénio (2002-2011).

Tabela 4 - Número de ocorrências e correspondente área ardida, por ano, entre 2002 e 2012

Anos	Ocorrências			Área ardida (ha)		
	Incêndios florestais	Fogachos (Área <1ha)	Total	Povoamentos	Matos	Total
2002	6 521	20 055	26 576	65 164	59 455	124 619
2003	5 323	20 896	26 219	286 055	139 784	425 839
2004	5 069	17 096	22 165	56 271	73 836	130 107
2005	8 192	27 631	35 823	213 921	125 168	339 089
2006	3 499	16 945	20 444	36 320	39 738	76 058
2007	3 677	16 639	20 316	9 829	22 766	32 595
2008	2 591	12 339	14 930	5 461	12 103	17 564
2009	5 862	20 274	26 136	24 097	63 323	87 42
2010	3 970	18 057	22 027	46 079	87 011	133 09
2011	5 043	20 179	25 222	20 044	53 785	73 829
2012*	4 422	16 828	21 250	48 072	62 156	110 228
Média 2002-2011	4 975	19 011	23 986	76 324	67 697	144 021

Fonte: SGIF

A severidade dos primeiros meses do ano transato contribuiu, em parte, para os elevados valores do número de ocorrências e área ardida registados (ver Tabela 5 e Tabela 6), particularmente, em fevereiro e março. A estes dois meses correspondem aproximadamente 37% do número total de ocorrências e 31% do total de área ardida. Fevereiro teve um incremento 5 vezes superior à média no número de ocorrências e

um valor de área ardida cerca de 14 vezes superior. No mês de março registaram-se 3 vezes mais ocorrências do que a média e ardeu uma área 7 vezes superior ao valor médio.

Tabela 5 - Número de ocorrências por mês, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2012

Meses	Ocorrências			Média 2002-2011
	Incêndios florestais	Fogachos (Área < 1ha)	Total	
janeiro	53	279	332	201
fevereiro	1 160	2 598	3 758	726
março	1 239	2 935	4 174	1 366
abril	126	748	874	936
maio	70	454	524	1 074
junho	99	735	834	2 400
julho	345	2 341	2 686	4 610
agosto	347	2 353	2 700	6 132
setembro	865	3 800	4 665	3 534
outubro	111	523	634	2 111
novembro	6	47	53	719
dezembro	1	15	16	177
TOTAL	4 422	16 828	21 250	23 986

Fonte: SGIF (dados provisórios)

Tabela 6 - Área ardida por mês, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2012

Meses	Área ardida (ha)			Média 2002-2011
	Povoamento	Mato	Total	
janeiro	41	223	264	221
fevereiro	2 999	9 521	12 520	918
março	10 538	10 723	21 261	3 023
abril	384	430	814	1 182
maio	488	292	780	999
junho	350	444	794	6 107
julho	10 748	20 823	31 571	34 651
agosto	1 997	5 098	7 095	75 531
setembro	20 387	14 121	34 508	13 672
outubro	136	472	608	6 497
novembro	4	8	12	1 071
dezembro	0	1	1	149
TOTAL	48 072	62 156	110 228	144 021

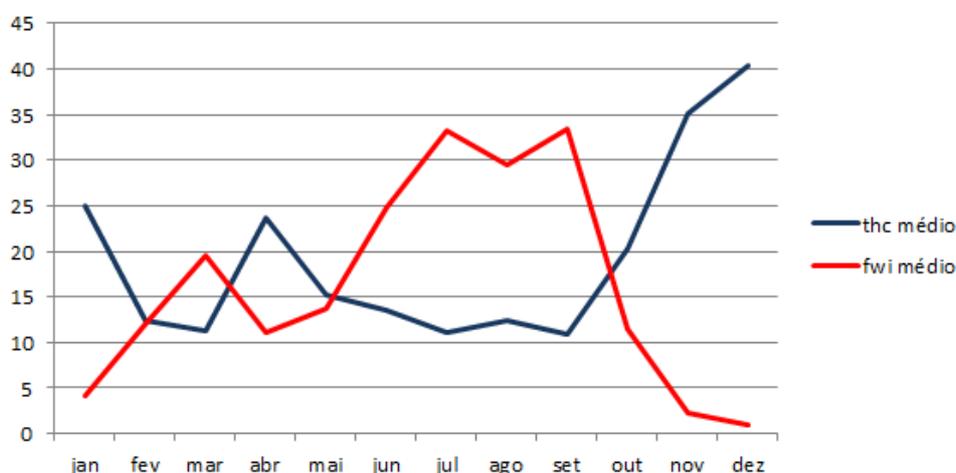
Fonte: SGIF (dados provisórios)

O índice meteorológico de risco de incêndio florestal (FWI), que é calculado diariamente pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), permite estimar um risco de incêndio a partir do estado dos diversos combustíveis presentes no solo florestal (determinado indiretamente através das observações de elementos meteorológicos).

A análise conjugada do risco de incêndio e do teor de humidade dos combustíveis finos (THC), durante o ano de 2012, demonstra que nos meses de fevereiro, março, julho e setembro se registaram os menores valores de humidade dos combustíveis, associados aos valores mais elevados do risco de incêndio.

No mês de março atipicamente atingiram-se, por diversas vezes, valores de FWI que pressupõem a possibilidade de ocorrerem situações de fogos de copa, ou seja, situações extremas em termos de incêndios florestais e que pressupõem elevados danos.

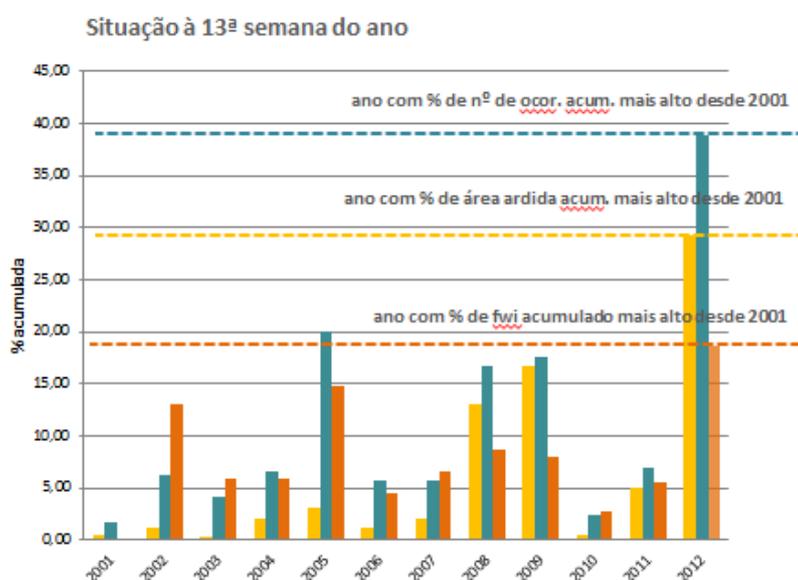
Figura 19 - Evolução mensal do FWI e do THC em 2012



Fonte: ICNF

Analisando as primeiras 13 semanas do ano de 2012 em comparação com os anos anteriores (ver Figura 20), verifica-se que no ano em análise se registou a percentagem mais elevada, desde 2001, do número acumulado de ocorrências, de área ardida e de FWI.

Figura 20 - Evolução do número acumulado de ocorrências, de área ardida e de FWI



Fonte: ICNF

Em termos distritais, como se pode observar pela Tabela 7, o distrito afetado pelo maior número de ocorrências foi o distrito do Porto, com cerca de 5 012 registos, embora 90% correspondam a fogachos, ou seja, não atinjam 1ha. Os distritos com maior área ardida foram Faro, Viseu, Bragança e Guarda, sendo de destacar que no distrito de Faro houve uma única ocorrência que corresponde a 97% do total da área ardida do distrito (Grande Incêndio Florestal Catraia com 21 437ha ardidos em espaços florestais).

Tabela 7 - Distribuição por distrito do número de ocorrências e área ardida em 2012

Distrito	Ocorrências			Área ardida (ha)		
	Incêndios florestais	Fogachos (Área < 1ha)	Total	Povoamento	Mato	Total
Aveiro	182	1 676	1 858	2 328	363	2 691
Beja	19	42	61	721	74	795
Braga	562	1 537	2 099	4 314	4 614	8 928
Bragança	515	519	1 034	2 641	12 184	14 825
Castelo Branco	71	387	458	1 233	785	2 018
Coimbra	109	723	832	4 545	1 104	5 649
Évora	19	28	47	338	3	341
Faro	49	500	549	6 359	15 820	22 179
Guarda	365	314	679	5 127	5 091	10 218
Leiria	118	657	775	1 734	761	2 495
Lisboa	264	1 089	1 353	602	1 138	1 740
Portalegre	22	66	88	1 157	20	1 177
Porto	461	4 551	5 012	1 879	1 784	3 663
Santarém	94	545	639	4 911	2 900	7 811
Setúbal	34	617	651	206	155	361
Viana do Castelo	343	809	1 152	796	2 121	2 917
Vila Real	694	1 106	1 800	2 743	4 237	6 980
Viseu	501	1 662	2 163	6 438	9 002	15 440
TOTAL	4 422	16 828	21 250	48 072	62 156	110 228

Fonte: SGIF

Dados provisórios em virtude do processo de validação não se encontrar concluído.

3.3 Remoção de Biomassa de Albufeiras e Biodiversidade

A atuação do ICNF durante a seca de 2012, na componente da gestão das populações piscícolas em situações hidrológicas extremas, englobou duas linhas de ação:

1. Acompanhamento da evolução do volume de água armazenada nas grandes albufeiras, avaliação da necessidade de extração preventiva de biomassa piscícola e proposta de ação;
2. Detecção e caracterização de eventos de mortalidade piscícola e implementação de medidas na área da gestão piscícola;

Na extração preventiva de biomassa piscícola foi seguido um procedimento similar ao implementado para a análise dos pedidos de esvaziamento total e parcial de massas

de água e subsequente emissão de medidas minimizadoras dos impactes nas populações piscícolas (Artigo 48º do Decreto Nº 44623, de 10-10-1962). No caso particular da atuação no âmbito do Grupo de Trabalho de apoio à Comissão de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca e das Alterações Climáticas, foi efetuado o acompanhamento do volume de água armazenada nas albufeiras e solicitada informação sobre a evolução do armazenamento, tendo como base os consumos previstos durante o ano hidrológico 2011/2012, e antecipando o apuramento de eventual necessidade de intervenção.

A análise e decisão seguiram um processo com as seguintes fases:

I. Seleção das Albufeiras com um volume de água armazenada substancialmente inferior ao normal para a época;

II. Pedido de informação sobre a evolução previsível do volume de água armazenada nessas albufeiras até ao fim de Setembro;

III. Compilação da informação de base necessária para a estimativa da biomassa piscícola presente nessas albufeiras;

IV. Estimativa da biomassa piscícola (valor absoluto) presente nas albufeiras previamente selecionadas, efetuada com base no Índice Trofométrico⁴;

V. Estimativa da biomassa piscícola (densidade) no momento do ano hidrológico em que se previa ocorrer o mínimo do volume de água armazenada;

VI. Identificação das albufeiras em que se considera aconselhável a extração preventiva de biomassa piscícola, hierarquização de acordo com a prioridade na intervenção e definição da quantidade de peixe a extrair e da data aconselhável de conclusão do processo de extração;

VII. Contactos para avaliação de novas formas de valorizar o peixe capturado;

VIII. Custos previstos com as operações de extração preventiva de biomassa piscícola;

⁴ Índice que mede o grau de eutrofização de uma massa de água.

IX. Emissão das credenciais de pesca aos pescadores intervenientes nas operações de extração preventiva de biomassa piscícola;

X. Acompanhamento e apoio técnico às operações de extração preventiva de biomassa piscícola.

Foram selecionadas as 13 albufeiras que, no fim de fevereiro tinham um reduzido volume de água armazenado, relativamente ao valor normal para a época: Alto Lindoso; Alto Rabagão; Paradela; Alijó; Vilar/Tabuaço; Vale Rossim; Cabril; Pracana; Odivelas; Lucefécit; Monte Novo; Arade e Funcho. Para estas albufeiras foi solicitada, via Grupo de Trabalho, informação sobre a evolução futura do volume de água armazenada, com base nos consumos previstos durante o restante ano hidrológico.

A precipitação ocorrida entre março e maio configurou uma alteração da situação hidrológica de grande parte das albufeiras acima referidas, pelo que em Julho apenas 4 massas de água apresentavam uma situação de potencial evolução para uma situação de risco, associada à concentração da biomassa piscícola: Lucefécit, Odivelas, Funcho e Arade.

A situação hidrológica das albufeiras de Odivelas, Funcho e Arade no final do mês de Julho desencadeou um pedido formal de informação às respetivas entidades gestoras, sobre a evolução previsível do armazenamento até ao final do ano hidrológico. A informação obtida em resposta a esta solicitação permitiu aferir um risco reduzido de ocorrência de mortalidade piscícola associada à concentração da biomassa piscícola nas três albufeiras.

No que respeita ao caso particular do Lucefécit, a ação a desenvolver para esta albufeira foi debatida numa reunião específica para o efeito, que teve lugar na DGADR no dia 3 de agosto de 2012. Nesta reunião foi comunicado ao ICNF estar prevista uma redução do volume de água armazenada na albufeira do Lucefécit correspondente a um esvaziamento parcial, atingindo-se no final da época de rega a cota 169,5m, 3m abaixo do nível mínimo de exploração (172,5m). Com base nesta informação o ICNF

elaborou um memorando de enquadramento da situação, análise do risco, proposta de atuação e respetivos encargos.

Operacionalização da remoção de massa piscícola de Lucefécit

Face à reduzida disponibilidade hídrica armazenada na Albufeira da Barragem do Lucefécit apesar dos planos de rateio implementados pela Associação de Beneficiários do Lucefécit (gestora do Aproveitamento Hidroagrícola), foi determinado pelo Sr. Secretário de Estado da Agricultura à DGADR que em articulação com a DRAP Alentejo, a EDIA e o ICNF, fossem propostas medidas conjunturais e medidas estruturais para o futuro, para a resolução dos problemas com que se deparava Lucefécit, em especial no tocante à população piscícola da albufeira e a eventuais impactes sobre a sua mortalidade, situação que se pretendia obviar.

Decorrente do acordado entre as entidades referidas foi elaborado um estudo, da autoria do ICNF e DGADR, que apresenta as soluções técnicas conhecidas para o reforço da disponibilidade hídrica da albufeira de Lucefécit e para a redução do impacte sobre a fauna piscícola residente na massa de água com as respetivas propostas de atuação.

De acordo com a recomendação do ICNF, foi necessário dar-se início urgente à remoção de parte da massa piscícola da albufeira (que se estimou ser entre 27 000 e 54 000 Kg) com recurso a pescadores profissionais, dado que a análise efetuada configurava um risco elevado de mortalidade piscícola associada ao esvaziamento da massa de água

Tal intervenção foi autorizada pelo S. Ex^ª o SEFDR, conforme despacho de 21/08/2012 sobre a informação nº 14/DG/2012 da DGADR. Foi ainda determinado que os encargos associados, estimados em 25 mil euros, seriam suportados em partes iguais pelo ICNF e DGADR. Estimava-se que a carga piscícola necessária remover era 25.000 kg.

Dada a urgência e o carácter especial desta operação, a DGADR e o ICNF solicitaram à EDIA a execução desta operação no terreno, na medida em que contava com uma grande experiência adquirida em operações similares, como foi o caso dos anos de

seca de 2004/2005, também no Lucefécit, motivo pelo qual se entendeu que seria a entidade que reunia melhores condições para condução da operação. Para tal o ICNF emitiu a necessária licença e credenciação do pescador, selecionado através de procedimento concursal lançado pela EDIA.

A operação de recolha de biomassa piscícola na albufeira do Lucefécit teve início no dia 14 de agosto de 2012 e decorreu em contínuo até início de setembro, data em que foi interrompida dado ter-se esgotado a verba da 1ª tranche, transferida pela DGADR no montante de 12 500 €. A operação foi acompanhada diariamente pelos técnicos da EDIA que registavam o número de caixas com peixe e a respetiva pesagem. Esta operação foi ainda acompanhada pela Associação de Beneficiários do Lucefécit e pelo ICNF.

Importa referir que os peixes capturados foram entregues à população, como aconteceu no Lucefécit em 2005, sendo o remanescente encaminhado para exploração pecuária próxima, para alimentação de javalis, através de transporte em veículo refrigerado. Este tipo de destino é o que representava menos custos e menor complexidade logística.

Até ao dia 31 de agosto tinham sido recolhidos 11 245 kg de peixe, tendo-se registado uma grande afluência da população local, a qual solicitou a disponibilização do peixe, tendo-lhe sido entregue cerca de 55% da quantidade capturada.

Dado o cariz ambiental e de emergência desta situação, resultante de escassez de água, foi entretanto aprovada, em 14 de setembro de 2012, uma candidatura ao abrigo do Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos no valor de 12 500 € para, sob a responsabilidade da ARH Alentejo, ser concluída a operação de remoção de peixes da albufeira da Barragem do Lucefécit, tendo em conta a obrigação pública de zelar pela proteção e valorização das águas, exercendo também a devida monitorização.

Tal operação não veio a ser efetuada, dadas as condições meteorológicas se terem alterado, nomeadamente a diminuição das temperaturas e a paragem do processo de esvaziamento, associada ao fim da época de rega.

Outras situações de mortalidade piscícola

Foram detetadas durante o ano hidrológico de 2011/2012 três eventos de mortalidade piscícola provavelmente associados a alterações hidrológicas e físico-químicas do meio aquático relacionadas com a seca, tendo sido tomadas medidas específicas em duas dessas situações.

Em janeiro de 2012 foi detetado um comportamento anómalo das populações piscícolas na albufeira do Divor, caracterizado por uma anormal concentração de carpas e pimpões junto à superfície na zona próxima do descarregador de superfície da albufeira, de manhã, com a dispersão do peixe por toda a albufeira durante a tarde. Associada a esta concentração, assim como à ação predatória dos corvos marinhos presentes, foi detetada mortalidade de peixe, embora com uma dimensão que não justificou a tomada de medidas específicas.

Em fevereiro de 2012 foi detetada mortalidade de barbos, bogas e escalos na albufeira do Rebordelo, localizada no rio Rabaçal, concelho de Vinhais. Em resposta a esta mortalidade, foram mobilizados meios para a realização de análise laboratorial das causas da mortalidade, bem como para apoio na operação de extração do peixe morto. As análises efetuadas pelo Instituto Nacional de Recursos Biológicos detetaram a presença do protozoário ciliado *Ichthyophthirius multifiliis*, responsável pela Ictioftiriose, doença vulgarmente conhecida como “Doença dos Pontos Brancos”. Apesar de se tratar de um evento de mortalidade piscícola de pequena dimensão (cerca de 100 kg de peixe morto), o facto de envolver uma patologia piscícola levou a que fosse implementada a proibição da pesca na zona afetada, através da criação de uma zona de proteção num troço dos rios Rabaçal e Mente.

No mês de abril de 2012 foi detetada mortalidade de bogas na albufeira da barragem do Caldeirão, localizada na ribeira do Caldeirão, distrito da Guarda. Segundo informações da ANPC tratou-se igualmente de um evento de mortalidade de pequena dimensão (cerca de 100 kg de peixe morto). A análise laboratorial efetuada no Instituto Nacional de Recursos Biológicos permitiu identificar uma infeção maciça pelo protozoário ciliado, *Chilodonella piscícola*, responsável por uma doença dos peixes que se designa chilodonelose. Segundo a íctiopatólogista do INRB responsável pela análise,

trata-se de um ectoparasita de peixes que, quando as condições favorecem a sua proliferação, como por exemplo, *stress* devido a más condições ambientais ou pré-desova, o parasita pode ter uma ação patogénica grave. Apesar da reduzida dimensão do evento de mortalidade, a transmissão do parasita por contato direto motivou a articulação do ICNF, com a entidade concessionária da pesca nesta albufeira – Associação Cultural e Desportiva Os Beirões de Maçainhas, no sentido de ser proibida a pesca, através da cessação temporária da emissão de licenças especiais diárias.

3.4 Evolução da Produção de Energia Elétrica

De acordo com os dados disponibilizados pela REN - Redes Energéticas Nacionais, enquanto entidade gestora da rede elétrica nacional, verifica-se que em 2012 a produção de energia líquida caiu cerca de 12%, quando comparada com a do ano de 2011. Relativamente à produção hídrica verificou-se um decréscimo de 45,2% quando comparada com a produção de 2011 (- 5 313 GWh), como se pode ver na [Tabela 8](#).

Tabela 8 - Produção de energia elétrica no Continente

	GWh		
	Total		
	2011	2012	%
PRODUÇÃO LÍQUIDA	48 326	42537	-12.0
Hídrica	11 745	6432	-45.2
Térmica	27 641	25764	-6.8
Eólica	8 676	10014	15.4
Fotovoltaica	264	327	23.9
SALDO IMPORTADOR	2 808	7896	
Importação (Comercial)	4 447	8298	86.6
Exportação (Comercial)	1 639	402	-75.5
BOMBAGEM HIDROELÉCTRICA	732	1379	88.4
DISPONÍVEL PARA CONSUMO	50 402	49 054	-2.7

Fonte: DGEG

Em situação de seca, tal como a que atingiu Portugal Continental em 2012, a produção elétrica de origem Térmica, teria tendência a apresentar um aumento, o que não se verificou. Esta situação deve-se, principalmente, à opção tomada pelo gestor do

sistema pela importação de energia elétrica de Espanha, no âmbito do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), por questões de preços de mercado.

No entanto, tal como se pode ver no quadro seguinte (Tabela 9), a produção hídrica no último trimestre passou a apresentar um crescimento comparativamente com 2011, podendo assim afirmar-se que a situação crítica de seca verificada no 1º semestre, foi diminuindo desde outubro.

Tabela 9 - Produção de energia elétrica no Continente em outubro, novembro e dezembro

	outubro			novembro			dezembro		
	2011	2012	%	2011	2012	%	2011	2012	%
PRODUÇÃO LÍQUIDA	3 712	3 264	-12.1	4 020	4 051	0.8	4 085	3 909	-4.3
Hídrica	526	543	3.2	936	965	3.1	825	1 064	29.0
Térmica	2 701	2 007	-25.7	2 097	1 866	-11.0	2 360	1 798	-23.8
Eólica	459	686	49.5	972	1 202	23.7	884	1 028	16.3
Fotovoltaica	26	28	7.7	15	18	20.0	16	19	18.8
SALDO IMPORTADOR	337	822		188	164		428	594	
Importação (Comercial)	401	862	115.0	314	321	2.2	508	627	23.4
Exportação (Comercial)	64	40	-37.5	126	157	24.6	80	33	-58.8
BOMBAGEM HIDROELÉCTRICA	82	122	48.8	97	137	41.2	114	183	60.5
DISPONÍVEL PARA CONSUMO	3 967	3 964	-0.1	4 111	4 078	-0.8	4 399	4 320	-1.8
Índice Produtib. Hidroelétrica	0.74	0.6		0.94	0.85		0.56	0.94	
Armazenamento nas Albufeiras (%)	42	45		46	46		49	57	

Fonte dos dados: REN - Redes Energéticas Nacionais

* **IPH:** Índice de Produtibilidade Hidroelétrica - Indicador que permite quantificar o desvio do valor total de energia produzida por via hídrica num determinado período, em relação à que se produziria se ocorresse um regime hidrológico médio.

O índice de produtividade hidroelétrica foi em dezembro já de nível correspondente a um ano de hidraulicidade média, assim como o nível de armazenamento das albufeiras do sistema electroprodutor nacional era de 57%, acima do nível de armazenamento verificado no mês homólogo de 2011 (49%).

Na Tabela 10 apresentam-se as evoluções trimestrais de produção de energia elétrica no ano de 2012.

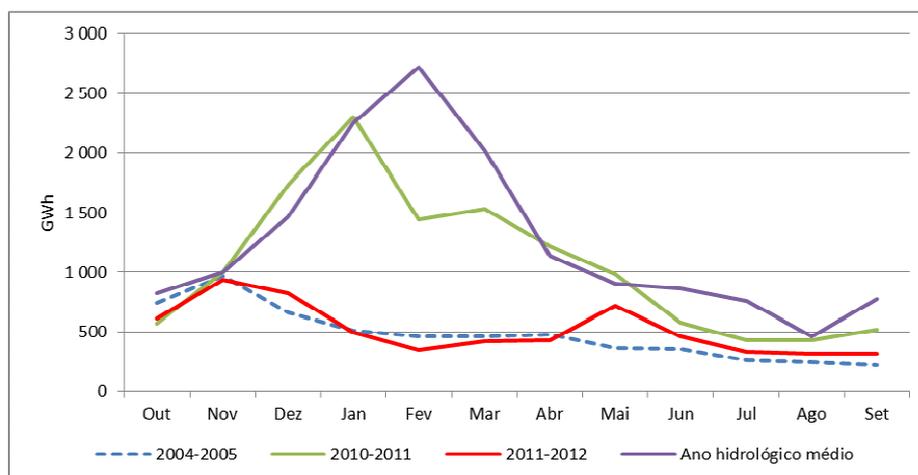
Tabela 10 - Produção de energia elétrica em 2012 no Continente

	GWh											
	1º trimestre			2º trimestre			3º trimestre			4º trimestre		
	2011	2012	%	2011	2012	%	2011	2012	%	2011	2012	%
PRODUÇÃO LÍQUIDA	13 861	11 057	-20.2	11 305	9 740	-13.8	11 343	10 516	-7.3	11 817	11 224	-5.0
Hídrica	5 286	1 274	-75.9	2 781	1 615	-41.9	1 391	971	-30.2	2 287	2 572	12.5
Térmica	5 928	7 358	24.1	6 614	5 445	-17.7	7 941	7 290	-8.2	7 158	5 671	-20.8
Eólica	2 604	2 351	-9.7	1 832	2 593	41.5	1 925	2 154	11.9	2 315	2 916	26.0
Fotovoltaica	43	74	72.1	78	87	11.5	86	101	17.4	57	65	14.0
SALDO IMPORTADOR	-95	2 356		788	2 229		1 162	1 731		953	1 580	
Importação (Comercial)	691	2 421	250.4	1 172	2 274	94.0	1 361	1 793	31.7	1 223	1 810	48.0
Exportação (Comercial)	786	65	-91.7	384	45	-88.3	199	62	-68.8	270	230	-14.8
BOMBAGEM HIDROELÉTRICA	97	290	199.0	138	322	133.3	204	325	59.3	293	442	50.9
DISPONÍVEL PARA CONSUMO	13 669	13 123	-4.0	11 955	11 647	-2.6	12 301	11 922	-3.1	12 477	12 362	-0.9
Índice Produtib. Hidroelétrica	0.8	0.12		0.77	0.58		0.68	0.51		0.75	0.8	
Armazenamento nas Albufeiras (%)	73	43		62	53		45	47		49	57	

Fonte: DGEG

Na Figura 21 verifica-se que no ano hidrológico 2011/12 a produção de energia hidroelétrica foi muito inferior (6 232 GWh) à do ano hidrológico considerado médio (15 181 GWh) e próxima do ano hidrológico 2004/05 (5 746 GWh).

Figura 21 – Evolução da Produção de Energia Hidroelétrica nos anos hidrológicos 2004/05, 2010/11, 2011/12 e ano hidrológico médio



Fonte: DGEG

3.5 Abastecimento Público

O ano hidrológico de 2011/2012 foi caracterizado por reduzidas precipitações proporcionando uma diminuição significativa do teor de humidade do solo e dos combustíveis vegetais originando condições propícias ao desenvolvimento de incêndios florestais em alturas atípicas, bem como a descida progressiva dos mananciais de água superficial e subterrânea utilizados para o abastecimento público. De um ponto de vista temático a seca, e por consequência a falta de disponibilidade hídrica, pode ter diversas classificações consoante os usos de água a que está aliada; contudo na ótica da Proteção Civil, a análise sobre uma possível situação de seca, reporta-se sobretudo à avaliação da possibilidade de assegurar o normal abastecimento de água às populações. Tornou-se assim indispensável, no último ano hidrológico, acompanhar a evolução das reservas hídricas nacionais para que, caso se viesse a revelar uma situação de seca para abastecimento público, fossem atempadamente ativadas medidas necessárias à minimização dos seus efeitos. Também foi analisada a evolução do comportamento dos abastecimentos alternativos via autotanque, no intuito de compreender a existência ou não de desvios em relação ao expectável.

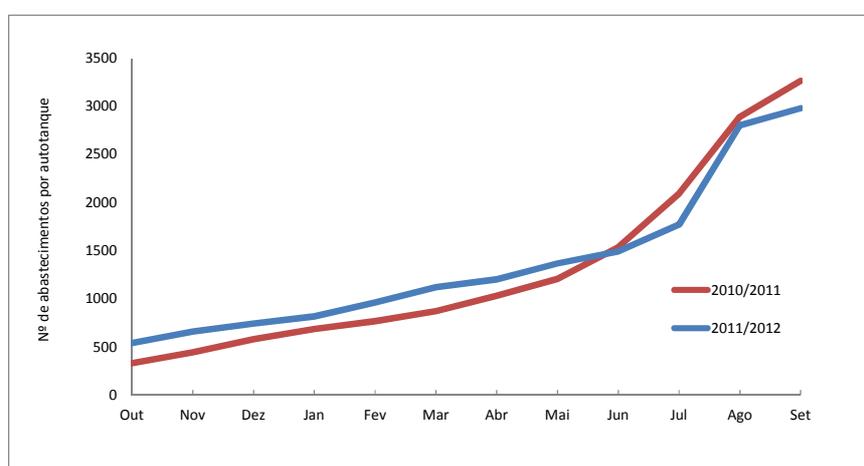
Evolução dos Mananciais de Água

Analisando os dados de uma forma transversal, constatou-se que os índices de armazenamento das albufeiras em 1 de outubro de 2012 não apresentavam um desvio muito significativo em relação a valores homólogos anteriormente registados. Tomando como base as albufeiras normalmente utilizadas para captação de água para consumo humano, Portugal Continental tem cerca de 11 km³ de capacidade de armazenamento de água, da qual mais de 2/3 se encontrou preenchida, ainda que a sua distribuição espacial não tenha sido uniforme, pelo que o volume de água armazenada nunca configurou uma situação de seca hidrológica, com exceção de casos pontuais como Bragança ou Covilhã, onde a inexistência de estruturas de armazenamento robustas potenciaram disponibilidades hídricas debilitadas.

Abastecimentos Alternativos à População

Numa situação de seca e esgotadas outras soluções, há a necessidade de mobilizar meios dos corpos de bombeiros para assegurar o transporte de água ou, em alternativa/complemento, de meios militares para fornecimento de equipamentos de potabilização. Em termos estatísticos o comportamento deste tipo de intervenções, seguiu a tendência normal em relação a 2010/2011, ano hidrológico em que se observaram valores normais de precipitação.

Figura 22 - Valores acumulados de intervenções de bombeiros no abastecimento por autotanque referentes a 2010/2011 e 2011/2012



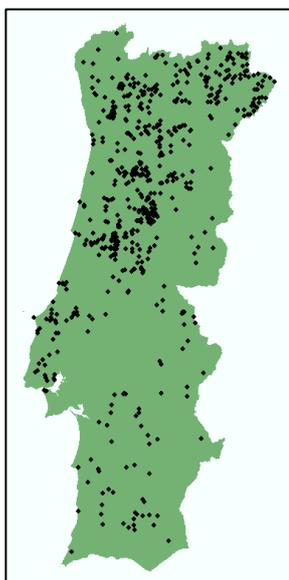
Fonte: ANPC

Constatam-se comportamentos similares de ambos os registos, com uma ligeira anomalia negativa mas sem significância estatística, pelo que se pode inferir que a atual seca manteve-se, no período em estudo, no foro meteorológico e agrícola.

Em termos de distribuição espacial ocorreu um maior número de abastecimentos por autotanque nas regiões interiores a Norte do sistema montanhoso Montejunto-Estrela, o que é coerente com os índices de seca meteorológica aí registados. No entanto o seu desvio em relação ao expectável não possuiu relevância estatística quando comparado com o passado recente, indiciando uma tendência presumivelmente fomentada, na sua maioria, por situações usuais de exploração ou

estruturais ligadas à captação, tratamento e adução, e não por indisponibilidades hídricas conjunturais.

Figura 23 - Distribuição espacial de abastecimentos por autotanque no semestre seco 2011/2012



Fonte: ANPC

Apesar do desvio negativo na precipitação registada no ano hidrológico 2011/2012, não se registaram problemas relevantes, a nível nacional, no abastecimento público o que é devido em grande medida ao bom armazenamento obtido em anos anteriores. Os problemas de maior vulto que ocorreram foram originados em albufeiras de pequeno volume, que ao não possuírem regularização inter-anual esgotaram a sua disponibilidade hídrica. Saliente-se que o número e distribuição dos abastecimentos alternativos foi estatisticamente equivalente a campanhas anteriores.

3.6 Análise do Rendimento Agrícola

De acordo com a segunda estimativa das Contas Económicas da Agricultura (CEA) para o ano civil de 2012, divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística a 31 de Janeiro de 2013, o Rendimento da Atividade Agrícola, por unidade de trabalho ano (UTA), terá registado, em termos reais, um aumento face ao ano anterior (+9,5%). Este

comportamento evolutivo terá estado parcialmente associado a um efeito de base resultante do decréscimo acentuado deste indicador em 2011 (-11,9%).

De salientar que esta análise é efetuada a um nível muito agregado, não evidenciando nem o grau de afetação que se verificou em atividades particularmente prejudicadas pela seca, nem a localização dos fenómenos registados. É de referir também que o tratamento estatístico subjacente à monitorização da seca esteve de acordo com as exigências decorrentes dos auxílios de Estado, não seguindo todos os mesmos referencias da estatística oficial. Acresce que os dados referidos são ainda provisórios, pelo que futuramente continuarão a ser analisados e trabalhados.

Em termos económicos, analisando a Produção a preços no produtor, ter-se-á registado um decréscimo em volume (-2,4%) e um aumento dos preços (+4,3%). Associando estas evoluções ao declínio dos Subsídios aos produtos (-22,8%), estimou-se um ligeiro aumento da Produção a preços de base (+0,7%). O facto de algumas ajudas diretas à produção (como o prémio ao abate de bovinos adultos e de vitelos, a ajuda ao tomate destinado a transformação e o prémio específico ao arroz) terem sido integradas no Regime de pagamento único (RPU) levou à classificação dos montantes subjacentes em Outros subsídios à produção e não em Subsídios aos produtos.

O comportamento do Consumo intermédio revelou-se similar ao da Produção, com um acréscimo em termos nominais quando comparado com o ano anterior (+1,7%), tendo-se verificado uma diminuição do volume (-2,8%) e um aumento dos preços (+4,6%).

Como resultado das variações citadas para a Produção e Consumo intermédio, estimaram-se para o valor acrescentado bruto (VAB) decréscimos do volume (-1,4%) e do valor (-1,2%) e uma manutenção dos preços (+0,2%).

Atendendo à informação disponibilizada pelo IFAP em Janeiro de 2013, estimou-se um aumento para os Outros subsídios à produção (+30,6%) em parte decorrente da referida integração no RPU de algumas ajudas.

O Rendimento dos fatores terá observado um acréscimo nominal (+8,0%), evolução determinada pelo aumento previsto para os Outros subsídios à produção, uma vez que se estimou um decréscimo nominal ligeiro do VAB.

Tabela 11 – Rendimento da atividade agrícola em 2012 – 2ª estimativa

Principais rubricas a preços no produtor (p.p.) e preços de base (p.b.)

Código	Rubricas	2011P* 10 ⁶ euros	Variação (%)			2012E** 10 ⁶ euros
			Volume	Preço	Valor	
1	PRODUÇÃO VEGETAL A PREÇOS NO PRODUTOR	3.230,99	-3,3	3,1	-0,3	3.220,82
2	PRODUÇÃO VEGETAL A PREÇOS DE BASE	3.277,62	-3,3	2,3	-1,0	3.243,22
3	PRODUÇÃO ANIMAL A PREÇOS NO PRODUTOR	2.494,24	-1,2	6,1	4,7	2.612,57
4	PRODUÇÃO ANIMAL A PREÇOS DE BASE	2.718,17	-1,2	4,2	2,9	2.798,21
5	PRODUÇÃO DE SERV. AGRÍC.e ATIV.SEC. (NÃO SEPARÁVEIS)*** A P. NO PRODUTOR	302,60	-2,0	1,7	-0,3	301,68
6	PRODUÇÃO DE SERV. AGRÍC.e ATIV.SEC. (NÃO SEPARÁVEIS)*** A P. DE BASE	302,60	-2,0	1,7	-0,3	301,68
7	PRODUÇÃO DO RAMO AGRÍCOLA A PREÇOS NO PRODUTOR (1+3+5)	6.027,83	-2,4	4,3	1,8	6.135,07
8	PRODUÇÃO DO RAMO AGRÍCOLA A PREÇOS DE BASE (2+4+6)	6.298,39	-2,3	3,1	0,7	6.343,11
9	TOTAL DO CONSUMO INTERMÉDIO	4.146,79	-2,8	4,6	1,7	4.216,89
10	VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS DE BASE (8-9)	2.151,60	-1,4	0,2	-1,2	2.126,22
11	Consumo de Capital Fixo	672,98	-1,8	1,8	-0,1	672,51
12	VALOR ACRESCENTADO LÍQUIDO A PREÇOS DE BASE (10-11)	1.478,62	-1,2	-0,5	-1,7	1.453,71
13	Outros Impostos sobre a Produção	17,67	-	-	0,1	17,69
14	Outros Subsídios à Produção	628,76	-	-	30,6	820,92
15	RENDIMENTO DOS FATORES (12-13+14)	2.089,71	-	-	8,0	2.256,94
16	Remuneração dos Assalariados	777,54	-	-	-4,1	745,69
17	EXCEDENTE LÍQ. DE EXPLORAÇÃO / RENDIMENTO MISTO (15-16)	1.312,17	-	-	15,2	1.511,25
18	Rendas a pagar	46,26	-	-	2,7	47,49
19	Juros a Pagar	236,29	-	-	-20,8	187,19
20	Juros a Receber	9,46	-	-	-0,4	9,42
21	RENDIMENTO EMPRESARIAL LÍQUIDO (17-18-19+20)	1.039,08	-	-	23,8	1.285,99
22	VOLUME DE MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA TOTAL (1.000 UTA****)	356,81	-	-	-1,3	352,20

* Informação referente a 30 de setembro de 2012

** Informação referente a 31 de janeiro de 2013

*** Produção de serviços agrícolas e atividades secundárias não separáveis

**** Volume de Mão-de-Obra Agrícola - Equivale ao trabalho efetivamente aplicado na produção de produtos agrícolas e das atividades não agrícolas não separáveis das unidades agrícolas que compõem o Ramo. Por definição, pode ser dividido em Assalariado e Não Assalariado e é expresso em UTA. A UTA corresponde à prestação, medida em tempo de trabalho, de uma pessoa que efetua, a tempo inteiro e durante todo o ano, atividades agrícolas numa unidade agrícola.

A variação anual do **Rendimento da Atividade Agrícola** corresponde ao "Indicador A" (Variação anual, em %, do Rendimento dos Fatores, deflacionado, por Volume de Mão-de-Obra Agrícola Total). É determinado com base em informação disponível até 31 de janeiro de 2013.

$$\text{Indicador A} = \frac{[(\text{Rendimento dos Factores ano } n / \text{deflador do PIB}) / \text{VMOA ano } n]}{(\text{Rendimento de Factores ano } n-1 / \text{VMOA ano } n-1)} = \frac{[(2256,94/0,9994)/352,2]}{(2089,71 / 356,81)} \times 100 - 100 = +9,5\%$$

4. MEDIDAS PARA ATENUAR OS EFEITOS DA SECA

Tendo em vista atenuar os efeitos da seca no setor agrícola foi aprovado, na RCM n.º 37/2012, de 15 de março, a tipologia de medidas, para colmatar ou atenuar as consequências da seca.

Apresenta-se, de seguida a lista das medidas:

- Medidas de Derrogação Administrativa
- Medidas Comunitárias de Antecipação do Pagamento e Outras
- Medidas de Carácter Nacional

MEDIDAS DE DERROGAÇÃO ADMINISTRATIVA

Modo de Produção Biológico (MPB)

Tabela 12 - Autorização temporária de utilização de alimentos convencionais para animais

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Autorização temporária de utilização de alimentos convencionais na alimentação de ruminantes em Modo de Produção Biológico, mediante solicitação do produtor ao Organismo de Controlo, devidamente fundamentado, em formulário próprio.	Aviso n.º4779/2012, do GPP, D.R. 2ª série, 29 de março Comunicação à CE A área total abrangida – cerca de 76 mil hectares Animais abrangidos – Bovinos, ovinos, caprinos, equídeos e suínos	Aplicação ao território nacional por um período de duração máxima de 10 meses, com efeitos retroativos a 1 de fevereiro

Produção Integrada (PRODI)

Tabela 13 - Derrogação temporária de normas para alimentação animal

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Derrogação temporária de algumas normas para alimentação animal em Modo de Produção Integrada (PRODI), mediante requerimento dos interessados, não pondo em causa os princípios gerais deste modo de produção.	Despacho DGAV de 23/03/2012 DRAPC – 8 solicitações, para 474 bovinos DRALVT – 3 solicitações, para 262 bovinos DRAPAL – 58 solicitações, para 12 332 bovinos, 6 571 ovinos e 491 suínos	Transitoriamente até 31 dezembro de 2012

Tabela 14 - Derrogação temporária de utilização de produtos fitofarmacêuticos

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Derrogação temporária da proibição de utilização de produtos fitofarmacêuticos para controlo de infestantes /pragas/doenças em agricultura em Modo de Produção Integrada (PRODI) mediante pedido de autorização devidamente fundamentado, formulado pelo produtor.	Comunicado da DGADR	Durante período de ocorrência de seca

Regime de Pagamento Único (RPU)

Flexibilização da gestão de pagamentos diretos - prémios animais:

Tabela 15 -Diminuições temporárias dos efetivos pecuários

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Flexibilização da gestão de pagamentos diretos ligados à produção (prémios animais): Não penalização por subutilização de direitos ao prémio por ovelha e cabra e ao prémio à vaca aleitante (para 2012 a utilização mínima de direitos é de 70%), o que implicaria a perda dos direitos não utilizados para a Reserva Nacional.	Despacho Normativo nº. 8/2012 do MAMAOT de 30/03/2012 D.R. 2ª série nº. 12 de 11 de abril Prémio à vaca aleitante – despenalizados 277 requerentes e 957,1 direitos Prémio por ovelha e cabra – despenalizados 16 requerentes e 3 743 direitos	A título excepcional, prémios de 2012

Tabela 16 - Períodos mínimos de retenção dos animais nas explorações

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
<p>Flexibilização da gestão de pagamentos diretos ligados à produção (prémios animais):</p> <p>Flexibilização das obrigações de cumprimento de períodos mínimos de retenção dos animais nas explorações.</p> <p>Retenção vacas em aleitamento - 5 meses em vez de 6, a partir de 1 de fevereiro</p> <p>Retenção ovelhas e cabras – 80 dias em vez de 100, a partir de 30 de abril</p>	<p>Aprovado em Comité de Gestão de Pagamentos Diretos</p> <p>Em 30 de maio</p> <p>Foram abrangidos todos os beneficiários objeto de pagamento.</p>	<p>Aplicável às candidaturas de 2012</p>

Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)

Tabela 17 - Medida n.º 2.1 - "Manutenção da atividade agrícola em Zonas Desfavorecidas" - Áreas de pousio

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
<p>Medida n.º 2.1 - "Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas", do PRODER - Suspensão sobre o limite que impede sobre a elegibilidade das Áreas de Pousio.</p>	<p>Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril</p> <p>5 426 beneficiários</p>	<p>Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)</p>

Tabela 18 - Ação n.º 2.2.1 - "Alteração dos Modos de Produção Agrícola" - Tabela de produção de referência

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Medida n.º 2.2 MAA - "Valorização de Modos de Produção", Ação n.º 2.2.1 - "Alteração de Modos de Produção Agrícola", do PRODER - Suspensão da obrigação de comercializar a produção obtida de acordo com os valores da tabela de referência divulgada no sítio do PRODER. Nas áreas semeadas de cereais que não são colhidas devido à seca, é possível o seu pastoreio, desde que não sejam ultrapassados os níveis de encabeçamento previstos na regulamentação em vigor e que não seja colocado em risco o cumprimento dos restantes compromissos assumidos no âmbito da ação em causa.	Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

Tabela 19 - Ação n.º 2.2.2 - "Proteção da Biodiversidade Doméstica" - Cabeças normais

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Medida n.º 2.2 MAA - "Valorização de Modos de Produção", Ação n.º 2.2.2 - "Proteção da Biodiversidade Doméstica", do PRODER - Não aplicação de sanções por incumprimento do dever de manter o número de cabeças normais inicialmente declaradas.	Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril 187 pedidos submetidos (o número definitivo de beneficiários será apurado aquando do pagamento do saldo final da campanha 2012)	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

Tabela 20 - Ação n.º 2.3.2 - "Ordenamento e Recuperação de Povoamentos" - Densidades

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Ação n.º 2.3.2 - "Ordenamento e Recuperação de Povoamentos", do PRODER - Não aplicação de sanções por incumprimento das Densidades previstas nos Planos de Gestão Florestal, por operações de florestação ou de reflorestação.	Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril A exceção prevista na Portaria nº 104/2012 não teve adesão.	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

Tabela 21 - Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - Encabeçamentos

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - Não aplicação de sanções por incumprimento dos encabeçamentos mínimos.	Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril 4 pedidos submetidos (o número definitivo de beneficiários será confirmado aquando do pagamento do saldo final da campanha 2012)	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

Tabela 22 - Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - Ajustamentos pontuais de compromissos

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Medida n.º 2.4 - "Intervenções Territoriais Integradas" - As Estruturas Locais de Apoio podem definir orientações e autorizar ajustamentos de compromissos mediante a análise das situações concretas e a evolução da situação climática.	Portaria 104/2012 do MAMAOT de 30 de março, DR n.º 76, 1ª série de 17 de abril	Durante a atual campanha agrícola (01 outubro de 2011 a 30 setembro de 2012)

Outras

Tabela 23 - Áreas de Florestação de Terras Agrícolas - Pastoreio

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Consentir o pastoreio, que não apenas por gado ovino, nas Áreas de Intervenção de Projetos de Florestação de Terras Agrícolas (Reg. 2328/91, Reg. 2080/92 e RURIS-FTA), mediante a verificação de determinadas condições (altura do povoamento, fase de desenvolvimento, cumprimento do POG) e salvaguardando que esta atividade não é elegível para qualquer outro tipo de apoios.	<p>Para os projetos RURIS-FTA já é admissível o pastoreio por gado ovino, para efeitos de controlo da vegetação espontânea, a partir do último prémio à manutenção. Os beneficiários responsabilizam-se pela manutenção e proteção dos povoamentos. Esta determinação pode ser extensível ao Reg. 2328/91 e Reg. 2080/92.</p> <p>Portaria nº301/2012 de 2 de outubro, DR nº 191, 1ª serie</p> <p>Portaria nº299/2012 de 1 de outubro, DR nº 190, 1ª serie</p> <p style="text-align: center;">A medida não teve adesão.</p>	Em contínuo

Tabela 24 - Áreas de Florestação de Terras Agrícolas - Adensamento

Descrição	Legislação/Beneficiários e Montantes	Período Vigência
<p>Prorrogação do prazo concedido para regularização dos projetos que não apresentavam as densidades mínimas legalmente previstas, por mais um ano - Regulamento (CEE) nº 2080/92-, só a aplicar a projetos na Fase de Manutenção nas duas situações:</p> <p>Opção de não proceder à reposição da densidade pela forte probabilidade de insucesso devido à seca;</p> <p>Realização da retanchar, mas que vistoria subsequente efetuada pela entidade competente tenha confirmado insucesso devido a seca, havendo lugar, a título excecional, do pagamento do Prémio à Manutenção</p>	<p>Comunicação, pelo IFAP, às DRAP dos procedimentos a adotar em sede de controlo</p> <p style="text-align: center;">A medida não teve adesão.</p>	Campanha 2011-2012

Medidas Comunitárias de Antecipação do Pagamento e Outras

Regime de Pagamento Único (RPU)

Tabela 25 - Antecipação do Pagamento RPU 2012

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Antecipação de apoios RPU 2012 - Pagamento de 50% do Pagamento Único	Pedido à CE por carta Sra. MAMAOT ao Comissário Ponto agendado para reunião CMA Aprovado no Comité de Gestão dos Pagamentos Diretos em 25/7 Publicado em Reg. (EU) 776/2012, da Comissão, de 27/08 (adiantamento de um mês) Pagamento efetuado a 31/10/2012 213,434 Meuro 148 451 Beneficiários	Aplicável às candidaturas de 2012

Ajudas Diretas

Tabela 26 - Antecipação do Pagamento dos Prémios Ovelha e Cabra 2012

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Antecipação de apoios prémios animais 2012 - 50% do prémio por ovelha e cabra	Pedido à CE por carta Sra. MAMAOT ao Comissário Aprovado no Comité de Gestão dos Pagamentos Diretos em 25/7 Publicado em Reg. (EU) 776/2012, da Comissão, de 27/08 Pagamento efetuado a 31/10/2012 (9,993 Meuro prémio ovelha e cabra) Total de animais – 1 673 392 (1 140 901 ovelhas de carne; 305 542 ovelhas de leite e 226 949 cabras)	Aplicável às candidaturas de 2012

Tabela 27 - Antecipação do Pagamento dos Prémios Vaca Aleitante 2012

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Antecipação de apoios prémios animais 2012 - Aumento de 60% para 80% do adiantamento do prémio à vaca em aleitamento	<p>Pedido à CE por carta Sra. MAMAOT ao Comissário</p> <p>Aprovado no Comité de Gestão dos Pagamentos Diretos em 25/7</p> <p>Publicado em Reg. (EU) 776/2012, da Comissão, de 27/08</p> <p>Pagamento efetuado a 31/10/2012</p> <p>[14,624 Meuro prémio vaca aleitante (acréscimo de 20%)]</p>	Aplicável às candidaturas 2012

Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)

Tabela 28 - Flexibilização de prazos, nas diferentes medidas PRODER, para realização dos investimentos

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
<p>Os efeitos associados à seca constituem fundamento suficiente para a prorrogação do prazo de execução das componentes dos investimentos associadas a plantações de culturas permanentes e plantações florestais.</p> <p>De acordo com os procedimentos para a realização de investimentos (Orientações Técnicas Gerais nº 6 e 7, disponíveis no site do PRODER), o promotor pode pedir um adiamento do prazo para a realização de investimentos, desde que o respetivo pedido, apresentado no Módulo de Alterações do Balcão do Beneficiário, seja devidamente fundamentado e exista evidência clara de que o projeto vai ser executado.</p>	<p>Informação no sítio do PRODER</p>	<p>Autoriza flexibilização dos prazos até, no máximo, 31/03/2015</p>

**Tabela 29 - Ação n.º 1.1.2 – “Apoio aos investimentos de pequena dimensão” -
Prioridade equipamento rega e armazenamento de água**

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
<p>Ação n.º 1.1.2 - "Apoio aos investimentos de pequena dimensão", do PRODER</p> <p>Na hierarquização dos pedidos de apoio constituem 1ª prioridade os investimentos associados à captação, retenção, transporte e distribuição de água.</p>	<p>Concurso aberto a 22 maio</p> <p>Informação no sítio do PRODER</p> <p>Situação a 31 de dezembro de 2012 para o total de pedidos da ação:</p> <p>Situação a 31 de dezembro de 2012 para rúbricas de investimento associadas à água:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Barragens – 5 pedidos e 95 mil € de investimento - Captação de águas subterrâneas – 133 pedidos e 1 026 mil € de investimento - Captação de águas superficiais – 9 pedidos e 62 mil € de investimento - Charcas – 18 pedidos e 288 mil € de investimento - Rede de rega – 155 pedidos e 1 555 mil € de investimento <p>(Investimento total – 3 027 mil €)</p>	<p>Atualmente em contínuo</p>

Tabela 30 - Medida nº 2.1 - Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
<p>Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas - PRODER</p>	<p>Pagamento efetuado a 27/04/2012</p> <p>(Anteriormente agendado para 28/05 a 01/06/2012)</p> <p>32, 819 Meuro</p> <p>109 950 Beneficiários</p>	<p>Saldo 2011</p>

Tabela 31 - Ação nº 2.2.2 - Proteção da Biodiversidade Doméstica

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Valorização de Modos de produção: Proteção da Biodiversidade Doméstica - PRODER	Pagamento efetuado a 20/04/2012 (Anteriormente agendado para 25 a 29/06/2012) 1,772 Meuro 4 518 Beneficiários	Saldo 2011

Tabela 32 - Medida nº 2.2 – Valorização dos Modos de produção, Ação nº 2.2.1 Alteração dos Modos de Produção Agrícola e Ação nº 2.2.4 Conservação do Solo, e Medida nº 2.4 Intervenções Territoriais Integradas

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Medidas Agro e Silvo Ambientais: Alteração dos Modos de Produção Agrícola; Conservação do Solo; Intervenções Territoriais Integradas	Pagamento efetuado em 31/05/2012 (Anteriormente agendado para 25 a 29/06/2012) 20,752 Meuro 14 179 Beneficiários	Saldo 2011

Tabela 33 - Medida nº 2.1 Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas – Adiantamento de 70%

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas – Adiantamento de 70% - PRODER	Pagamento efetuado em 30/07/2012 (Anteriormente previsto para 24 a 28/09/2012) 75,479 Meuro 109 490 Beneficiários	2012

Tabela 34 - Medidas Agro e Silvo Ambientais - Proteção da Biodiversidade Doméstica – Adiantamento de 70%

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Medidas Agro e Silvo Ambientais: Proteção da Biodiversidade Doméstica – Adiantamento de 70% - PRODER	Pagamento efetuado em 31/10/2012 (Anteriormente previsto para 05 a 09/11/2012) 2,392 Meuro 3 476 Beneficiários	2012

Tabela 35 - Medidas Agro e Silvo Ambientais: Alteração dos Modos de Produção Agrícola; Conservação do Solo; Intervenções Territoriais Integradas – Adiantamento de 70%

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Medidas Agro e Silvo Ambientais: Alteração dos Modos de Produção Agrícola; Conservação do Solo; Intervenções Territoriais Integradas – Adiantamento de 70% - PRODER	Pagamento efetuado em 28/09/2012 (Anteriormente previsto para 19 a 23/11/2012) 37,333 Meuro 10 062 Beneficiários	2012

MEDIDAS DE CARÁTER NACIONAL

Apoio à pecuária

Tabela 36 - Subvenção a Fundo Perdido aos Produtores Pecuários de Ruminantes

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Ajuda Nacional aos produtores pecuários de ruminantes para compensar custos adicionais com alimentação por escassez de pastagem - ajuda forfetária - subvenção a fundo perdido.	<p>Despacho Normativo nº. 5/2012 de 04 de abril, DR, 2ª série nº. 71 de 10 de Abril</p> <p>Apresentação dos pedidos até 20 dias de calendário contados da entrada em vigor do diploma</p> <p>Despacho Normativo nº 13/2012 de 28 maio, DR nº 106, 2ª série de 31 de maio, que altera o Despacho Normativo nº5/2012</p> <p>Condições de elegibilidade e forma de acesso disponíveis no sítio do IFAP</p> <p>19,810 Meuro</p> <p>46 687 Beneficiários</p> <p>Total de animais – 2 241 930 (443 365 bovinos raças autóctones, 175 267 bovinos outras raças e 1 623 298 ovinos e caprinos)</p>	

Tabela 37 - Linha de Crédito para Alimentação Animal

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência																														
<p>LINHA DE CRÉDITO COM JUROS BONIFICADOS:</p> <p>✓ Linha de Crédito para Alimentação Animal, com juros bonificados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dirigida a operadores do setor de pecuária extensiva (bovinicultura, equinicultura, ovinicultura, caprinicultura e suinicultura) e apicultura. • O montante de crédito poderá atingir 30 Meuro <p>✓ Poderão ainda aceder à presente linha de crédito operadores que exerçam outras atividades agrícolas, nos termos e condições definidos pela Portaria nº 300/2012, dos MF e MAMAOT</p> <p>O montante global do crédito (atividades vegetais e pecuárias) não poderá exceder 50 Meuro</p>	<p>Decreto-lei nº 101/2012, de 5 de abril, DR nº 92, 1ª série, de 11 de maio</p> <p>Linha de crédito para alimentação animal:</p> <p>Candidaturas até 30 de abril, prorrogadas posteriormente até 15 de junho, alteradas por circular do IFAP, de 15 de setembro até 15 de outubro</p> <p>Circular e formulário para crédito para alimentação animal disponíveis no sítio do IFAP</p> <p>Os contratos devem ser celebrados entre as instituições de crédito e os mutuários até 15 de dezembro e remetidos ao IFAP até 31 de dezembro</p> <p>Linha de crédito atividades vegetais e asininos:</p> <p>A Portaria para conceção de crédito relativamente às atividades vegetais e asininos foi enviada para publicação em Diário da República</p> <table border="1" data-bbox="576 1296 1091 1462"> <thead> <tr> <th colspan="3">Setor Animal</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Nº Projetos</th> <th>Montante (M€)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Candidaturas</td> <td>801</td> <td>20,7</td> </tr> <tr> <td>Aprovações</td> <td>693</td> <td>18,4</td> </tr> <tr> <td>Contratações a)</td> <td>468</td> <td>12,9</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1" data-bbox="576 1491 1091 1657"> <thead> <tr> <th colspan="3">Setor Agrícola</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Nº Projetos</th> <th>Montante (M€)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Candidaturas</td> <td>794</td> <td>54,7</td> </tr> <tr> <td>Aprovações</td> <td>779</td> <td>36,0</td> </tr> <tr> <td>Contratações a)</td> <td>387</td> <td>17,6</td> </tr> </tbody> </table> <p>a) Contratos até 22-02-2013</p> <p>O encargo máximo previsto com o pagamento de bonificação de juros, para o conjunto das linhas de crédito totaliza 2,25 milhões de euros (0,63 M€ relativos à alimentação animal e 1,62 M€ referentes à atividade vegetal)</p>	Setor Animal				Nº Projetos	Montante (M€)	Candidaturas	801	20,7	Aprovações	693	18,4	Contratações a)	468	12,9	Setor Agrícola				Nº Projetos	Montante (M€)	Candidaturas	794	54,7	Aprovações	779	36,0	Contratações a)	387	17,6	<p>Empréstimo concedido pelo prazo de 1 ano a partir da data da 1ª utilização do crédito</p> <p>O crédito pode ser utilizado de forma faseada, até quatro utilizações, a realizar no prazo máximo de quatro meses após a data de celebração do contrato.</p>
Setor Animal																																
	Nº Projetos	Montante (M€)																														
Candidaturas	801	20,7																														
Aprovações	693	18,4																														
Contratações a)	468	12,9																														
Setor Agrícola																																
	Nº Projetos	Montante (M€)																														
Candidaturas	794	54,7																														
Aprovações	779	36,0																														
Contratações a)	387	17,6																														

Redução de custos de produção

Tabela 38 - Ajuda à Eletricidade

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Ajuda à eletricidade - compensar os custos de eletricidade utilizada na atividade agrícola, pecuária e aquícola, exercida diretamente nas explorações agrícolas, pecuárias e aquícolas. O valor da ajuda é equivalente a 40% do valor do consumo faturado, excluindo o IVA (Enquadramento jurídico regime de <i>minimis</i>)	Despacho MAMAOT nº 11151/2012, D.R. nº158, 2ª série, 16/08 Candidaturas de 10/09 a 31/10 (4,721 Meuro) 7 081 Beneficiários	Período elegível: setembro 2011 a março de 2012

Tabela 39 - Isenção de Taxa de Recursos Hídricos

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Taxa de Recursos Hídricos - isenção da taxa na agricultura Os utilizadores que já efetuaram o pagamento deverão solicitar a sua devolução à entidade que liquidou a TRH. Os restantes utilizadores irão receber comunicação das ARH anulando anterior nota de liquidação.	Despacho MAMAOT nº. 4825/2012, publicado em DR nº. 69, 2ª série de 5 de abril Consultar sítio do INAG (734 mil euro)	Ano de 2011 (cujo pagamento se processa em 2012)

Tabela 40 - Apoio à distribuição de água para abeberamento de gado

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Apoio aos agricultores ou às corporações de bombeiros para distribuição de água para abeberamento de gado	Em vigor na área de influência da EDIA	Durante período de ocorrência da seca

Tabela 41 - Redução do risco de incêndios florestais

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Medidas de emergência de âmbito setorial Redução do risco de incêndios florestais em termos de prevenção, vigilância e combate	Declarar como período crítico de combate aos incêndios florestais o período entre 1 de julho e 30 de setembro	1 de julho a 30 de setembro

Simplificação Procedimentos**Tabela 42 - Anexação de parcelas para pastoreio**

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
Possibilidade de determinadas parcelas aráveis enquadradas em explorações agrícolas sem animais, poderem vir a ser pastoreadas por animais de explorações pecuárias vizinhas ou próximas (Bovinos e Pequenos Ruminantes)	Nota Informativa e Requerimento no sítio da DGAV Não houve registo de solicitações de acesso de animais das espécies bovina, ovina e caprina, a áreas de pastoreio não abrangidas por marca de exploração pecuária, embora se admita que tal circunstância possa ter ocorrido em superfícies aráveis contíguas a explorações em carência alimentar.	Até 31/12/2012

Âmbito fiscal e parafiscal

Tabela 43 - Aceleração de reembolso do IVA pelo Estado

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
<p>Aceleração do reembolso do IVA pelo Estado</p> <p>Para reembolso solicitado em 2012 por sujeitos passivos que tenham como atividade, exclusiva ou principal, a agricultura ou a produção animal.</p> <p>A ser restituído no prazo de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 30 Dias a contar da receção da garantia prestada, no caso do primeiro reembolso • 30 Dias a contar da data de receção do pedido do reembolso, nos restantes casos 	<p>Despacho nº 345/2012 – XIX, de 22/06, do SEAF</p>	<p>2012</p>

Tabela 44 - Imposto sobre o Rendimento – Pagamentos por Conta

Descrição	Legislação/Beneficiários/Montantes	Período Vigência
<p>Imposto sobre o Rendimento</p> <p>Concentração da totalidade dos pagamentos por conta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sujeitos passivos de IRS até ao dia 20 de dezembro • Sujeitos passivos de IRC até ao dia 15 de dezembro ou do 12º mês do respetivo período de tributação <p>Que desenvolvam a título principal uma atividade agrícola, silvícola ou pecuária</p>	<p>Lei 20/2012, publicado em DR nº. 93, 1ª série de 14 de maio</p> <p>Artigo 21º</p>	<p>2012</p>

Tabela 45 - Redução temporária de pagamento de contribuições à Segurança Social

Descrição	Legislação/Beneficiários/Mo ntantes	Período Vigência
- Dispensa do pagamento de contribuições à segurança social a produtores agrícolas com exercício exclusivo de atividade e respetivos cônjuges que exerçam efetiva e regularmente atividade profissional na exploração.	Portaria 178-A/2012, publicado DR nº 106, 1ª série, de 31 de maio	maio a outubro de 2012
- Diferimento do prazo de pagamento de contribuições das entidades empregadoras relativamente aos seus trabalhadores que exerçam atividade agrícola nas explorações. A dispensa ou o diferimento abrange explorações agrícolas e pecuárias que comprovem perdas de rendimento superior a 30%.	Portaria 203/2012, publicado DR nº 128, 1ª série de 4 julho Requerimento até 2 de julho, prorrogado até 16 de julho Portaria 226-A/2012, publicado DR nº 148, 1ª serie de 1 de Agosto Requerimento até 15 de Setembro (dispensa ou diferimento de julho a outubro) (6 M€)	julho a outubro

A verba total despendida do orçamento do Estado com estas medidas foi de 32,915 milhões de euros (ver Tabela 46).

Tabela 46 – Verba total despendida do orçamento de Estado com as medidas para atenuar os efeitos da seca

Medida	Beneficiários (Nº)	Montante Ajuda (M€)
Subvenção a fundo perdido a produtores pecuários de ruminantes	46 687	19,810
Ajuda à eletricidade	7 081	4,721
Isenção taxa de recursos hídricos	4 380	0,734
Dispensa e diferimento contribuições Segurança Social	7 000	5,400*
Bonificação de juros linha de crédito	711	2,250*
Total	65 859	32,915

* Medida não concluída

Tabela 47 – Verba total despendida em antecipações/adiantamento de pagamentos

ANTECIPAÇÃO/ADIANTAMENTO DE PAGAMENTOS (M€)	
Regime de Pagamento Único	213,434
Ajudas diretas	24,617
MZD	108,298
ASA	62,249
Aceleração reembolso IVA	65,400
Total	473,998

NOTAS COMPLEMENTARES RELATIVAS A ALGUMAS MEDIDAS

- **Taxa Recursos Hídricos**

O impacto da isenção da TRH sobre a Agricultura (Despacho 4 825/2012), em termos de títulos de utilização abrangidos, volume e valores isentos da TRH, encontram-se descritos nas tabelas seguintes, por região hidrográfica.

Tabela 48 - Distribuição do número de títulos A e U, por ARH

	Títulos A	Títulos U
ARH-ALG	5	606
ARH-ALT	209	2 524
ARH-C	31	81
ARH-N	74	11
ARH-T	77	762
Total	396	3 984

Fonte: APA

Tabela 49 - Distribuição do volume estimado de água por ARH

	10⁶m³	
Volume estimado	Volume A	Volume U
ARH-ALG	19.9	37.5
ARH-ALT	213	266.6
ARH-C	44.6	46.4
ARH-N	1.2	1.3
ARH-T	172.1	237.4
Total	450.9	589.3

Fonte: APA

Tabela 50 - Distribuição da TRH faturada por ARH

TRH facturada	1000 euros		
	TRH A	TRH U	TRH A+U
ARH-ALG	31.6	15.9	47.5
ARH-ALT	295.2	80.9	376.2
ARH-C	22.6	5.6	28.2
ARH-N	3.7	0.8	4.5
ARH-T	202.1	75.5	277.7
Total	555.3	178.6	733.9

Fonte: APA

Este valor global de 734 mil euros poderá ser ligeiramente superior se tivermos em conta os efeitos da isenção técnica (isenção para valores abaixo de 10 euros), mas não deverão ser alterações com montantes significativos. O total de títulos isentos foram 4.380, representando 1041.2 milhões de m³.

- **Aceleração do reembolso de IVA de sujeitos passivos do setor agrícola**

O reembolso de IVA, da responsabilidade da Autoridade Aduaneira e Tributária (AT), está regulamentado em termos dos regimes legais de prazo de pagamento, sendo o prazo regra o do final do 2º mês seguinte ao do pedido, conforme dispõe o n.º 8 do artigo 22.º do Código do IVA.

No prazo regra encontram-se incluídos os sujeitos passivos que exercem, a título exclusivo ou principal, a atividade agrícola ou produção animal, residentes no continente, para os quais se destina a medida fiscal.

Para este grupo de sujeitos passivos, o prazo médio de pagamento no ano de 2011 foi de 50 dias, portanto, inferior, ao prazo regra, que de acordo com a norma poderá atingir no limite 90 dias.

Outro prazo é o previsto no artigo 9.º do Despacho Normativo n.º 18-A/2010 de 1/07 e que é de 30 dias para determinados operadores, nomeadamente os que, na sua maioria, realizam operações com o mercado externo (vulgo exportadores) e para os que realizam operações em que a obrigação de liquidação do imposto seja da responsabilidade do adquirente (vulgo reverse-charge).

Para além destes prazos e na sequência da publicação da Lei nº 2/2010 de 15 de Março, foi criado o regime de reembolso mensal, que concede aos operadores, em geral, o benefício do pagamento do reembolso de IVA a 30 dias. Deste regime, poderiam beneficiar os agricultores, para tal era necessário que se tivessem inscrito até ao final do mês de Novembro do ano anterior.

Face ao enquadramento legal vigente, a concretização da medida de antecipação do pagamento de reembolsos a operadores enquadrados no setor agrícola, passaria por uma alteração legislativa - uma autorização de inscrição "oficiosa" destes operadores no regime de reembolso mensal -, e desde que, reunidas as condições legais que vigoram para os restantes operadores, nomeadamente, situação tributária regularizada, não se encontrar em incumprimento declarativo e conta bancária confirmada.

Do regime de reembolso mensal já beneficiavam quinze (15) operadores do sector agrícola, conforme levantamento efetuado e cujo prazo médio de pagamento variava entre 19 a 25 dias.

Relativamente ao exercício de 2011 e de acordo com os dados estatísticos obtidos, os reembolsos pagos a operadores do sector agrícola, enquadrados no regime normal, foram 4 728 reembolsos (peso relativo de 7,3% no total), no valor de 87,7 milhões de euros (peso de 1,8% do total pago) e com um prazo médio de pagamento de 50 dias.

Desse total de reembolsos, apenas 51 reembolsos foram abrangidos pelo citado regime de reembolso mensal.

Contudo e com vista à concretização das medidas em sede de reembolsos de IVA foi por despacho do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais - Despacho n.º 345/2012-XIX, de 22 de Junho de 2012, determinado que os reembolsos de IVA

solicitados, em 2012, por sujeitos passivos que tenham como atividade, exclusiva ou principalmente, a agricultura ou a produção animal, fosse restituído, nos termos do n.º 8 do artigo 22.º do Código de IVA, no prazo de:

- a) 30 dias a contar da receção da garantia prestada, no caso de primeiro reembolso;
- b) 30 dias a contar da receção do pedido de reembolso, nos restantes casos.

Para efeitos de cumprimento desse despacho foram encetados todos os esforços no sentido de que o procedimento de análise dos reembolsos de IVA a sujeitos passivos enquadrados nas CAE's 011 a 016, se efetuasse no mais curto espaço de tempo, de modo a que, o prazo de pagamento fosse concretizado em 30 dias.

Em termos globais, esta medida redundou num benefício para os sujeitos passivos enquadrados nos CAE's 011 a 016, de antecipação do pagamento do reembolso, podendo atingir no limite os 60 dias, tendo abrangido 1 944 reembolsos, com o valor de 65,4 M€, o que se traduziu num esforço financeiro do Estado.

- **Concentração dos pagamentos por conta relativos a 2012 num único pagamento a efetuar em dezembro de 2012**

A medida “Preparação da concentração dos pagamentos por conta relativos a 2012 num único pagamento a efetuar em Dezembro de 2012”, encontrou suporte legislativo no artigo 21.º da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, que veio regulamentar os pagamentos por conta de IRS e IRC relativos a rendimentos da atividade agrícola.

Artigo 21.º

Pagamentos por conta de IRS e IRC relativos a rendimentos da atividade agrícola, silvícola ou pecuária

1 - Os sujeitos passivos de IRS que desenvolvam a título principal uma atividade agrícola, silvícola ou pecuária podem concentrar a totalidade dos pagamentos por conta do imposto referente ao ano de 2012 num único pagamento a efetuar até ao dia

20 do mês de dezembro, aplicando-se as demais regras previstas no artigo 102.º do Código do IRS.

2 - Os sujeitos passivos de IRC que desenvolvam a título principal uma atividade agrícola, silvícola ou pecuária podem concentrar a totalidade dos pagamentos por conta do imposto referente ao período de tributação com início em, ou após, 1 de janeiro de 2012, num único pagamento a efetuar até ao dia 15 do mês de dezembro ou do 12.º mês do respetivo período de tributação, aplicando-se as demais regras previstas nos artigos 104.º, 105.º e 107.º do Código do IRC.

3 - Para efeitos do disposto nos números anteriores, considera-se que um sujeito passivo de IRS ou IRC desenvolve a título principal uma atividade agrícola, silvícola ou pecuária quando, no ano anterior, os rendimentos resultantes desta atividade representem, pelo menos, metade do respetivo volume de negócios.”

De acordo com esta norma os sujeitos passivos de IRC que desenvolvam a título principal uma atividade agrícola, silvícola ou pecuária, podiam concentrar a totalidade dos pagamentos por conta relativos ao período de tributação de 2012, num único pagamento a efetuar até ao dia 15 de Dezembro, podendo ficar dispensados do pagamento, se o imposto do exercício de referência para o cálculo for inferior a € 199,52 (n.º4 do art.º 102 do CIRC) ou caso se verificasse as condições previstas no art.º 107 do mesmo código.

Quanto aos titulares de rendimentos da categoria B do IRS que desenvolvem a título principal uma atividade agrícola, silvícola ou pecuária, podiam concentrar a totalidade dos pagamentos num único a efetuar até ao dia 20 de Dezembro de 2012, verificando-se o diferimento do pagamento, sem prejuízo das condições estipuladas legalmente quanto à redução e dispensa do valor a pagar (n.º 4 e 5 do art.º 102 do CIRS).

Para efeitos de aplicabilidade e acompanhamento desta medida, foram levantadas algumas questões de ordem técnica relacionadas com as regras vigentes para efeitos do pagamento por conta, exigível aos sujeitos passivos de IRS (pessoas singulares) e IRC (pessoas coletivas), na medida em que, no IRC as entidades que exerçam a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, o 1º pagamento por

conta (15/Julho), é sempre obrigatório, sendo só dispensado total ou parcialmente, dos 2º e 3ºs pagamentos nas condições previstas no art.º 107 do CIRC, isto é, se o pagamento já efetuado for igual ou superior ao imposto que será devido com base na matéria coletável do período de tributação.

Contudo é entendimento dos serviços, conforme sancionado pelo senhor Diretor Geral, que a aplicabilidade da coima resultante da não entrega do 1.º pagamento por conta pelos sujeitos passivos de IRC, só deve efetivar-se após a entrega da declaração e concretização da autoliquidação, uma vez que o valor dela resultante é que servirá de medida da coima, procedimento já aplicável aos sujeitos passivos de IRS.

A aplicação desta medida teve ao nível da tesouraria dos agricultores e produtores de pecuária um efeito atenuante das dificuldades financeiras decorrentes da seca registada em 2012.

- **Dispensa temporária de pagamento de contribuições à segurança social e Diferimento do prazo de pagamento de contribuições das entidades empregadoras**

No âmbito das medidas de apoio às explorações agrícolas face à situação de seca agrícola, foi estabelecido pela Portaria n.º 178-A/2012, de 31 de maio, a concessão de dispensa ou de diferimento do pagamento de contribuições para a segurança social relativas aos meses de maio a outubro de 2012, às explorações agrícolas que tivessem por objeto principal a produção agrícola, pecuária ou a apicultura, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2012, de 27 de março.

Das medidas elencadas ficaram dispensados do pagamento de contribuições, mediante apresentação de requerimento para o efeito, os trabalhadores independentes produtores agrícolas e respetivos cônjuges, cujos rendimentos resultassem única e exclusivamente do exercício da atividade agrícola, cuja taxa contributiva fosse de 28,3% e, por outro lado, as entidades empregadoras, pessoas singulares ou coletivas, relativamente aos respetivos trabalhadores que exercessem atividade nas explorações, que tivessem por objeto principal a produção agrícola,

pecuária ou a apicultura, puderam também solicitar o pagamento diferido das contribuições, na parte que lhes competia. A atribuição das referidas medidas dependia do preenchimento dos requisitos legalmente previstos.

1. Do balanço dos processos com decisão até meados do mês de fevereiro:

Tabela 51 – Balanço dos processos de diferimento do prazo de pagamentos de contribuições e dispensa do pagamento de contribuições

Centro Distrital	Diferimento do prazo de pagamento de contribuições					Dispensa do pagamento de contribuições					TOTAL		
	Estado do requerimento				Total	Estado do requerimento				Total			
	Em Análise	Deferido	Indeferido	Anulado		Em Análise	Deferido	Deferido Parcialmente	Indeferido		Anulado		
Aveiro		4	8		12		196	71	115		382	394	4%
Beja		35	7	12	54	5	627	107	163	28	930	984	9%
Braga	1	3	1	1	6	7	472	88	181		748	754	7%
Bragança		13			13		838	366	247		1451	1464	14%
Castelo Branco		31	8	2	41		312	116	98	1	527	568	5%
Coimbra	3	4	8	2	17	34	89	23	24	1	171	188	2%
Évora		30	12	1	43	1	159	9	32		201	244	2%
Faro		8	3	1	12		163	19	43	8	233	245	2%
Guarda	1	14	3		18	9	724	176	179		1088	1106	11%
Leiria		3	5	2	10	61	42	13	205		321	331	3%
Lisboa		4	6		10		133	1	151	1	286	296	3%
Portalegre	1	31	5	3	40	25	271	20	41	1	358	398	4%
Porto	5	13	17		35	16	335	69	444	15	879	914	9%
Santarém	3	4			7	65	21	7	32	2	127	134	1%
Setúbal	3	13	5		21	2	114	20	58	1	195	216	2%
Viana do Castelo		4	2		6	1	79	15	24		119	125	1%
Vila Real		8	9		17	8	506	273	386	1	1174	1191	11%
Viseu		6	2		8	6	309	279	298		892	900	9%
TOTAL	17	228	101	24	370	240	5.390	1.672	2.721	59	10.082	10.452	
	5%	62%	27%	6%	4%	2%	53%	17%	27%	0,6%	96%		

Fonte: ISS,IP - Aplicativo *intranet*

Nota: Para além dos requerimentos em análise pelos competentes serviços do Instituto da Segurança Social, IP, cerca de 260, este Instituto está a realizar o controlo de exaustividade no sentido de colmatar situações em que o circuito do processo não esteja completo cujo volume é desconhecido à data.

2. Do impacto financeiro da medida relativa à dispensa do pagamento de contribuições à Segurança Social

Na sequência do diferimento dos requerimentos apresentados pelos trabalhadores independentes produtores agrícolas e respetivos cônjuges verificou-se, até à presente data, decisão favorável sobre cerca de 7.000 requerimentos, num montante apurado de, aproximadamente, 5,4 milhões de euros de dispensa do pagamento de contribuições à Segurança Social.

- A intervenção das DRAP nesta medida consistiu em rececionar e validar as perdas de rendimento das atividades declaradas pelos produtores, verificando se obedeciam ao exigido pela regulamentação comunitária no âmbito dos Auxílios de Estado. Assim, o valor da produção declarada (em % de afetação da produção em resultado da situação de seca) deveria apresentar uma quebra de, pelo menos, 30% face à média de produção do quinquénio precedente, retirados os anos de maior e de menor valores. A base da informação que suportou a validação resultou da recolha de informação ao nível do projeto estatístico “Estado das Culturas e Previsão de Colheitas”, após a sua adaptação às necessidades de informação para uma monitorização eficiente dos efeitos da seca na agricultura. A referência foram, portanto, os valores regionais de redução das produções expectáveis nas culturas afetadas pela seca.
- Com base na análise efetuada dos processos, foram elaborados pareceres com a indicação dos montantes a que os proponentes tinham direito.

5. DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO

No sítio da internet do GPP foram sendo divulgados os relatórios produzidos pelo Grupo de Trabalho, apresentando os resultados da monitorização efetuada nos diversos domínios acompanhados.

Do mesmo modo, era dada informação, de forma permanente, sobre o ponto de situação das medidas tomadas para atenuar os efeitos da seca, procurando expor-se os dados detalhados sobre todas as medidas tomadas pelo MAMAOT. As orientações mais específicas para as candidaturas encontravam-se nos sítios da Internet dos organismos diretamente responsáveis.

Na divulgação da monitorização dos efeitos da seca e das medidas tomadas para atenuar os seus efeitos contou-se com o apoio das Confederações e Associações de Agricultores.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), enquanto entidade representada na Comissão de Acompanhamento, Monitorização e Prevenção da Seca, também prestou apoio ao MAMAOT na disseminação das medidas adotadas, via internet e utilizando um edital nos Municípios e nas Juntas de Freguesia.

A **DRAP Lisboa e Vale do Tejo** utilizou várias formas para divulgar informação acerca das medidas da seca:

- Divulgação no *site* da draplvt - www.draplvt.min-agricultura.pt - 22 divulgações;
- Divulgação no *facebook* - www.facebook.com/DRAPLVT - 7 divulgações;
- Envio de e-mails às listas de contactos da DRAPLVT (cerca de 550 contactos incluídos nas listas Sectores Agrícolas; Câmaras Municipais, Órgãos de Comunicação Social do Ribatejo Oeste e Península de Setúbal, e Outras Entidades do Sector) - 11 e-mails;

- Divulgação na Newsletter da DRAPLVT – 5 comunicações;
- Sessão de Esclarecimento realizada durante a Feira Nacional da Agricultura (Santarém) em 06-06-2012 – “Medidas de Mitigação dos Efeitos da Seca na Agricultura “;
- Folheto distribuído na sessão de esclarecimento realizada em 6-6-2012 “Medidas de Mitigação dos Efeitos da Seca na Agricultura”.

A **DRAP Alentejo** elaborou *pop-ups* e folhetos com informação sobre as medidas minimizadoras dos efeitos da seca.

A informação também foi divulgada em três feiras da região (Ovibeja, Olivomoura e FIAPE) e nos serviços desconcentrados da DRAP.

A **DRAP Algarve** realizou uma Sessão de Esclarecimento no dia 14 de junho de 2012, com o tema - Medidas de Mitigação dos Efeitos da Seca na Agricultura, apresentando um *Powerpoint*.

A **DGADR** criou no seu sítio, em www.dgadr.pt, uma área dedicada à Seca, em articulação com o SIR – Sistema de Informação do Regadio, onde, para além da divulgação quinzenal das disponibilidades hídricas das albufeiras hidroagrícolas, consumos hídricos, variações de nível, ... disponibilizou os relatórios do GT Seca, comunicados, medidas de apoio e outros documentos úteis.

Como Autoridade Nacional do Regadio, a DGADR acompanhou as entidades gestoras dos Aproveitamentos Hidroagrícolas, nomeadamente Odivelas, Lucefécit e Silves, na gestão das disponibilidades hídricas, das campanhas de rega e reforço de abastecimento às albufeiras.

O **IFAP** criou na página inicial do seu portal uma janela denominada Seca 12 através da qual se acedia ao separador Seca 2012 (este separador ainda se encontra disponível em:

http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico/GC_seca2012

No referido separador Seca 2012 encontra-se disponível informação detalhada referente às seguintes medidas:

- Antecipação de pagamentos das campanhas 2011 e 2012;
- Linha de crédito de apoio à alimentação animal;
- Linha de crédito de apoio à alimentação animal (asininos) e sector agrícola
- Subvenção a fundo perdido aos produtores pecuários de ruminantes
- Ajuda à Eletricidade

Foram remetidas aos subscritores e encontram-se, igualmente, disponíveis no portal do IFAP quatro *newsletters*. Foram disponibilizadas no portal do IFAP, bem como no *facebook* várias notícias.

No que respeita à implementação das ajudas propriamente dita, foram divulgados, na área reservada do portal do IFAP, os manuais de utilizador dos correspondentes formulários criados para o efeito.

Foi feito o anúncio que saiu na Revista “Espaço Rural” da Confagri, na edição nº 88 de julho/agosto 2012.

Durante a Feira Nacional de Agricultura 2012 foi exibida, em contínuo, no *stand* do IFAP a apresentação *Powerpoint* e que incluiu três slides dedicados à temática Seca 2012.

No decorrer da referida Feira, o IFAP participou, ainda, na Sessão de Esclarecimento “Medidas de Mitigação dos Efeitos da Seca na Agricultura” em parceria com o GPP e AG ProDeR, organizada pela DRAPLVT.

As medidas para atenuar os efeitos da seca foram ponto de agenda em várias comissões de acompanhamento do IFAP, tendo sido efetuado um acompanhamento contínuo ao longo da campanha 2012, junto das entidades recetoras, sobre a evolução destas medidas.

Foram, igualmente, esclarecidas as dúvidas colocadas no âmbito destas comissões.

No que respeita à Ajuda à eletricidade foram efetuadas ações de formação, às Direções Regionais de Agricultura e Pescas, no âmbito da recolha das candidaturas e procedimentos a adotar.

6. CUSTOS DA INTERVENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O presente capítulo procura identificar os custos da intervenção da Administração Pública no âmbito da seca 2012, embora não contemple o apuramento por parte de todas as entidades que tiveram custos. Os valores não incluídos que têm maior relevância são os da Segurança Social, por o seu apuramento ser de extrema dificuldade, dada a pulverização dos serviços que intervieram.

A tabela seguinte apresenta, por entidade, os custos que foi possível apurar.

Tabela 52 - Custos da Intervenção da Administração Pública

Entidade	Custos Estimados (€)
DRAP Norte	108.940,57
DRAP Centro	35.391,87
DRAP LVT	10.566,48
DRAP ALE	11.044,00
DRAP ALG	8.492,00
DGADR	12.500,00
IFAP	30.000,00
GPP	37.855,00
ICNF	1.702,65
Total Estimado	256.492,57

DRAP

No que respeita aos custos da intervenção da administração pública as DRAP estimaram um custo de implementação das medidas Seca 2012 de cerca de 174.000

euros, considerando as remunerações em função do tempo de trabalho dos colaboradores afetos às tarefas, deslocações e custos administrativos.

DGADR

O único encargo direto por parte da DGADR foi o montante de 12.500 euros, desembolsado pelo orçamento de funcionamento desta DG, para custear a primeira fase da operação de remoção da massa piscícola da Albufeira de Lucefécit.

IFAP

No que respeita aos custos da intervenção da administração pública o IFAP estimou um custo de implementação das medidas Seca 2012 de cerca de 30.000 euros, considerando as remunerações em função do tempo de trabalho dos colaboradores do IFAP afetos às tarefas, deslocações e custos administrativos.

GPP

O GPP estima em cerca de 37.855 euros os custos da intervenção da administração pública no ano de 2012, considerando as remunerações dos colaboradores envolvidos em todos os procedimentos decorrentes da Seca 2012.

ICNF

O valor correspondente ao ICNF, 1.703 euros, reporta-se a remunerações e deslocações.

7. ANÁLISE DA ATUAÇÃO PÚBLICA

7.1 Pontos Fortes

DIAGNÓSTICO, INTERVENÇÃO E GESTÃO E CONTROLO

- Criação e reuniões do GTSeca: proporcionou a coordenação do trabalho das Entidades envolvidas, o debate de problemas e a definição de soluções;
- Participação dos Agentes e representantes dos sectores afetados: facilitou a transmissão de informações úteis para conhecimento da situação no terreno e funcionou como elo de ligação/comunicação, nomeadamente na formalização de candidaturas às medidas de mitigação dos efeitos da seca;
- Acompanhamentos do Armazenamento de Albufeiras Públicas e dos Aproveitamentos Hidroagrícolas: os Sistemas existentes revelaram-se eficientes;
- Gestão de Cursos de Água Transfronteiriços: efetuadas as necessárias negociações com Espanha, com cumprimento de compromissos assumidos;
- 11 Relatórios Quinzenais/mensais: permitiram o acompanhamento dos Fenómenos e Impactos e a comunicação, entre entidades oficiais e entre estas e os setores económicos, eficiente, eficaz, uniforme, harmonizada e centralizada;
- Resposta da Administração Pública: de destacar a grande envolvência da AP, a rapidez e a adequação da atuação, a capacidade de resposta em cada domínio e em cada momento, a mobilização dos meios e a articulação entre os organismos da AP face ao evoluir da situação de seca e em resposta aos impactos sobre o território e a produção agrícola;
- Sensibilidade para atuar nas atividades mais suscetíveis: a atuação bem dirigida resultou do balanço rigoroso efetuado das atividades afetadas;
- Implementação rápida das medidas de apoio à alimentação animal, primeiro setor a evidenciar o efeito da seca;
- A forma como as restantes medidas de mitigação da situação da seca foram desencadeadas, tendo particularmente em conta a celeridade e oportunidade com que foram implementadas, foi de molde a produzir um impacto muito positivo junto dos produtores e fruto da articulação dentro da Administração Pública;

- Em termos gerais, foi exercida uma boa coordenação das medidas, o que exigiu das entidades responsáveis pela sua implementação (nomeadamente AT, IFAP) um esforço suplementar relevante, dado o seu carácter excecional;
- Ação dos serviços descentralizados da Administração (Direções Regionais de Agricultura e Pescas): os serviços regionais, dispendo de uma equipa técnica que funciona como rede de proximidade, de conhecimento da realidade agrícola e das tecnologias de produção, de facilidade de diálogo com os produtores, assim como da experiência adquirida devido à recorrência de fenómenos climáticos extremos, desempenharam um papel fundamental na avaliação dos efeitos da seca e do seu impacto no rendimento dos agentes económicos, na implementação das medidas de mitigação e na resposta atempada às solicitações;
- A intervenção das DRAP na implementação de algumas medidas: a sua ação e proatividade foram fundamentais na resolução das dificuldades encontradas na implementação da medida de “Dispensa temporária de pagamento de contribuições à Segurança Social e diferimento do prazo de pagamento de contribuições das entidades empregadoras”, através de contacto local estabelecido com as estruturas das Organizações de Agricultores recetoras de candidaturas, com os Serviços Distritais do Instituto da Segurança Social e até com muitos empresários agrícolas, tendo em vista a rápida resolução dos assuntos que impediam a resolução do processo;
- A implementação de uma solução informática (DRAPN) e a adoção de modelos de análise permitiram uma maior eficiência e rapidez na emissão e envio dos pareceres para a Segurança Social;
- O acesso das DRAP a várias bases de dados do Ministério para aferir eficazmente da justeza e coerência do que foi declarado nas candidaturas às medidas de mitigação dos efeitos da seca;
- As medidas que necessitaram de alteração das condições de ajudas já existentes foram de fácil implementação (MZD e ASA);

- No que respeita às linhas de crédito, destacam-se a elevada experiência e o profissionalismo na conceção e gestão de medidas desta natureza;
- A imparcialidade assumida pelos serviços públicos que intervieram e a Imparcialidade e motivação dos técnicos envolvidos;

DIVULGAÇÃO

- Disponibilização constante de informação de alguns indicadores de evolução da situação de Seca;
- Relatórios Quinzenais, na fase inicial, e Mensais, a partir do momento em que a situação de seca melhorou: disponibilizaram o acompanhamento regular e oportuno do estado e efeitos da Seca;
- Divulgação das Medidas de Mitigação da Seca: foi disponibilizada informação, com atualização permanente, centralizada no sítio da internet do GPP, com as medidas em vigor e em preparação;
- Um envolvimento relevante dos organismos da Administração Pública (central, descentralizada e local) na sensibilização dos agricultores e da população em geral para a racionalização do uso da água;

PREVENÇÃO

- Apoios públicos: foi concedida prioridade na ação 1.1.2 do PRODER, relativa a pequenos investimentos, a fim de fomentar a construção de infraestruturas de retenção de água.

7.2 Pontos Fracos

DIAGNÓSTICO, INTERVENÇÃO E GESTÃO E CONTROLO

- Indicadores semelhantes de entidades diferentes: Informação repetida com abordagens diferentes que deverá ser concentrada numa única fonte;
- A Atuação Pública foi condicionada por:
 - Monitorização de fontes de regadio individual inexistente: Há necessidade de criar estrutura de acompanhamento;
 - Monitorização de águas subterrâneas: sistema existente não abrangente e não integrado na monitorização da Seca;
 - Captações de águas subterrâneas: cadastro incompleto, desconhecimento do volume utilizado;
- Harmonização plena das metodologias utilizadas pelas DRAP para monitorização das quebras de rendimento na agricultura: restaram algumas dificuldades de adaptação dos sistemas estatísticos de acompanhamento das culturas às exigências dos Auxílios de Estado, nomeadamente no que respeita aos períodos de referência para estimativa de quebras de produtividade e de áreas;
- Avaliação do impacto dos efeitos da situação de seca: a metodologia de recolha de informação necessita de ser aperfeiçoada, nomeadamente através da definição de uma base de indicadores que permita aportar objetividade ao processo e de uma melhor comunicação com as estruturas sectoriais especializadas que representam a produção para melhorar a fidelidade dos elementos recolhidos;
- A tramitação dos processos de algumas medidas deverá ser melhorada;
- A articulação e comunicação entre diferentes Organismos deverão ser simplificadas e melhoradas;
- Verificaram-se dificuldades na operacionalização da medida “Dispensa temporária de pagamento de contribuições à Segurança Social e diferimento do prazo de pagamento de contribuições das entidades empregadoras” pois como

a receção de candidaturas se iniciou de forma incompleta, este facto implicou demora na resolução dos processos, causando inclusivamente algumas dificuldades aos agricultores que se habilitaram a este apoio (impedimento de acesso ao gasóleo colorido, bem como a outros apoios por lhes ter sido declarada situação de incumprimento perante a Segurança Social);

- O *modus operandi* desta medida foi agravado pelo facto de os agricultores não se encontrarem devidamente elucidados sobre as condições de elegibilidade da mesma e por incorreção de áreas e animais declarados, que arrastou o procedimento de certificação pelas DRAP;
- Ainda relativamente a esta medida, há que corrigir, em possível situação futura, nos serviços recetores a comunicação interna, a flexibilização dos sistemas informáticos para que sejam facilitadores da operacionalização da medida, a harmonização da sua atuação e uma capacidade de resposta adequada e atempada aos pedidos;
- Ao nível da Ajuda à eletricidade:
 - Ajuda de implementação difícil tendo em conta a forma de candidatura que tinha como base a recolha no sistema informático da totalidade das faturas apresentadas pelos beneficiários, para o período elegível;
 - Verificaram-se alguns constrangimentos na recolha das candidaturas, tendo havido alargamento do prazo previamente estabelecido, bem como possibilidade da respetiva recolha por parte das Organizações de Agricultores;
- Algumas medidas não produziram efeitos práticos (por exemplo, na medida de florestação, do ProDeR, a exceção prevista na Portaria nº 104/2012 não teve adesão);
- A falta de manuais de procedimentos e de padronização da atuação, de limiares de alerta, de níveis de atuação associados, maior clarificação das entidades responsáveis, poderão vir a ser supridos, em parte ou na totalidade, com a disponibilização de Planos de Emergência/Contingência.

8. BREVE COMPARAÇÃO ENTRE AS SECAS DE 2005 E DE 2012

Nos últimos 10 anos a situação de seca mais grave ocorreu no período de novembro 2004 a fevereiro de 2006. Na Tabela 53 apresentam-se as percentagens de território afetado pela situação de seca meteorológica entre janeiro e setembro para 2011/12 e 2004/05, verificando-se que apenas nos meses de fevereiro, março e maio, a seca de 2012, apresentou uma maior percentagem de território afetado pelas classes de seca mais graves (severa e extrema). Em 2005 as condições de seca continuaram severas nos meses de verão, ao invés de 2012, em que nesse período a situação se atenuou.

Verifica-se também que no final do ano hidrológico 2011/12, apenas 15% do território estava nas classes de seca mais graves, enquanto no de 2004/05 havia ainda 97% do território afetado.

Tabela 53 - Percentagem de território afetado pela seca meteorológica

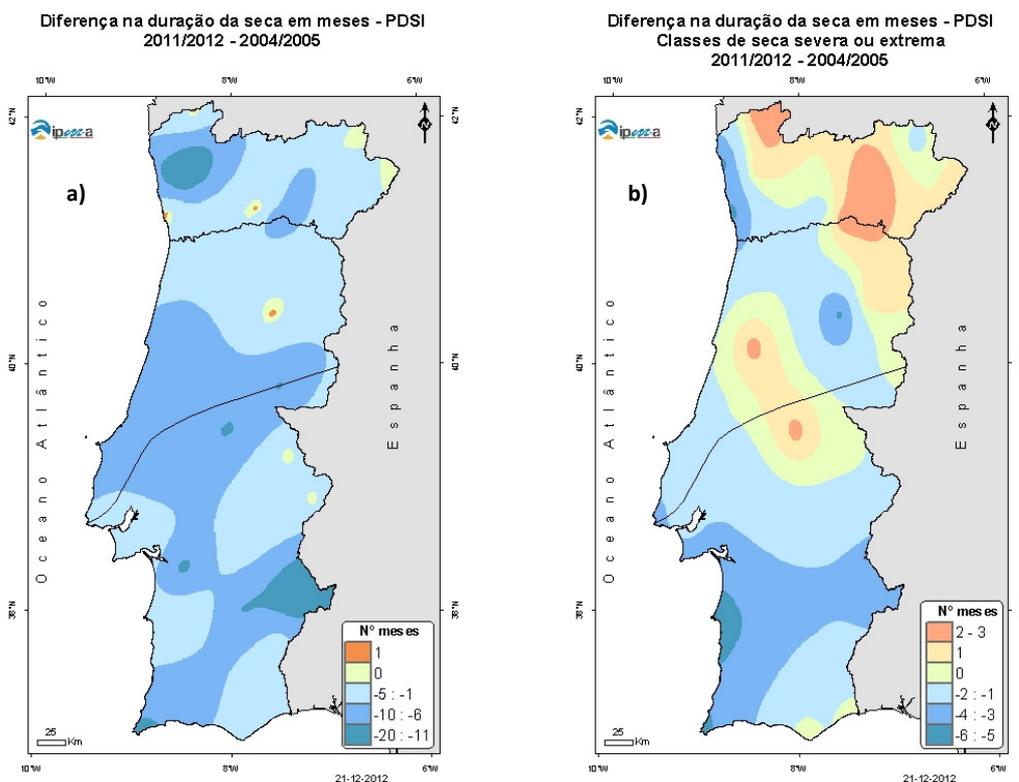
Classes PDSI	% de território afetado																	
	31 jan 2012	31 jan 2005	29 fev 2012	28 fev 2005	31 mar 2012	31 mar 2005	30 abr 2012	30 abr 2005	31 mai 2012	31 mai 2005	30 jun 2012	30 jun 2005	31 jul 2012	31 jul 2005	31 ago 2012	31 ago 2005	30 set 2012	30 set 2005
chuva severa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
chuva moderada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
chuva fraca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
normal	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
fraca	13	0	0	0	0	26	2	15	6	4	4	0	1	0	13	0	19	0
moderada	76	25	0	23	2	22	39	22	19	28	16	3	15	0	13	0	65	3
severa	11	53	68	44	41	28	59	20	30	20	24	33	26	27	40	29	15	36
extrema	0	22	32	33	57	24	0	43	44	48	56	64	58	73	33	71	0	61
Total (seca severa + extrema)	11	75	100	77	98	52	59	63	74	68	80	97	84	100	73	100	15	97

Fonte IM, I.P

Na Figura 24 apresenta-se a distribuição espacial da diferença entre a seca de 2011/12 e de 2004/05 para o número de meses em seca, considerando todas as classes do

índice PDSI (a) e considerando apenas as classes de seca severa e extrema (b). Verifica-se que a seca 2011/12 teve uma menor duração em meses em relação à de 2004/05, no entanto, em termos de intensidade, e considerando as classes de seca severa e extrema, a seca 2011/12 foi mais intensa em quase toda a região Norte e em alguns locais do Centro.

Figura 24 - Representação espacial da diferença do número de meses em seca (imagem do lado esquerdo) e do número de meses em seca severa e extrema (imagem do lado direito) nos eventos de 2011/12 e 2004/05



Fonte IM, I.P

A seca de 2004/2005 repercutiu-se em mais setores do que a de 2011/2012. Esta praticamente afetou o setor agrícola, teve efeito nas opções que tiveram que ser assumidas a nível da produção energética e potenciou os incêndios florestais fora da sua época normal. Em 2004/2005 as consequências estenderam-se a outras áreas, nomeadamente, ao abastecimento urbano, à qualidade da água distribuída para consumo humano, abeberamento do gado, restrições muito mais significativas do uso da água nos perímetros de rega, dificuldades na disponibilização de água para o combate aos incêndios florestais, mortalidade de espécies piscícolas nas albufeiras e salinização das águas de alguns rios e aquíferos.

9. CONCLUSÕES E PROPOSTA DE TRABALHOS FUTUROS

O trabalho do Grupo e da CPMAS não cessou, pois a resolução de Conselho de Ministros de 2 de março de 2012 prevê a sua reunião semestralmente ou com periodicidade inferior, a determinar, se a situação o justificar.

A experiência adquirida ao longo dos trabalhos desenvolvidos durante este período de seca, bem como em anteriores, com realce para a seca de 2004/05, conduziram à conclusão de que é fundamental dotar o país de disposições que proporcionem a preparação para futuras ocorrências de um fenómeno que se está a verificar com maior frequência.

O reconhecimento dessa necessidade levou a que fosse decidido superiormente proceder ao desenvolvimento dos trabalhos necessários para o delineamento das soluções que deverão ser criadas e implementadas quer ao nível da prevenção quer da emergência.

Nesse sentido foi constituído um Subgrupo de Trabalho, do qual fazem parte as seguintes entidades:

- Gabinete de Planeamento e Políticas
- Autoridade Nacional de Protecção Civil
- Agência Portuguesa do Ambiente
- Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- Direcção-Geral de Energia e Geologia
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
- Associação Nacional de Municípios Portugueses

Este Subgrupo encontra-se a estabelecer um Plano de Ação, sendo a sua intervenção dirigida para a Prevenção, Monitorização e Emergência.

Os objectivos em cada um destes níveis são:

- **Prevenção:** propostas de política de planeamento no âmbito dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos;
- **Monitorização:** indicadores e regularidade de acompanhamento;
- **Emergência:** definição de níveis de alerta e elaboração de Guia orientador para conceção de Planos de Contingência a ativar quando ocorram períodos de seca.

No contexto desta reflexão surgiram algumas sugestões, que carecem de futuro aprofundamento, mas que apresentamos:

- Promover a conservação e reabilitação dos regadios tradicionais;
- Apoiar a construção de novos aproveitamentos hidroagrícolas, individuais e coletivos;
- Acompanhar o Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água, nomeadamente no tocante aos regadios:
 - Planeamento de campanha de rega;
 - Opção por culturas mais eficientes no uso da água ou menos consumidoras, em zonas com maior probabilidade de escassez;
 - Gestão de rega em atenção aos sistemas de aviso;
 - Opção por tecnologias mais eficientes de regadio;
 - Modernizar as redes de distribuição de água e reduzir as perdas.
- Monitorizar as utilizações de água em contínuo;

- Definir indicadores e níveis a partir dos quais se deve declarar uma situação de “Seca” e qual a(s) entidade(s) responsável(eis) pela sua declaração;
- Conceber planos de contingência para os vários níveis de alerta / níveis de seca, que prevejam a organização adequada de sistemas de emergência;
- Apoiar a criação de reservatórios de água ou outras estruturas de retenção/armazenamento;
- Definição de níveis de atuação, articulação e responsabilização da AP em situações de emergência, incluindo a definição da entidade que detém a competência de mobilização institucional perante uma situação de seca;
- No quadro das ajudas e auxílios diretos deverão ser distinguidas as medidas de aplicação precoce e imediata de outras medidas de aplicação subsequente e com carácter de apoio complementar, que possam ser melhor aferidas após a constatação mais exata e precisa dos prejuízos causados;
- As medidas de apoio que poderão ser implementadas assim que se atinjam níveis de alerta de seca mínimos deverão ser pré-operacionalizadas.

ANEXOS

Anexo I - Variação da Área Semeada

(%)

Culturas	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARVE
Culturas forrageiras ⁽¹⁾	-2	-5 a +35	-21 a -8	0	0
Prados temporários ⁽¹⁾		-15 a -5	-3	0	0
Pastagens permanentes ⁽¹⁾		-5		0	0
Cereais outono/inverno:					
Trigo mole	-14	-45 a +5	-11	-11	-2
Trigo duro			-66	-26	0
Triticale		-30 a -10	+26	-13	+20
Aveia	-8	-45 a +5	-85	-12	-63
Centeio	-13	-45 a -5	-36	-36	-64
Cevada	-32	-45 a -5	-49	-49	-33
Cereais primavera/verão:					
Milho sequeiro	+10	-50 a -20	-51		
Milho regadio	-16	-20 a +5	+13	+44	
Arroz		0	+22	+3	
Girassol			-42	-10	
Batata:					
Batata sequeiro	-7	-80 a +10	-46	-91	-63
Batata regadio	-7	-30 a +20	0	-69	-24
Hortícolas ar livre ⁽¹⁾	-20	-5			
Favas				-20	+7
Ervilhas				-20	-27
Feijão			-42	-23	
Melão				+5	
Tomate para indústria			+3	-42	

Fonte: Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Nota: Variação % em relação ao valor médio do quinquénio 2006/07 a 2010/11, retirando para o cálculo da média o melhor e o pior ano

⁽¹⁾ Variação em relação ao ano anterior 2010/2011

Anexo II - Variação da Produtividade

(%)

Culturas	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARVE
Culturas forrageiras ⁽¹⁾	-30 a -20	-65 a -25	-30 a -10	-42	-53 a -45
Prados temporários ⁽¹⁾	-28	-80 a -15	-9	-40	-65 a -55
Pastagens permanentes ⁽¹⁾	-33 a -30	-70 a -15		-60	-70 a -60
Cereais Outono/Inverno:					
Trigo mole	-32	-50 a -15	-45	-40	-52 a -50
Trigo duro			-38	-40	-52 a -50
Triticale		-40 a -15	-19	-45	-52 a -50
Aveia	-28	-50 a -15	-50	-43	-47 a -45
Centeio	-16	-50 a -15	+40	-68	-47 a -45
Cevada	-32	-50 a -15	-26	-40	-52 a -50
Cereais de Primavera/Verão					
Milho grão sequeiro	+4	-60 a -15	-50		
Milho grão regadio	+17	-50 a -5	+58	+12	
Arroz		-10	-2	0	
Batata:					
Batata sequeiro	-3	-70 a -5	+30	-13	-55 a -40
Batata regadio	+7	-30 a -15	-21	-1	-5 a 0
Hortícolas ar livre ⁽¹⁾	-25 a -20	-25 a -15			
Favas				-80	-60 a -50
Ervilhas				-80	-60 a -50
Tomate para indústria			-13	+9	
Hortícolas Estufa ⁽¹⁾	-15				
Culturas Permanentes					
Citrios	-21	-20 a -5	+6 a +15		-30 a -15
Vinha uva de mesa	-10	-25 a +30	-34	+13	
Vinha uva de vinho	-21	-25 a +30	-43	-11	-20 a -15
Prunóideas		-35 a -20			-10 a -5
Pessegueiro	-12	-25 a -10	-25	0	
Cerejal	-14	-35 a -10	+7	0	
Pomóideas		-35 a -5			-10 a -5
Macieiras	-27	-40 a -10	+13	-6	
Pereiras	-23	-25 a -5	-21	-7	
Amendoal	-21		-24		-30 a -10
Alfarrobal					-43 a -35
Figueiral	-20				-30 a -10
Kiwi	-6		+2		
Castanheiro	-33		+26	-13	
Nogueira	-18		0		
Subtropicais					-20 a -15
Olival sequeiro	-38 a -36	-30 a -10		-60	-30 a -25

Fonte: Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Nota: Variação % em relação ao valor médio do quinquénio 2006/07 a 2010/11, retirando para o cálculo da média o melhor e o pior ano

(1) Variação em relação ao ano anterior 2010/2011

Anexo III – Variação de Consumo e de Preços de Fatores de Produção

Região Norte

Variação do consumo (quantidade) de fatores de produção das culturas

	Sementes e Plantas	Fertilizantes	Fitofármacos	Energia	Água
Culturas	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Culturas forrageiras		-20		+25	+30
Prados		-20			
Pastagens		-20			
Cereais out/inverno	-12	-20			
Milho grão	-12	-10		+10	+15
Outras culturas temporárias					
Batata sequeiro	-7	-7	+5		
Batata regadio	-7	-7	+5	+10	+15
Hortícolas				+30	+30
Culturas permanentes					
Citrinos				+15	+20
Vinha			+7	+5	+10
Pomoideas			+2	+15	+20
Prunoideas			+2	+15	+20
Sub-Tropicais					
kiwi			+15	+20	+20

Nota: Variação % em relação ao consumo de um ano normal

Variação do consumo (quantidade) de fatores de produção animal

	Alimentos Concentrados/Rações	Fenos	Palhas	Silagem	Energia
Pecuária	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Bovinos Carne	+10 a +15	+25	+20	+10 a +20	+10
Bovinos Leite	+20 a +30	+25	+20	+10 a +20	+10
Ovinos Carne		+25	+20		+10
Ovinos Leite		+25	+20		+10
Caprinos Carne		+25	+20		+10
Caprinos Leite		+25	+20		+10

Nota: Variação % em relação ao consumo de um ano normal

Preço dos fatores de produção (€/kg)

	Fenos	Palhas	Silagem
Pecuária	(€/kg)	(€/kg)	(€/kg)
Bovinos Carne	0,17	0,13	0,06
Bovinos Leite	0,17	0,13	0,06
Ovinos Carne	0,17	0,13	
Ovinos Leite	0,17	0,13	
Caprinos Carne	0,17	0,13	
Caprinos Leite	0,17	0,13	

Nota: Variação % em relação ao consumo de um ano normal

Região Centro

Variação do consumo (quantidade) de fatores de produção das culturas

Culturas	Sementes e Plantas (%)	Fertilizantes (%)	Fitofármacos (%)	Energia (%)	Água (%)
Culturas forrageiras	+10 a +20	-20 a +10			+10
Prados	-15	-20 a -15		+25	+10 a +20
Pastagens				+5	+10 a +15
Cereais out/inverno					
Trigo mole	-20 a -10	-20 a -10			
Triticale	-10	-10			
Aveia	-10	-20 a -10			
Centeio	-10	-20 a -10			
Cevada	-20 a -10	-20			
Outras culturas temporárias					
Batata sequeiro	-60 a +10	-60 a +10			
Batata regadio	-30 a +20	-30 a +20	+5		+10
Hortícolas ar livre	-10	-10 a -5	+5	+5	+10
Flores			+5		
Culturas permanentes					
Citrinos		-5	+5		
Vinha		-5			
Pomóideas		-5	+5		+15
Prunóideas		-5			+15

Nota: Variação % em relação ao consumo de um ano normal

Variação do consumo (quantidade) de fatores de produção animal

Pecuária	Alimentos Concentrados/ Rações (%)	Fenos (%)	Palhas (%)	Silagem (%)	Energia (%)
Bovinos Carne	+5 a +10	+4 a +10	+5 a +15	+20	-
Bovinos Leite	+5 a +30	+5	+5	+20 a +30	+4
Ovinos Carne	+2 a +20	+2 a +50	+3 a +50	-	-
Ovinos Leite	+5 a +50	+5 a +60	+4 a +60	-	+4
Caprinos Carne	+3 a +20	+4 a +50	+4 a +50	-	+4
Caprinos Leite	+5 a +50	+4 a +60	+6 a +60	-	-

Nota: Variação % em relação ao consumo de um ano normal

Varição preço dos fatores de produção (preço relativamente ao início da campanha 1 de out 2011)

	Fenos	Palhas	Silagem
Pecuária	(%)	(%)	(%)
Bovinos Carne	+5 a +80	+10 a +50	-
Bovinos Leite	+5 a +80	+10 a +50	+13 a +22
Ovinos Carne	+5 a +80	+5 a +50	-
Ovinos Leite	+5 a +80	+5 a +50	-
Caprinos Carne	+5 a +80	+5 a +50	-
Caprinos Leite	+5 a +80	+5 a +50	-

Nota: Variação % em relação ao consumo de um ano normal

Região Lisboa e Vale do Tejo

Varição do consumo (quantidade) de fatores de produção das culturas

	Sementes e Plantas	Fertilizantes	Fitofármacos	Energia	Água
Culturas	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Culturas forrageiras	+20	-	0	+20	+20
Prados	0	-	0	0	0
Pastagens	0	-	0	0	0
Cereais out/inverno					
Trigo mole	-10	-10	0	+20	+20
Trigo duro	-10	-10	0	+20	+20
Triticale	-20	-20	0	+5	+5
Aveia			0	0	0
Centeio	-20	-20	0	0	0
Cevada	-20	-20	-	+15	+15
Outras culturas temporárias					
Batata sequeiro	0	0	0	0	0
Batata regadio	+30	+30	-	+30	+30
Hortícolas	+25	-	-	+30	+30
Culturas em forçagem	0	+10	0	+50	+50
Culturas Permanentes					
Citrios	-	0	+ 5 a +10	+ 25	+25
Vinha	-	0	0	0	0
Pomoideas	-	0	0	0	0
Prunoideas	-	0	0	0	0
Sub-Tropicais	-	0	0	0	0

Nota: Variação % em relação ao consumo de um ano normal

Varição do consumo (quantidade) de fatores de produção animal

	Alimentos Concentrados/Rações	Fenos	Palhas	Silagem	Energia
Pecuária	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Bovinos Carne	+20	+ 80 a +100	+ 80 a +100	0	0
Bovinos Leite	0	0	0	0	0
Ovinos Carne	+20	+ 80 a +100	+ 80 a +100	0	0
Ovinos Leite	+30	+ 80 a +100	+ 80 a +100	0	0
Caprinos Carne	+15	+ 60 a +80	+ 60 a +80	0	0
Caprinos Leite	+30	+ 60 a +80	+ 60 a +80	0	0
Suínos	0	0	0	0	0
Aves	0	0	0	0	0

Nota: Variação % em relação ao consumo de um ano normal

Preço dos fatores de produção (€/kg)

Palhas		Fenos		Silagens	
2011	2012	2011	2012	2011	2012
€/kg		€/kg		€/kg	
0,07	0,14	0,11 a 0,12	0,20	0,09 a 0,10	0,15

Varição preço dos fatores de produção (preço relativamente ao início da campanha 1 de out 2011)

	Fenos	Palhas	Silagem
Pecuária	(%)	(%)	(%)
Bovinos Carne	+ 80 a +172	+ 143 a +242	-
Bovinos Leite	0	0	0
Ovinos Carne	+ 80 a +172	+ 143 a +242	-
Ovinos Leite	+ 80 a +172	+ 143 a +242	0
Caprinos Carne	+ 80 a +172	+ 143 a +242	-
Caprinos Leite	+ 80 a +172	+ 143 a +242	0
Suínos	0	0	0
Aves	0	0	0

Nota: Variação % em relação ao consumo de um ano normal

Região Alentejo

Variação do consumo (quantidade) de fatores de produção das culturas

Culturas	Sementes e Plantas	Fertilizantes	Fitofármacos	Energia	Água
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Culturas forrageiras	0	0%	-	0	0
Prados	0	0	-	0	0
Pastagens	0	0	-	0	0
Cereais out/inverno					
Trigo mole					
sequeiro assistido	0	0	-	+100	+100
sequeiro	0	-100 ⁽¹⁾	-	0	0
Trigo duro					
sequeiro assistido	0	0	-	+100	+100
sequeiro	0	-100 ⁽¹⁾	-	0	0
Cevada					
sequeiro assistido	0	0	-	+100	+100
sequeiro	0	-100 ⁽¹⁾	-	0	0
Triticale sequeiro	0	0	-		
Aveia sequeiro	0	-100 ⁽¹⁾	-	0	0
Centeio sequeiro	0	-100 ⁽¹⁾	-	0	0
Culturas Permanentes					
Olival (intensivo/superintensivo)	0	0	-	+100	+100
Pomoideas	0	0	-	+100	+100
Prunoideas	0	0	-	+100	+100

(1) - Variação referente à adubação de cobertura. Não foram realizadas adubações de cobertura

Nota: Variação % em relação ao consumo de um ano normal

Preço dos fatores de produção (€/kg)

Semanas	Fenos	Palhas	Silagem
	(%)	(%)	(%)
29-Fev	+33	+43	+100
15-Mar	+78	+114	+150
29-Mar	+78	+114	+150

unidade:€/kg

Semanas	Fenos	Palhas	Silagem
Preço referência	0,09	0,07	0,04
29-Fev	0,12	0,10	0,08
15-Mar	0,16	0,15	0,10
29-Mar	0,16	0,15	0,10

Região Algarve

Variação do consumo (quantidade) de fatores de produção das culturas

	Sementes e Plantas	Fertilizantes	Fitofármacos	Energia	Água
Culturas	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Culturas forrageiras	0	0	-	+20	+20
Prados	0	0	-	-	-
Pastagens	0	0	-	+10	+10
Cereais out/inverno					
Trigo mole	0	-40	-	+5	+5
Trigo duro	0	-37,5	-	-	-
Triticale	0	-37,5	-	-	-
Aveia	0	-40	-	-	-
Centeio	0	-50	-	-	-
Cevada	0	-40	-	-	-
Outras culturas temporárias					
Batata sequeiro	0	-43	0	-	-
Batata regadio	0	0	-10	+25	+25
Hortícolas ar livre					
Favas sequeiro	0	0	0	-	-
Ervilhas sequeiro	0	0	0	-	-
Culturas permanentes					
Citrinos	-	0	-10	+50	+50
Vinha	-	0	0	+40	+40
Pomóideas	-	0	0	+40	+40
Prunóideas	-	0	0	+40	+40
Sub-Tropicais	-	0	0	+50	+50

Nota: Variação % em relação ao consumo de um ano normal

Variação do consumo (quantidade) de fatores de produção animal

	Alimentos Concentrados/Rações	Fenos	Palhas	Silagem	Energia
Pecuária	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Bovinos Carne	+35	+40	+40	+20	-
Bovinos Leite	+35	+40	+40	+20	-
Ovinos Carne	+35	+40	+40	-	-
Ovinos Leite	+35	+40	+40	-	-
Caprinos Carne	+35	+40	+40	-	-
Caprinos Leite	+35	+40	+40	-	-

Nota: Variação % em relação ao consumo de um ano normal

Variação do consumo de fatores de produção

Culturas	Fertilizantes	Fitofármacos
	(%)	(%)
Culturas forrageiras	+2	-
Prados	+2	-
Pastagens	+2	-
Cereais out/inverno		
Trigo mole	+2	-
Trigo duro	+2	-
Triticale	+2	-
Aveia	+2	-
Centeio	+2	-
Cevada	+2	-
Outras culturas temporárias		
Batata sequeiro	0	0
Batata regadio	+3	0
Favas sequeiro	+3	0
Ervilhas sequeiro	+3	0
Culturas Permanentes		
Citrios	+3	0
Vinha	+3	-
Pomóideas	+3	-
Prunóideas	+3	-
Sub-Tropicais	+3	-

Nota: Variação % em relação ao consumo de um ano normal

Anexo IV - Edital



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

MEDIDAS PARA ATENUAR OS EFEITOS DA SECA



- O Ministério da Agricultura tem vindo a acompanhar os efeitos da seca na agricultura nacional
- Em comissão intergovernamental, têm sido identificadas as necessidades de intervenção
- Consulte as medidas adotadas em <http://www.gpp.pt/Seca2012/>
- Envie as suas dúvidas para GTseca2012@gpp.pt ou peça nesta autarquia apoio para o fazer



ASSOCIAÇÃO
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

Com o apoio da